REPÚB LICA DE CABO VERDE

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

DIRECÇÃO-GERAL DO AMBIENTE

TERCEIRO RELATÓRIO NACIONAL SOBRE O ESTADO DA BIODIVERSIDADE EM CABO VERDE

Equipa Técnica: Manuel Leão Silva de Carvalho
Sónia Indira Araújo

Financiamento: Global Environment Facility

Edição: Direcção-Geral do Ambiente

Cidade da Praia, Setembro de 2006

”A conservação da natureza talvez seja uma pré-condição do crescimento económico, já que o consumo futuro depende em grande parte do enfoque de capital natural. A conservação é, sem dúvida nenhuma, uma pré-condição de desenvolvimento sustentável, que une o conceito ecológico da capacidade de sustentação aos conceitos económicos de crescimento e de desenvolvimento”

A. McNeely Jeffrey, 1988

TRECEIRO RELATÓRIO NACIONAL
(CABO VERDE)

ÍNDICE

I - INFORMAÇÕES SOBRE A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO 5
II - OBJECTIVO MUNDIAL DE 2010 6
III - ESTRATÉGIA MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO DE PLANTAS 9
IV - ABORDAGEM POR ECOSSISTEMA 11
V - BIODIVERSIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS 11
VI - ESFERAS TEMÁTICAS 12
BIODIVERSIDADE MARINHA E COSTEIRA 12
BIODIVERSIDADE AGRÍCOLA 12
BIODIVERSIDADE DE TERRAS ÁRIDAS E SUB – HÚMIDAS 13
A. IDENTIFICAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PARCEIRAS 15
INFORMAÇÕES SOBRE A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO 16
B. ESCOLHA DE PRIORIDADES, OBJECTIVOS E OBSTÁCULOS 17
ESCOLHA DE PRIORIDADES 17
DIFICULDADES E OBSTÁCULOS NA IMPLEMENTAÇÃO 18
OBJECTIVO DE 2010 21
ESTRATÉGIA MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO DE PLANTAS 54
ABORDAGEM POR ECOSSISTEMA 67
C. ARTICOS DA CONVENÇÃO 69
ARTIGO 5 – COOPERAÇÃO 69
ARTIGO 6 - MEDIDAS GERAIS PARA A CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL 71
BIODIVERSIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS 76
ARTIGO 7 - IDENTIFICAÇÃO E VIGILÂNCIA 77
DECISÕES EM MATÉRIA DE TAXIONOMIA 79
ARTIGO 8 – CONSERVAÇÃO IN-SITU 82
[EXCLUÍDOS OS APARTADOS (A) A (E), (H) E (J)] 82
PROGRAMA DE TRABALHO SOBRE ÁREAS (ARTIGO 8 (A) A (E)) 84
ARTIGO 8 (H) - ESPÉCIES EXÓTICAS 90
ARTÍCULO 8 (J) – CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E DISPOSIÇÕES CONEXAS 95
TECNOLOGÍAS DE RESTRIÇÃO DE USOS GENÉTICOS 95
SITUAÇÕES E TENDÊNCIAS 95
DIRECTRIZES AKWÉ:KON 95
CRIAÇÃO DE CAPACIDADE E PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E LOCAIS 96
APOIO NA APLICAÇÃO 97
ARTIGO 9 – CONSERVAÇÃO EX-SITU 98
ARTIGO 10 – UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS COMPONENTES DA BIODIVERSIDADE 100

BIODIVERSIDADE E TURISMO **104**
ARTIGO 11 – INCENTIVOS **105**
ARTIGO 12 – INVESTIGAÇÃO E CAPACITAÇÃO **108**
ARTIGO 13 – EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA PÚBLICA **110**
ARTIGO 14 – AVALIAÇÃO DO IMPACTE E REDUÇÃO AO MÍNIMO DO IMPACTE ADVERSO **113**
ARTIGOS 15 – ACESSO AOS RECURSOS GENÉTICOS **117**
ARTÍCULO 16 – ACESSO À TECNOLOGIA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA **120**
PROGRAMA DE TRABALHO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA **121**
ARTIGO 17 - INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO **123**
ARTIGO 18 – COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA **124**
ARTIGO 19 – GESTÃO DA BIOTECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO DE SEUS BENEFÍCIOS **127**
ARTIGO 20 – RECURSOS FINANCEIROS **128**
D. ESFERAS TEMÁTICAS **134**
ECOSSISTEMAS DE ÁGUAS CONTINENTAIS **136**
BIODIVERSIDADE MARINHA E COSTEIRA **138**
GENERALIDADES **138**
APLICAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DE ÁREAS MARINHAS E COSTEIRAS **139**
RECURSOS VIVOS MARINHOS E COSTEIROS **139**
ÁREAS PROTEGIDAS MARINHAS E COSTEIRAS **141**
MARICULTURA **142**
ESPÉCIES EXÓTICAS E GENÓTIPOS **142**
BIODIVERSIDADE AGRÍCOLA **143**
BIODIVERSIDADE FLORESTAL **149**
GENERALIDADES **149**
PROGRAMA DE TRABALHO AMPLIADO SOBRE BIODIVERSIDADE FLORESTAL **150**
BIODIVERSIDADE DE TERRAS ÁRIDAS E SUB – HÚMIDAS **155**
BIODIVERSIDADE DE MONTANHAS **158**
E. FUNCIONAMENTO DA CONVENÇÃO **161**
F. COMENTARIOS SOBRE O FORMATO **162**

RESUMO EXECUTIVO

I - INFORMAÇÕES SOBRE A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO

Com a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade, em Março de 1995, Cabo Verde comprometeu-se perante o mundo em apresentar periodicamente à Conferência das Partes, o balanço da implementação da Convenção, com particular destaque sobre o estado de conservação da biodiversidade, a nível nacional. O primeiro relatório foi elaborado em 1999 e o segundo em 2002.

Este terceiro relatório foi elaborado com base em informações existentes e disponíveis nas instituições ligadas directa ou indirectamente à gestão da biodiversidade, nomeadamente o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), o Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP), a Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, a Direcção-Geral das Pescas, a Direcção-Geral do Ambiente, para além da consulta de documentos como o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em CABO Verde, o Perfil Ambiental de Cabo Verde, etc.

Em termos de uma percepção geral sobre o estado de evolução dos diferentes elementos que constituem a biodiversidade de Cabo verde, apresenta-se a situação seguinte: (i) a flora indígena de Cabo Verde é formada por 224 espécies, das quais 85 são endémicas e as restantes são espécies espontâneas naturalizadas; (ii) a fauna indígena de Cabo Verde engloba espécies de recifes de corais, moluscos (bivalves, gastrópodes e cefalópodes), artrópodes (insectos, crustáceos e aracnídeos), peixes (grandes pelágicos, pequenos pelágicos e demersais), répteis e aves e, provavelmente, algumas espécies de mamíferos marinhos.

Apesar dessa riqueza biótica dos ecossistemas cabo-verdianos e dos esforços de conservação dos recursos naturais, assiste-se, nos últimos tempos, a uma certa disfunção ambiental de origens e causas várias, e que vêm ameaçando a saúde dos nossos recursos vivos, e que urge por cobro a todo o custo.

Aliás, a percepção do estado de degradação dos recursos biológicos fez com que o Governo tomasse algumas medidas, nomeadamente a publicação do Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, que aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983; o Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, sobre o regime jurídico da Rede nacional de áreas protegidas; a ratificação da Convenção sobre as zonas húmidas de importância internacional (RAMSAR); o Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro, que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.

Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana continua de forma preocupante. Esse grau de degradação está, aliás, evidenciado em diversos documentos produzidos, nomeadamente a "*Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde". De acordo com esse documento, e*ncontram-se ameaçadas mais de 26% das angiospérmicas, mais de 40% das briófitas, mais de 65% das pteridófitas e mais de 29% dos líquenes" mais de 47% das aves, 25% dos répteis terrestres, 64% dos coleópteros, mais de 57% dos aracnídeos e mais de 59% dos

moluscos terrestres. Esta situação considerada alarmante em 1996, vem-se agravando para as espécies *Alauda razae* (Calhandra-do-Ilhéu-Raso), cujo efectivo populacional sofreu uma redução de 250 exemplares em 1992 para 92 exemplares em 1998, *Himantopus himantopus* (Perna-longa), cuja população, avaliada em 75 exemplares em 1990, sofreu no período de 5 anos uma redução de cerca de 70% (Hazevoet, 1999).

De uma forma geral, a redução dos efectivos populacionais das componentes da biodiversidade deve-se principalmente à depredação, destruição de *habitats* e à introdução de espécies exóticas.

A vulnerabilidade das espécies marinhas cabo-verdianas, sobretudo as das costeira, tem aumentado, não obstante a existência de medidas legislativas no sentido de se minimizar a pressão sobre elas e os seus *habitats*. Apesar da adopção dessas medidas, o meio marinho tem experimentado mudanças comprometedoras, como resultado do aumento de pressão das capturas dos peixes comerciais, da extracção de areias nas praias e no mar (dragagem), da deposição de sedimentos nas zonas litorais como resultado das actividades realizadas no interior das ilhas.

Os planos ambientais inter-sectoriais da biodiversidade e das pescas, elaborados de forma participativa, e os planos estratégicos de gestão dos recursos da pesca e de desenvolvimento da agricultura, são, por excelência, os instrumentos de gestão da biodiversidade, capazes de contribuírem para uma gestão sustentável dos recursos biológicos em Cabo Verde

Os Governo de Cabo Verde não vêm poupando esforços no sentido de honrar os compromissos assumidos com a ratificação da Convenção sobre a Biodiversidade. Daí que, estrategicamente, atribui o nível de prioridade em média alta, à aplicação aos vários artigos da Convenção.

Em termos de nível de dificuldades encontradas na aplicação dos dispositivos dos artigos da Convenção, ele situa-se em 70% Médio, 18,5% Baixo, 7,4% Alto e 3,7 Zero.

II - OBJECTIVO MUNDIAL DE 2010

Na sequência da fixação do objectivo mundial de 2010, há um conjunto de objectivos nacionais definidos pelo Governo, e que se encontram em vários planos, estratégias e programas, sobretudo na Estratégia e Plano sobre a Biodiversidade, que visam exactamente atingir o objectivo mundial de 2010 fixado pela Conferência das Partes da Convenção sobre a Biodiversidade.

Para a consecução desses objectivos, várias actividades foram levadas a cabo, nomeadamente:

- Monitorização de espécies de plantas angiospérmicas utilizadas na medicina tradicional, a nível nacional;
- Programa-Projecto: Multiplicação In Vitro de Banana (Musa sp.);
- Conservação “ex situ” de Recursos Genéticos Vegetais (RGVAA) para agricultura e alimentação em Banco de Germoplasma (Semente e In Vitro);

Criação de uma Rede de Áreas Marinhas Protegidas em Cabo Verde – no âmbito do Programa Regional de Conservação Costeira e Marinha da África do Oeste (PRCM), com o objectivo de preservação dos ecossistemas marinhos e desenvolvimento de uma pesca racional. Já foram

identificadas algumas zonas e projectos prioritários para Cabo Verde, em que se destacam os seguintes:

- Reserva marinha: Ilhas de Sta. Luzia, ilhéus Raso e Branco;
- Reserva marinha: Ilhas de Boavista, Sal e Maio;
- Projecto de protecção e conservação de espécies marinhas ameaçadas em Cabo Verde;

No quadro do Programa de Acção Nacional de luta contra a desertificação, há um conjunto de actividades com vista a restauração e/ou recuperação das terras degradadas pela desertificação e efeitos da seca, nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas., para além da valorização dos solos salgados, utilizando o SIG, enquanto instrumento de planificação por excelência.

As zonas montanhosas foram classificadas como Áreas protegidas (Parques Naturais ou Paisagem Protegida) e estão a ser objectos de planificação.

Com vista a proteger as áreas de importância particular para a biodiversidade, Cabo Verde dispões de :

Decreto_Lei nº 2/2002 de 21 de Janeiro, que estabelece a proibição de extracção de areia nas dunas, nas praias, nas águas interiores, e define normas disciplinadoras de tais actividades, quando elas sejam permitidas; Decreto-Lei nº29/2006 sobre o Novo Regime de Avaliação de Impacte Ambiental; Decreto-Lei nº 40/2003, de 27 de Outubro BO nº36 – Estabelece o regime jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia; Decreto nº 13/2005, de 5 de Dezembro, aprova a adesão, a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem; Resolução nº 149/VI/2005, de 5 de Dezembro, aprova para adesão ao Protocolo de Quioto à Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, sobre o regime jurídico da Rede nacional de áreas protegidas; Decreto-Lei nº 7/2004, estabelece as normas de descarga das águas residuais; o decreto-lei nº 8/2004 que estabelece os critérios e normas de qualidade da água e sua classificação, como bem os sistemas de controlo, o regime sancionatório e medidas de salvaguarda, tendo como objectivo proteger o meio aquático e melhorar, na generalidade, a qualidade da água para o consumo humano; está em identificação outros espaços naturais para integrarem a rede nacional de Áreas protegidas; está em curso a elaboração do Plano Director dos Parques Naturais de Serra Malagueta, Monte Gordo e Fogo, bem como planos de gestão das reservas naturais de Santa Luzia e Murdeira.

A fim de restaurar, estabilizar ou reduzir o declínio das populações de espécies de certos grupos taxionómicos, foram executadas actividades como: (i) re-introducão de certas espécies vegetais nas zonas de altitude; (ii) protecção de espécies de fauna e de flora ameaçadas de extinção; (iii) valorização de espécies úteis e de recursos selvagens; (iv) criação de um banco de gene no Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário no Jardim botânico; (v) protecção de espécies e seus habitats marinhos; (vi) medidas de adaptação contra a erosão costeira, no quadro de um projecto sobre mudanças climáticas; (vii) criação de Áreas protegidas marinhas e terrestres.

No quadro da protecção da espécie de flora ou de fauna selvagem ameaçada pelo comércio internacional, Cabo Verde publicou o Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, que aprova a

Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983. A CITES foi Ratificada por Cabo Verde em 10/08/2005.

A conservação de espécies é também um facto a nível das comunidades rurais. Com efeito, algumas espécies herbáceas ou lenhosas são conservadas pelas populações, devido a interesses medicinais, sociais e até culturais.

. A lei florestal protege, de um modo geral, as espécies florestais, particularmente os endemismos. Por outro lado, há um conjunto de iniciativas no sentido de se reproduzir plantas endémicas e/ou ameaçadas de extinção, em viveiros florestais e sua fixação nos perímetros florestais e ou nos espaços naturais protegidos, o que assegura a sustentabilidade dos recursos fitogenéticos.

Uma atenção especial é dada ao controle dos riscos provocados pelas espécies exóticas invasoras. Este controlo é feito através das vias de acesso potencial das espécies exóticas invasoras. De facto, o controlo de entrada de espécies exóticas invasoras é feito ao nível de todos os portos e aeroportos do país e mesmo entre as ilhas. A importação de uma espécie animal e/ou vegetal é sujeita à declaração e autorização prévia.

Os serviços de protecção vegetal da DGASP fazem o controlo sistemático de entradas de espécies no país, antes da sua introdução. Esse controlo é feito através de análises de riscos para se detectar potenciais doenças e/ou pragas antes da entrada.

No concerne às espécies florestais, a florestação é feita com sementes ou estacas recolhidas em povoamentos florestais a nível nacional. Qualquer iniciativa de introdução de uma espécie passa pelo teste de análise de eliminação e introdução de espécies.

Embora não existam planos específicos de gestão de espécies invasoras, no quadro do projecto áreas protegidas terrestres, estão previstas análises do comportamento das espécies exóticas, com vista a um melhor conhecimento do papel de algumas espécies invasoras no processo ecológico, em termos de sinergias positivas ou dos efeitos concorrenciais negativos, para se poder em consciência elaborar eventualmente um plano da erradicação, caso isso se revelar necessário.

Um outro aspecto importante tem a ver a criação das condições para que a biodiversidade e os habitat que a suportam possam adaptar-se às consequências das mudanças climáticas. Neste particular, um dos objectivos é preservar e melhorar a capacidade dos elementos constitutivos da biodiversidade para se adaptarem às mudanças climáticas. Este objectivo consta da Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, do Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD) e do Plano de Acção Florestal.

Em matéria da preservação da diversidade sócio-cultural das comunidades autóctones e locais, com destaque para a protecção dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais, a política do Governo para o sector agrícola visa “Uma agricultura sustentável, assente no ordenamento das bacias hidrográficas e valorização dos recursos naturais e suas capacidades produtivas, e

orientada para a diminuição da pobreza e satisfação das necessidades alimentares básicas das populações.

O Projecto de Áreas protegidas contempla a dimensão vulgarização de conhecimentos e práticas tradicionais como uma das estratégias fundamentais de integração das comunidades locais na gestão dos Parques Naturais. A necessidade de se ter em consideração os saberes locais endógenos na conservação da biodiversidade é fortemente recomendada na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade.

A protecção dos direitos das comunidades autóctones e locais aos seus conhecimentos, inovações e práticas tradicionais, inclusive os seus direitos à distribuição das vantagens, particularmente no concernente à repartição equilibrada dos papéis, responsabilidades e benefícios na gestão da biodiversidade é um dos quatro objectivos fixados na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade.

Quanto aos recursos financeiros novos e suplementares transferidos para o cumprimento efectivo das suas obrigações no quadro da Convenção, conforme o artigo 20, são assegurados pelas cooperações bilaterais e multilaterais sob forma de doações e do orçamento nacional e afectação de orçamento por objectivos.

Do ponto de vista de transferência de tecnologia, ela será, assegurada no quadro do reforço da capacidade técnica e institucional da Direcção-Geral do Ambiente. Para o efeito, está em curso a elaboração de um projecto intitulado « Autoavaliação Nacional de Capacidades para a Gestão Ambiental Global (NCSA)», financiado pelo GEF/PNUD, cujo objectivo é avaliar as necessidades e prioridades de Cabo Verde em matéria de reforços de capacidades com vista a capitalizar as sinergias entre as Convenções emanadas do Rio, tais como a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a Desertificação e a Biodiversidade.

III - ESTRATÉGIA MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO DE PLANTAS

Na sequência da decisão da Conferência das Partes em adoptar a estratégia mundial para a conservação de plantas, Cabo Verde definiu os seus próprios objectivos no quadro da estratégia mundial adoptada.

A Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade definiram como objectivo estabelecer uma lista provisória, bastante acessível, de espécies vegetais**.** Na Primeira Lista Vermelha sobre espécies ameaçadas constam um balanço taxionómico bibliográfico de grupo sistemático da flora nacional

Igualmente, a Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade prevê a avaliação preliminar do estado da conservação de todas as espécies vegetais como um dos objectivos importantes. No Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, elaborado em 2004, e no Perfil Ambiental de Cabo Verde foi avaliado o estado de conservação das espécies vegetais. Por outro lado, no quadro dos projectos áreas protegidas marinhas e costeiras bem como nas áreas protegidas terrestres está a ser avaliado o estado da conservação da flora.

Em termos de conservação efectiva de pelo menos 10% de cada uma das zonas ecológicas, não existe uma definição em termos percentuais, mas foram definidos objectivos de conservação na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade que respeitam os 12%, de acordo com as recomendações da Cimeira da Terra. De facto, a criação da Rede Nacional de Áreas protegidas, com 47 áreas protegidas, totalizando **64.237,75** hectares, representa **15,93%** da superfície do país.

No concernente à protecção da espécie de flora selvagem contra ameaças devido ao comércio internacional, é importante dizer que todas as espécies de flora selvagem ameaçadas são geridas e protegidas no quadro da CITES. O Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983, foi Ratificado em 10/08/2005.

Enfim, a elaboração de planos de gestão de áreas protegidas, a ratificação da CITES e o Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro, sobre protecção de fauna e flora, vieram estabelecer as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.

A valorização do conhecimento tradicional foi contemplada na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade, no Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD), bem como na Estratégia Nacional de luta contra a Pobreza.

Por outro lado, na elaboração de Planos de Gestão de áreas protegidas é dada uma atenção especial a valorização de conhecimentos tradicionais na gestão dos recursos naturais.

A importância da diversidade vegetal e a necessidade de a conservar foram consideradas nos programas de comunicação, de formação e de sensibilização que constam da Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade.

O reforço da capacidade técnica institucional é um dos objectivos estratégicos para a conservação da biodiversidade vegetal. Com efeito, houve recrutamento de técnicos especializados nacionais e estrangeiros no quadro dos projectos gestão de áreas protegidas e conservação marinha e costeira: foram recrutados 8 técnicos no projecto áreas protegidas terrestres e 4 na conservação marinha e costeira.

No que concerne à criação da rede para a conservação de plantas, a nível nacional, foi publicado o Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, que cria a Rede Nacional de áreas protegidas, com 47 áreas protegidas, classificadas em Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida, Monumento Natural e Sítios de Interesse Científico.

As áreas protegidas criadas estão a ser objectos de elaboração de planos de gestão. Além disso, está em curso a identificação de novas áreas protegidas, no quadro do projecto Conservação marinha e costeira.

IV - ABORDAGEM POR ECOSSISTEMA

O Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, através dos seus organismos da administração directa (Direcção-Geral do Ambiente, Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Direcção-Geral das Pescas e Delegações nos municípios) vem adoptando práticas de intervenção no mundo rural por programa/ecossistemas, em detrimento de projectos. É nesta linha de pensamento que foram elaborados os planos das bacias hidrográficas de Picos e Engenhos, Ribeireta, Flamengos, (Santiago), Fajã (S. Nicolau) e estão a ser elaborados os planos de gestão dos parques naturais de Serra Malagueta e Monte Gordo e Chã das Caldeiras (Fogo).

No quadro do projecto áreas protegidas terrestres, há trocas de experiências entre as equipas responsáveis pela elaboração de planos de gestão os Parques Naturais de Serra malagueta, na ilha de Santiago, e de Monte Gordo em S. Nicolau. Houve também trocas de experiências entre Cabo Verde, Canárias e Marrocos, no domínio de gestão de áreas protegidas.

V - BIODIVERSIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os projectos executados no quadro de Plano de Acção Florestal Nacional, do Programa de Acção Nacional de luta contra a desertificação e os em curso, relativos às áreas protegidas, contemplam medidas de adaptação dos ecossistemas às mudanças climáticas. Além disso, está em curso a elaboração do Plano de Acção sobre medidas de Adaptação às mudanças climáticas, financiado pela UNESCO. Foi já apresentada a primeira versão do documento do plano, contendo um conjunto de soluções estruturais do tipo “soft” para a alimentação artificial de praias, reforço de dunas e outras amigas do ambiente, bem como soluções tipo “hard” como os esporões, obras longitudinais aderentes e obras longitudinais destacados. Há, por outro lado, um conjunto de soluções não estruturais que, de uma forma indirecta, contribuem para a criação de condições de adaptação dos sistemas às mudanças climáticas.

Para facilitar a coordenação entre projectos no domínio do ambiente e capitalizar as sinergias entre as Convenções do Rio, o Governo de Cabo Verde elaborou, e está a ser implementado, o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II), que é um instrumento de gestão ambiental enquadrador da política do ambiente no país.

No quadro de projectos áreas protegidas terrestres e conservação marinha e costeira, está em curso actividades concernentes à identificação a nível genético de espécies e de ecossistemas, com vista a conhecer não só as necessidades de conservação, como também o estabelecimento de planos de vigilância para protecção e conservação dos processos ecológicos no seu todo.

Foi criado a Direcção de Serviços de Informação e Seguimento de Qualidade Ambiental, na Direcção-Geral do Ambiente, a qual compete nomeadamente promover a criação e assegurar a gestão do sistema de informação para o ambiente, garantindo a sua permanente actualização.

VI - ESFERAS TEMÁTICAS

Biodiversidade marinha e costeira

Muito se tem feito neste âmbito, nomeadamente a melhoria da gestão das áreas marinhas e costeiras protegidas existentes, a identificação de novas áreas marinhas e costeiras protegidas, o reforço da capacidade interna para a gestão dos recursos marinhos e costeiros, através de programas educativos e iniciativas de investigação orientadas, controlo da pesca excessiva e as práticas de pesca destrutivas e incorporação dos conhecimentos locais e tradicionais na gestão dos recursos marinhos e costeiros.

Para reforço da capacidade interna sobre a gestão dos recursos marinhos e costeiros, tem-se promovido formação, tanto a nível mestrado como de doutoramento, nomeadamente através de programas educativos e iniciativas de investigação orientadas. Trabalhos diversos feitos com as comunidades locais ajudam e facilitam a incorporação dos conhecimentos locais e tradicionais para melhor gestão dos recursos marinhos e costeiros.

Biodiversidade agrícola

Desenvolvimento de estratégias, programas e planos nacionais que asseguram o desenvolvimento e a aplicação eficazes de políticas e de medidas que permitam a utilização duradoura de elementos constitutivos da biodiversidade agrícola tem sido executado pela Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP) e pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA). Alguns planos e estratégias aprovados pelo governo encontram-se em execução, tais como:

- **Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola –** no horizonte 2005-2015 e respectivo Plano de Acção 2005-2008;
- **Plano Director de Irrigação** Tem como finalidade a melhoria do regadio, utilizando mais racionalmente os recursos em solos e água e os recursos humanos existentes, de maneira a melhorar o bem-estar da população, através do aumento da produtividade e da diversificação de culturas;
- **Plano Director de Horticultura –** o objectivo do plano director de Horticultura é de fazer o ponto de situação do sector, em termos dos constrangimentos e potencialidades, delinear estratégias de desenvolvimento durável a médio prazo (técnicas, socio-económicas e institucionais), em função dos objectivos gerais identificados, discutir com os parceiros as opções e propostas de estratégias comuns e propor as actividades prioritárias a curto prazo.

- **Programa de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação** – tem por objectivo assegurar a participação de todos os parceiros na conservação e gestão dos recursos naturais (solo, água e vegetais), promover a pesquisa e a troca de informação científica sobre a desertificação e reforçar o sistema de informação sobre o ambiente.
- **II Plano de Acção Nacional para o Ambiente –** O objectivo geral do PANA II é o de definir orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais e de gestão sustentável das actividades económicas. Especificamente, os objectivos do PANA II são: (i) definir as principais orientações políticas do ambiente e de gestão dos recursos naturais; (ii) identificar as oportunidades e prioridades de desenvolvimento; (iii) identificar acções para utilização dos recursos com o maior grau de eficácia e eficiência; (iv) definir o quadro institucional e os mecanismos de coordenação intersectorial; (v) promover a integração das preocupações ambientais na planificação do desenvolvimento económico e social; (vi) promover a melhoria das condições de vida das populações.

- **Programa de Luta Contra a Pobreza** – No combate ao desemprego, exclusão social, na eliminação da pobreza extrema, no combate às assimetrias campo/cidade, na promoção das actividades geradoras de rendimento, fomentando a criação de micro empresa familiar.

O país identificou os meios para tratar os impactos potenciais das tecnologias de restrição da utilização dos recursos genéticos na conservação *in situ* e *ex situ* e a sua utilização duradoura, incluindo a segurança alimentar da biodiversidade. No que concerne à segurança alimentar, a produção agrícola nacional tem vindo a assegurar parte das demandas nacionais, tanto em frutas como em hortaliças, bem como em culturas de sequeiro, especialmente milho, feijões, raízes e tubérculos.

O sector agrícola tem conhecido, nos últimos anos, alguns avanços tecnológicos, com destaque para trabalhos de selecção e de aperfeiçoamento vegetal e implementação de sistemas de micro-irrigação, sobretudo a rega gota-a-gota. De salientar que a micro-irrigação tem vindo a ter um grande impacto positivo na produção agrícola, em geral, e hortícola em particular, reduzindo bastante a perda de água, e consequentemente o aumento da área cultivada.

Biodiversidade de terras áridas e sub – húmidas

Cabo Verde foi o primeiro país da África e o segundo do mundo a ratificar a Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação, em Março de 1995. No processo de luta contra a desertificação e os efeitos da seca, assim como nos programas e planos de protecção do ambiente e desenvolvimento, o apoio dos parceiros internacionais foi e continua a ser imprescindível. Nesse domínio a França lidera o processo de mobilização dos parceiros. Neste sentido, foram encaminhadas ajudas para a capacitação técnica dos quadros, a nível nacional e regional. Assim, no processo de financiamento directo dessas acções, é urgente a capacitação de quadros nacionais, no domínio da investigação e gestão dos recursos naturais, sobretudo voltado para os estratos bioclimáticos áridos e semi-áridos. Esta capacitação é extensiva à pesquisa científica, com vista a um melhor conhecimento das potencialidades naturais, da região, a na busca de uma gestão sustentável de recursos ambientais.

As ONGs e as Organizações da Sociedade Civil vêm recebendo apoio técnico e financeiro do Governo para a execução de programas e projectos de desenvolvimento rural, com vista a criarem condições edafoclimáticas locais que favoreçam a conservação/recuperação dos ecossistemas degradados. As actividades são de natureza mecânica (diques, arretos, caldeiras, banquetas, muretes) e biológicas (plantação de árvores e arbustos). Essas organizações são igualmente contempladas com formações em contabilidade, técnicas de conservação de solo e água, avaliação de impacte ambiental de infra-estruturas de conservação de solo e água, etc.

Na Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade e no Programa de Acção Nacional da Luta contra a Desertificação (PAN-LCD) incluem-se programas de trabalho sobre terras áridas e sub húmidas. Existe também uma certa concertação e coordenação de actividades ligadas à conservação da biodiversidade e da luta contra a desertificação e os efeitos da seca. E isto é facilitado pela estratégia de planificação por bacias hidrográficas adoptada pelo Ministério do Ambiente e Agricultura.

No quadro do programa de Acção Nacional de luta contra a desertificação foram identificados os constrangimentos ligados à gestão de terras áridas e semi-áridas e propostas soluções que viabilizem a utilização do espaço, de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável. Foi produzido um documento sobre as técnicas de conservação solo e água, com destaque para os conhecimentos tradicionais.

Em termos de sensibilização, o ano de 2006 foi instituído como o Ano do Deserto e da Luta Contra a Desertificação, e Cabo Verde tem feito várias actividades nesta matéria, assim chamando a atenção da população para a importância das terras áridas e a sua melhor conservação.

A. IDENTIFICAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

País parceiro	Cabo Verde
CORRESPONDENTE NACIONAL	
Nome completo do Organismo	Ministério do Ambiente e Agricultura
Nome e título do administrador responsável	Maria Ivone Andrade Lopes, Ponto Focal Operacional da CDB
Endereço	C.P 115 - Fazenda, Praia
Telefone	(238) 2617511/2618984
Fax	(238)2617511
E-mail	sepa@cvtelecom.cv
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO RELATÓRO NACIONAL	
Nome completo do Organismo	Ministério do Ambiente e Agricultura
Nome e título do administrador responsável	Sónia Indira Araújo, Ponto Focal Nacional da CDB
Endereço	Fazenda, Praia
Telefone	(238) 2617511/2618984
Fax	(238)2617511
E-mail	sepa@cvtelecom.cv
SUBMISSÃO	
ASSINATURA DO Administrador responsável pela submissão do relatório nacional	
Data de submissão	

INFORMAÇÕES SOBRE A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO

Caixa I

Queira fornecer informações sobre a preparação deste relatório inclusive informações sobre as partes implicadas, bem como o material utilizado
Este relatório foi elaborado com base em informações existentes e disponíveis nas instituições ligadas directa ou indirectamente à gestão da biodiversidade, nomeadamente, o instituto Nacional de investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), o Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP), a Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, a Direcção-Geral das Pescas, a Direcção-Geral do Ambiente, para além da consulta de documentos como o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em CABO Verde, o Perfil do Ambiente de Cabo Verde, etc.

Caixa II

Queira dar uma visão geral do estado de evolução dos diferentes elementos constitutivos da biodiversidade no seu país, de acordo com as informações e dados disponíveis.
Flora indígena A flora indígena de Cabo Verde é formada por 224 espécies, das quais 85 são endémicas e as restantes são espécies espontâneas naturalizadas. Os endemismos estão representados por 85 espécies, pertencentes a 11 famílias e 17 géneros. O género com maior representação é o *Diplotaxis* (Mostarda-brabo), com 8 espécies, seguido dos géneros *Limonium* (Carqueja)*, Lotus* (Piorno) e *Tornabenea* (Funcho), com 5 espécies. A família com maior diversidade específica é a *Asteraceae* (compostas) com 10 espécies, entre as quais *Sonchus daltonii* Webb (Coroa-de-rei) e *Artemisia gorgonum* webb (Losna). No entanto uma inventariação fitossociológica mais aprofundada, realizada em 2004 aponta para a possibilidade de existência de pelo menos mais duas espécies de plantas angiospérmicas endémicas de Cabo Verde (Rivas-Martinez *et al*. *in prep*). **Fauna indígena** A fauna indígena de Cabo Verde engloba espécies de recifes de corais, moluscos (bivalves, gastrópodes e cefalópodes), artrópodes (insectos, crustáceos e aracnídeos), peixes (grandes pelágicos, pequenos, pequenos pelágicos e demersais), répteis e aves e, provavelmente, algumas espécies de mamíferos marinhos. Das classes de animais representados em Cabo Verde, a dos répteis terrestres, com 23 (82%) *taxa* (formas) endémicos (Schleich, 1996), é aquela que melhor representa a fauna indígena do Arquipélago. A avifauna indígena está representada por 36 *taxa* (formas) que se reproduzem nas ilhas, estando esses *taxa* subdivididos em 6 espécies e 16 subespécies endémicas (Hazevoet, 1996), totalizando 22 endemismos ou seja 58% do total da avifauna do território nacional. As restantes formas são consideradas naturalizadas. Dos coleópteros (insectos) indígenas fazem parte 155 (33%) espécies endémicas e 100 espécies definitivamente introduzidas (cosmopolitas e subcosmopolitas), totalizando 42% de endemismos, considerada por Geisthardt (1996), a maior representação de coleópteros das Ilhas Atlânticas. Os aracnídeos indígenas englobam 46 (41%) espécies endémicas de Cabo Verde. A fauna marinha possui um número muito reduzido de formas indígenas, sendo as esponjas, com 257 espécies (Soest, 1993) e os corais, os animais marinhos com o maior número de representantes endémicos. Apesar dessa riqueza biótica dos ecossistemas cabo-verdianos, assiste-se, nos últimos tempos, aqui e acolá, a uma certa disfunção ambiental de origens e causas várias, que vêm ameaçando a saúde dos nossos recursos vivos, a que urge por cobro a todo o custo. Aliás, a percepção do estado de degradação dos recursos biológicos fez com que o Governo tomasse algumas medidas nomeadamente a aprovação do Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, que aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983; o Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, sobre o regime jurídico da Rede nacional de áreas protegidas; Decreto nº

13/2005 que aprova a Convenção sobre Conservação de Espécies Migratórias, o Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro. Estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.

.

Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana continua de forma preocupante. Esse grau de degradação está, aliás, evidenciado em diversos documentos já publicados, nomeadamente a "*Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde". De acordo com esse documento, e*ncontram-se ameaçadas mais de 26% das angiospérmicas, mais de 40% das briófitas, mais de 65% das pteridófitas e mais de 29% dos líquenes" mais de 47% das aves, 25% dos répteis terrestres, 64% dos coleópteros, mais de 57% dos aracnídeos e mais de 59% dos moluscos terrestres. Esta situação considerada alarmante em 1996, vem-se agravando para as espécies *Alauda razae* (Calhandra-do-Ilhéu-Raso), cujo efectivo populacional sofreu uma redução de 250 exemplares em 1992 para 92 exemplares em 1998, *Himantopus himantopus* (Perna-longa), cuja população, avaliada em 75 exemplares em 1990, sofreu no período de 5 anos uma redução de cerca de 70% (Hazevoet, 1999).

De uma forma geral, a redução dos efectivos populacionais das componentes da biodiversidade deve-se principalmente à depredação, destruição de *habitats* e à introdução de espécies exóticas.

A vulnerabilidade das espécies marinhas cabo-verdianas, sobretudo as das zonas costeiras, tem aumentado, apesar de existirem medidas legislativas no sentido de se minimizar a pressão sobre elas e os seus *habitats*. Não obstante a adopção dessas medidas, o meio marinho tem experimentado mudanças como resultado do aumento de pressão das capturas dos peixes comerciais, da extracção de areias e da deposição de sedimentos nas zonas litorais como resultado das actividades realizadas no interior das ilhas.

Os planos ambientais inter-sectoriais da biodiversidade e das pescas, elaborados de forma participativa, e os planos estratégicos de gestão dos recursos da pesca e de desenvolvimento da agricultura, são, por excelência, os instrumentos de gestão da biodiversidade, capazes de contribuírem para uma gestão optimizada dos recursos biológicos em Cabo Verde.

B. ESCOLHA DE PRIORIDADES, OBJECTIVOS E OBSTÁCULOS

Escolha de prioridades

1. Queira assinalar, com um "**X**", na coluna apropriada abaixo, o nível de prioridade que o seu país atribui à implementação dos artigos vários, disposições e suas decisões associadas, e que se relacionam com os programas de trabalho da Convenção.

Artigo/Disposição/Programa de trabalho	Nível de prioridade		
	Alta	**Média**	**Baixa**
a) Artigo 5 – Cooperação	X		
b) Artigo 6 – Medidas gerais com vista a conservação e utilização sustentável	X		
c) Artigo 7 – Identificação e supervisão	X		
d) Artigo 8 – Conservação *in sit*u	X		
e) Artigo 8(h) – Espécies exóticas			X

f) Artigo 8(j) - Conhecimentos tradicionais e disposições conexas		X	
g) Artigo 9 – Conservação *ex-situ*	X		
h) Artigo 10 – Utilização sustentável dos elementos constitutivos da biodiversidade	X		
i) Artigo 11 – Incentivos		X	
j) Artigo 12 – Investigação e formação	X		
k) Artigo 13 – Educação e sensibilização do público	X		
l) Artigo 14 - Avaliação de impacte a fim de minimizar os efeitos adversos		X	
m) Artigo 15 - Acesso aos recursos genéticos		X	
n) Artigo 16 - Acesso a transferência de tecnologia		X	
o) Artigo 17 – Intercâmbio de informação		X	
p) Artigo 18 – Cooperação científica e técnica		X	
q) Artigo 19 - Gestão da biotecnologia e distribuição dos seus benefícios		X	
r) Artigo 20 - Recursos financeiros		X	
s) Artigo 21 - Mecanismos financeiros		X	
t) Diversidade biológica agrícola		X	
u) Biodiversidade das florestas	X		
v) Biodiversidade de águas interiores		X	
w) Biodiversidade marinha e costeira	X		
x) Biodiversidade das terras áridas e sub-húmidas	X		
y) Biodiversidade das montanhas	X		

Dificuldades e obstáculos na implementação

2. Utilize a escala de classificação a seguir para reflectir o nível de dificuldades encontrados pelo seu país na implementação das disposições dos artigos da Convenção (5, 6,7, 8, 8h, 8j, 9, 10, 11,12, 13, 14, 15,16, 17, 18, 19 e 20)	
3 = Alto	1 = Baixo

2 = Médio	0 = Obstáculo efectivamente ultrapassado
N/A = Não aplicável	

Obstáculos	Artigos																	
	5	6	7	8	8h	8j	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
a) Falta de vontade e apoio político	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
b) Participação do público e implicação limitada dos parceiros	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
c) Ausência de integração de questões relativas à biodiversidade noutros sectores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
d) Ausência de medidas preventivas e proactivas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
e) Capacidade de acção insuficiente dada a debilidade institucional	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
f) Ausência de transferência de tecnologia e de expertise	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
g) Perda de conhecimentos tradicionais	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
h) Insuficiente capacidade de investigação para apoiar todos os objectivos	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
i) Falta de conhecimentos e de informações acessíveis	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
j) Ausência de educação e de sensibilização do público a todos os níveis	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
k) Os conhecimentos científicos e tradicionais	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

não são utilizados plenamente																		
l) Perda de biodiversidade e os bens e serviços correspondentes que ela dispensa não são bem compreendidos ou documentados	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
m) Falta de recursos financeiros, humanos e técnicos	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
n) Ausência de medidas de incentivos económicos	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
o) Ausência de distribuição de vantagens	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
p) Falta de sinergias aos níveis nacional e internacional	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
q) Ausência de cooperação horizontal entre as partes implicadas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
r) Ausência de parcerias efectivas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
s) Falta de engajamento da comunidade científica	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
t) Ausência de políticas e de leis apropriadas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
u) Pobreza	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
v) Pressão demográfica	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
w) Hábitos de consumo e de produção não viáveis	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
x) Falta de capacidade das comunidades locais	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
y) Falta de	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

conhecimentos e de experiências de abordagem de gestão por ecossistema																		
z) Fraca capacidade de aplicação efectiva	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
aa) Catástro-fes naturais e mudanças ambientais	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
bb) Outros (Queira precisar)																		

Objectivo de 2010

Na decisão VII/30, Anexo II, a Conferência das Partes decidiu criar um quadro provisório para finalidades e objectivos, a fim de clarificar o objectivo mundial de 2010 adoptado em virtude da decisão VI/26, de apoiar a realização de avaliação de progressos conseguidos na prossecução deste objectivo, e de promover a coerência entre os programas de trabalho da Convenção. As Partes e os Governos são convidados a definir os seus próprios objectivos com o apoio deste quadro simples. Queira fornecer informações pertinentes, respondendo as questões e as perguntas formuladas nos quadros apresentados a seguir.

Caixa III

Finalidade 1	**Promover a conservação da biodiversidade dos ecossistemas, de habitats e de biomas.**
Objectivo 1.1	**Pelo menos 10% de cada uma das regiões ecológicas do planeta são efectivamente conservadas**

I) Objectivo nacional: Foi definido um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima indicado?	
a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar abaixo

* Objectivos gerais de Conservação

No Programa de Acção de conservação e gestão sustentável da Biodiversidade em Cabo Verde, elaborado no quadro do PANA II, no período entre 2004-2014, foram identificados os seguintes objectivos gerais.

- Conservação e uso sustentável dos componentes biológicos (as espécies) presentes na nossa região;
- Garantir a viabilidade biológica (genética) das espécies que constituem a Biodiversidade, como base da inovação científica e industrial;
- Manutenção dos processos ecológicos essenciais que servem de base à Biodiversidade (solos,

florestas, costeira e recursos hídricos);
- Conservação e protecção da Biodiversidade, numa perspectiva (eco)regional, capaz de resistir às pressões e mudanças impostas.

Objectivos específicos

- A protecção, conservação ou recuperação de populações de espécies em perigo de extinção;
- A gestão e usos sustentáveis dos recursos naturais terrestres e marinhos, com especial interesse para os recursos pesqueiros e das costeira;
- A recuperação, protecção contra a degradação ou conservação de ecossistemas com alto índice de concentração de Biodiversidade,
- Conservação, protecção e/ou aumento de populações de espécies de importância sub-regional e mundial.

Planos existentes

- **Programa de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação (PAN-LCD**). O PANLCD é o principal instrumento de aplicação da Convenção de Luta contra a Desertificação. Este programa baseia-se essencialmente na gestão de recursos naturais, incluindo os recursos hídricos; melhoria da qualidade de vida e gestão da informação ambiental.

- **Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPA-DB).** A ENPA-DB é um instrumento de coordenação, seguimento e avaliação de todas as acções no domínio da conservação e utilização sustentável da biodiversidade

- **Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre as Mudanças Climáticas -** instrumento ideal para fazer face aos impactes das mudanças climáticas e minimizar, ao nível nacional, a emissão para a atmosfera de gases com efeito de estufa.

Implementação da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (*Programas em curso/realizados)*

- Conservação Marinha e Costeira - o projecto tem como objectivo principal a elaboração de planos de gestão de áreas protegidas marinhas e de costeira, cuja finalidade é o uso sustentável dos recursos naturais.

- Projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes, Fase I. No quadro deste projecto, financiado pelo GEF, PNUD e GOVCV está em curso a elaboração dos Planos Directores de gestão dos Parques Naturais de Serra Malagueta (Ilha de Santiago) e Monte Gordo (S. Nicolau). Para tal foram realizados três estudos, intitulados "*Subsídios para a elaboração de plano de gestão*", nos domínios de recursos biológicos, sociologia e abordagem participativa.

- Preservação e Exploração dos Recursos Naturais da ilha do Fogo – Projecto de Parque Natural da ilha do Fogo. Trata-se de um projecto de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) em Cabo Verde que, para além de outras actividades, tem por objectivo a elaboração do Plano Director do Parque Natural do Fogo (Chã das Caldeiras). O parque ocupa uma área de 75 km ^{2}, nas zonas altas do vulcão do Fogo (Bordeira e Chã das Caldeiras, a partir de 1800 metros).

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Queira indicar todos os objectivos nacionais definidos, fornecendo as precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões

a) Agricultura	X		▪ Monitorização de espécies de plantas angiospérmicas utilizadas na medicina tradicional no Arquipélago de Cabo Verde; ▪ Programa-Projecto: Multiplicação *In Vitro* de Banana (*Musa* Sp.); ▪ Conservação "ex situ" de Recursos Genéticos Vegetais (RGVAA) para agricultura e Alimentação em Banco de Germoplasma (Semente e *In Vitro*);
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		. Projecto Hidrocarpus, no contexto do programa INTERREG III da CEE são previstas as seguintes actividades: - Estudo encalhamento de cetáceos; - Pesca de profundidade - Estudos biológicos de espécies com potencial para a aquacultura. . Criação de uma Rede de Áreas Marinhas Protegidas em Cabo Verde – no âmbito do Programa Regional de Conservação Costeira e Marinha da África do Oeste (PRCM), com o objectivo de preservação dos ecossistemas marinhos e desenvolvimento de uma pesca racional. Foram já identificadas algumas zonas e projectos prioritários para Cabo Verde, em que se destacam os seguintes: - Reserva marinha: Ilhas de Sta. Luzia, ilhéus Raso e Branco; - Reserva marinha: Ilhas de Boavista, Sal e Maio; - Projecto de protecção e conservação de espécies marinhas ameaçadas em Cabo Verde;
d) Terras áridas e sub-húmidas			No quadro do Programa de Acção Nacional de luta contra a desertificação, há um conjunto de actividades com vista a restauração das terras degradadas pela desertificação e efeitos da seca, nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas, para além da valorização dos solos salgados, utilizando o SIG, enquanto instrumento de planificação por excelência.
e) Florestas	X		O número de plantas a fixar por ano depende se o espaço pertence á uma área protegida ou não. Se for uma área protegida o nº de plantas vai depender daquilo que o plano de gestão determinar; caso contrário, vai depender da disponibilidade de terreno.
f) Montanhas	X		As zonas montanhosas foram classificadas como Áreas protegidas (Parques Naturais ou Paisagem Protegida) e estão a ser objectos de planificação.

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?	
a) Não	
b) Sim, na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, nas estratégias, planos e programas sectoriais	

Queira precisar no quadro abaixo.
Cabo Verde elaborou a sua Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a biodiversidade, em 1999.
IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.
Cabo Verde elaborou a sua Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a biodiversidade. As principais acções prioritárias definidas são : • O desenvolvimento de espaços naturais protegidos, criados pelo Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de Fevereiro; • A preservação da biodiversidade através da preservação de habitats como perímetros florestais, zonas montanhosas, zonas agrícolas, zonas marinhas e costeiras,… • Conservação *ex situ* de recursos genéticos vegetais para agricultura e alimentação (RGVAA) em Banco de Germoplasma (Semente e *In Vitro*);
V) Queira fornecer informações sobre indicadores utilizados, concernente a este objectivo
Jardins botânicos funcionais, Parque Natural de Monte Verde (S. Vicente), de Moroços (Santo Antão) e de Monte Gordo (S. Nicolau) delimitados: estruturas administrativas de áreas protegidas criadas.
VI) Queira fornecer informações sobre todos obstáculos encontrados na implementação deste objectivo.
Falta de recursos financeiros para execução de programas e projectos identificados na Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, bem como para a elaboração dos instrumentos de gestão das áreas protegidas, nomeadamente Planos Directores dos Parques Naturais.
VII) Queira fornecer todas as outras informações pertinentes.

Caixa IV

Objectivo 1.2	**As áreas de importância particular para a biodiversidade são protegidas**
I) Objectivo nacional: Foi definido um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima indicado?	
a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	~~X~~
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X
Queira precisar abaixo	
Cabo Verde dispões de : • Decreto-lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, que cria 47 áreas protegidas, classificados em Parque Nacional, Parque Natural, Paisagem Protegida, Reserva Natural, Monumento Natural e Sítio de Interesse Científico. ▪ Projecto de Conservação Marinha e Costeira - o projecto tem como objectivo principal a elaboração de planos de gestão de áreas protegidas marinhas e de costeira, cuja finalidade é o uso sustentável dos recursos naturais. ▪ Projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes, Fase I. No quadro deste projecto, financiado pelo GEF, PNUD e GOVCV está em curso a elaboração dos Planos Directores de gestão dos Parques Naturais de Serra Malagueta (Ilha de Santiago) e Monte Gordo (S. Nicolau). Para tal foram realizados três estudos, intitulados "*Subsídios para a elaboração de plano de gestão*", nos domínios de recursos biológicos, sociologia e abordagem participativa. ▪ Projecto de Preservação e Exploração dos Recursos Naturais da ilha do Fogo – Projecto de	

Parque Natural da ilha do Fogo. Trata-se de um projecto de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) em Cabo Verde que, para além de outras actividades, tem por objectivo a elaboração do Plano Director do Parque Natural do Fogo (Chã das Caldeiras). O parque ocupa uma área de 75 km ^{2}, nas zonas altas do vulcão do Fogo (Bordeira e Chã das Caldeiras, a partir de 1800 metros).

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) Agricultura			
b) Águas interiores	X		Decreto-Lei nº 2/2002 de 21 de Janeiro, que estabelece a proibição de extracção de areia nas dunas, nas praias, nas águas interiores, e define normas disciplinadoras de tais actividades, quando elas sejam permitidas;
c) Marinha e costeira	X		Publicação do Decreto-Lei nº 29/2006, de 6 de Março sobre o Novo Regime de Avaliação de Impacte Ambiental; Decreto-Lei nº 40/2003, de 27 de Outubro BO nº36 – Estabelece o regime jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia Decreto nº 13/2005, de 5 de Dezembro, aprova a adesão, a Convenção sobre a Conservação das espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem Resolução nº 149/VI/2005, de 5 de Dezembro, aprova para adesão ao Protocolo de Quioto à Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983. Foi Ratificado em 10/08/2005. Decreto nº12/2005, de 17 de Outubro, Emenda ao Protocolo de Montreal em 1997, relativa às substâncias que empobrecem a camada do ozono. Decreto nº 11/2005, de 26 de Setembro, aprova o de protocolo de Cartagena sobre Biosegurança. Ratificado em 1 de Novembro de 2005 Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, sobre o regime jurídico da Rede nacional de áreas protegidas; Decreto-Lei nº 7/2004, estabelece as normas de descarga das águas residuais; o decreto-lei nº 8/2004 que estabelece os critérios e normas de qualidade da água e sua classificação, como bem os sistemas de controlo, o regime sancionatório e medidas de salvaguarda, tendo como objectivo proteger o meio aquático e melhorar, na generalidade, a qualidade da água para o consumo humano

			* Implementação da Convenção sobre a Biodiversidade; * Identificação de outros espaços naturais para integrarem a rede nacional de Áreas protegidas
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		O decreto-lei nº 6/2003, de 31 de Março, que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreira;
e) Floresta			
f) Montanha	X		Está em curso a elaboração do Plano Director dos Parques Naturais de Serra malagueta e Monte Gordo

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, nas estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar abaixo.

- II Plano de Acção Nacional para o Ambiente (2004-2014)(PANA II)
- Estratégia e Plano de Acção Nacionais sobre Mudanças Climáticas
- Plano de Acção Florestal
- Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre Biodiversidade
- Programa de Acção Nacional de luta contra Desertificação (PAN-LCD)

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo

- Foi criado a Rede Nacional de Áreas Protegidas, com 47 Áreas Protegidas, com categorias de Parque Natural, Parque Nacional, Natural, Parque Nacional, Reserva Natural, Paisagem Protegida, Monumento Natural e Sítios de Interesse Científico. Está em curso a elaboração de 2 Planos Directores de 2 Parques Naturais.

- O PANA II está a ser implementado a nível de cada município, através de Planos de Acção Municipal para o Ambiente (PAM), cujas actividades visam gestão sustentáveis dos recursos naturais e ambientais.

-Está em curso a elaboração de plano de gestão de Reservas marinhas e identificação de outros espaços naturais a proteger.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes ao este objectivo

- Número de áreas protegidas criadas e instrumentos de gestão elaborados
- Percentagem de superfície de áreas protegidas em relação ao território nacional

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

- Insuficiência de recursos financeiros para implementação de programas e projectos
- Pressão antrópica sobre os recursos biológicos dada a pobreza
- Deficiente integração de biodiversidade noutros planos sectoriais, nomeadamente agricultura, pecuária, pesca e silvicultura

VII).

Queira fornecer outras informações pertinentes
Insuficiente sensibilização e informação dos actores em relação a necessidade de conservação dos ecossistemas naturais.

Caixa V

Finalidade 2	**Promover a conservação da biodiversidade das espécies.**
Objectivo 2.1	**Restaurar, estabilizar ou reduzir o declínio das populações de espécies de certos grupos taxionómicos**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar aqui abaixo.

- Re-introducão de certas espécies vegetais nas zonas de altitude
- Protecção de espécies de fauna e de flora ameaçadas de extinção
-Valorização de espécies úteis e de recursos selvagens

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) Agricultura	X		Criação de um banco de gene no Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário no Jardim botânico.
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		- Protecção de espécies marinhas e seus habitats; - Medidas de adaptação contra a erosão costeira, no quadro de um projecto sobre mudanças climáticas; - Criação de Áreas protegidas marinhas - Criação Sítios Ramsar (Lagoa de Rabil, Curral Velho, Lagoa de Pedra Badejo)
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		Criação de parques naturais, reservas naturais, paisagens protegidas em zonas áridas e sub-húmidas, com o objectivo de preservação e conservação de espécies em vias de extinção e dos ecossistemas em geral.
e) Florestas	X		Gestão de perímetros florestais e florestação em novas áreas; Implicação das comunidades locais na gestão dos recursos florestais Criação de florestas comunitárias
f) Montanhas	X		Criação de parques naturais, paisagens protegidas em zonas montanhosas ou de altitude, com o objectivo de preservação e conservação de espécies em vias de extinção e dos ecossistemas em geral.

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar aqui abaixo.

Estratégia e Plano de Acção Nacionais sobre a Biodiversidade, PAN- LCD, Programa de protecção marinha e costeira

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Foi publicado o decreto-lei que cria a rede nacional de áreas protegidas; está em curso a elaboração de 2 planos directores de 2 Parques nacionais; está em curso o projecto de protecção de áreas marinhas e costeira

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernente a este objectivo

Nº de planos directores elaborados; áreas com espécies em vias de extinção restauradas; nº de espécies endémicas plantadas

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

Um dos maiores obstáculos é a falta de recursos financeiros

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa VI

Objectivo 2.2	**Melhorar o estado das espécies ameaçadas de extinção**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar aqui abaixo.

Na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade constam acções concretas com vista a preservação das espécies em vias de extinção, nomeadamente criação de rede nacional de áreas protegidas. Este programa está ser executado pelos projectos Áreas protegidas na ilha de Santiago e S. Nicolau; Conservação marinha e costeira e Parque natural do Fogo.

A publicação da Lei Florestal e Lei sobre pescas

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) Agricultura			
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		Identificação de áreas marinhas de interesse biológico e sua classificação como reservas marinhas com vista a

			sua preservação e protecção.
d) Terras áridas e sub-húmidas			Identificação e criação de áreas protegidas, para além de um conjunto de implantação de infra-estruturas mecânicas e biológicas de conservação de solo e água
e) Florestas	X		Elaboração de planos de gestão florestal
f) Montanhas			Criação de parques naturais, paisagens protegidas em zonas montanhosas ou de altitude, com o objectivo de preservação e conservação de espécies em vias de extinção e dos ecossistemas em geral.

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?	
a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar aqui abaixo.

Estratégia, e Plano de Acção Nacional para o Ambiente, Programa de Acção Nacional de luta contra desertificação (PAN-LCD), Lei de Bases da Política do Ambiente, Convenções sobre o ambiente ratificadas por Cabo Verde.

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Espécies endémicas terrestres, mamíferos marinhos tartarugas marines, ameaçadas de extinção são protegidas através de actividades de informação e sensibilização dos pescadores e comunidades rurais como pela legislação, para além de elaboração de instrumentos de gestão da áreas protegidas.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes à este objectivo

Reuniões entre instituições sobre questões ambientais realizadas; livros sobre conhecimentos e práticas tradicionais produzidos; conhecimentos das leis sobre o ambiente pela sociedade civil; um maior número de jornalistas e juristas especializados em questões ambientais; leis ambientais reformulados com inclusão de incentivos económicos e outros; leis elaborados e aprovados, contendo os objectivos de participação da população.

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

Falta de recursos financeiros

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

- Reforço de vigilância ambiental e criação de mais áreas protegidas
- Informação e sensibilização dos actores

Caixa VII

Finalidade 3	**Promover a conservação da diversidade genética**
Objectivo 3.1	**A diversidade genética de culturas, de gado e de árvores, de peixe de fauna selvagens, com valor comercial, e de outras espécies com importância socio-económica é conservada; os conhecimentos tradicionais e locais que lhes estão associados são preservadas.**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar abaixo.

- A conservação da biodiversidade nas áreas protegidas, e que se encontram em bom estado de conservação, é um dos objectivos estratégicos da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade. As técnicas de conservação têm sempre em consideração o aproveitamento e a valorização dos conhecimentos tradicionais, numa perspectiva da capitalização das sinergias existentes entre as técnicas modernas e as locais.

- Ao nível da pesca, o programa conservação marinha e costeira dá uma grande importância a protecção das espécies e dos seus habitats.

- A nível da pecuária, o objectivo é promover cruzamentos entre espécies, de forma a melhorar a raça bovina e caprina, com vista a aumentar uma maior produção de leite e carne, assegurando sempre uma maior variabilidade genética.

- No concernente à agricultura, a estratégia da política agrícola privilegia a diversificação de culturas.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) Agricultura	X		- Diversificação de culturas agrícolas - Combate à doenças e pragas
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		Criação de áreas protegidas marinhas e gestão sustentável dos recursos marinhos, no quadro de uma pesca sustentável
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		Criação de Parques Naturais, reservas naturais e paisagem protegidas
e) Florestas	X		- Projecto de re-introdução de essências florestais adaptadas às condições edafoclimáticas locais
f) Montanhas	X		Criação de Parques Naturais, reservas naturais e paisagem protegidas e elaboração de instrumentos de gestão desses espaços naturais protegidos

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar abaixo.

- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente,
- O Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD)
- O Plano de Acção Florestal

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Estão a ser implementados a Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, o Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente, o Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD) e o Plano de Acção Florestal
V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes à este objectivo
Aumento e diversificação natural de espécies nos perímetros florestais: maior fiscalização dos perímetros florestais; estruturas administrativas de áreas protegidas criadas; dados actualizados e disponíveis para a monitorização das população animal e vegetal; jardins botânicos funcionais – áreas protegidas fiscalizadas e turistas satisfeitos.
VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa VIII

Finalidade 4	**Promover a utilização sustentável e o consumo racional.**
Objectivo 4.1	**Os produtos à base de biodiversidade provêm de recursos geridos de maneira sustentável e as áreas de produção são geridas de acordo com os princípios de conservação da biodiversidade**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?	
a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar abaixo.

O Governo entende que, mais do que um problema de degradação do meio ambiente, a problemática ambiental deve ser analisada numa perspectiva de promoção de um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes política, económica, sócio-cultural e ambiental.

Assim, as Grandes Opções do Plano, definem como imagem do futuro de Cabo Verde no horizonte de longo prazo "um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz , justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano sustentável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida".

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) Agricultura	X		As práticas agrícolas são feitas de forma a garantir uma boa variabilidade genética e de acordo com a capacidade local de produção, evitando o esgotamento dos recursos, sejam

			eles solo ou água, para além da preocupação de se manter uma reserva de material genético para eventuais necessidades de reprodução das espécies, tanto pela via sexuada como assexuada.
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		No quadro do projecto Conservação marinha e costeira, há a preocupação de se elaborar planos de gestão que orientem actividades pesqueiras e gestão dos recursos marinhos numa perspectiva do desenvolvimento sustentável. Isto é, os recursos devem ser explorados de acordo com a taxa de renovação do seu stock ; proibição de exploração de espécies na época da desova; controlo da poluição marinha; diminuição da pressão sobre os recursos haliêuticos, etc.
d) Terras áridas e sub-húmidas			
e) Florestas	X		- Exploração florestal de acordo com planos de gestão, em que os abates serão efectuados de acordo os termos de explorabilidade. - Plano de Acção Florestal de modo a permitir a gestão dos recursos florestais de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.
f) Montanhas			

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar abaixo.

- O Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente,
- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD)
- O Plano de Acção Florestal

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Estão a ser implementado a Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, o Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente, o Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD) e o Plano de Acção Florestal

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes à este objectivo

Aumento da área de agricultura irrigada até 2010; mercados abastecidos em produtos hortícolas nacionais diversificados; *inputs* agrícolas disponíveis nos mercados; maior quantidade de produtos pecuários nos mercados.

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

- A pobreza e a necessidade de se resolver os problemas de imediato, sem pensar nas suas

consequências a médio e longo prazos, em termos ecológicos.

- Falta de recursos financeiros para o financiamento de actividades geradores de rendimento como alternativas à pressão antrópica sobre os recursos fitogenéticos.

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa IX

Objectivo 4.2	**O consumo/exploração irracional e não sustentável dos recursos ou que tem efeitos nocivos sobre a biodiversidade é reduzido**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar abaixo.

Lei da Bases da Política do Ambiente, o Decreto-Lei sobre a fauna e flora, a Lei Florestal, a Lei sobre a pesca, o Decreto-lei sobre o estudo de impacte ambiental e o Decreto-lei sobre rejeição de águas residuais publicados são instrumentos que regulam o comportamento das populações no sentido de assegurar o consumo e exploração racional dos recursos naturais.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) Agricultura	X		Política sectorial agrícola que privilegie uso sustentável dos recursos naturais
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		- Lei sobre pesca artesanal, semi-industrial e industrial, bem como a pesca desportiva - Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente
d) Terras áridas e sub-húmidas			- PAN-CLD, -Luta contra a intrusão salina - combate à erosão dos solos
e) Florestas	X		Plano de gestão florestal
f) Montanhas			Planos de gestão de áreas protegidas na fase de elaboração

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X

c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar aqui abaixo.

- O Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente,
- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD)
- O Plano de Acção Florestal

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Estão a ser implementados a Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, o Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente, o Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD) e o Plano de Acção Florestal

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes à este objectivo

Aumento da área de agricultura irrigada até 2010; mercados abastecidos em produtos hortícolas nacionais diversificados; *inputs* agrícolas disponíveis nos mercados; maior quantidade de produtos pecuários nos mercados.

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

Insuficiência de recursos financeiros para implementação das actividades previstas, falta de recursos humanos

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa X

Objectivo 4.3	**Nenhuma espécie de flora ou de fauna selvagem é ameaçada pelo comércio internacional**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar aqui abaixo.

A legislação em vigor interdita o comércio de espécies de flora e de fauna selvagens ameaçadas de extinção, nomeadamente o Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, que aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983. A CITES foi Ratificada por Cabo Verde em 10/08/2005.

Decreto nº 11/2005, de 26 de Setembro, aprova o Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança e Ratificado em 1 de Novembro de 2005.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) Agricultura	X		Algumas espécies herbáceas ou lenhosas são conservadas pelas comunidades, devido a interesses medicinais, sociais e até culturais
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		- As áreas protegidas marinhas - Algumas actividades económicas sobretudo as ligadas ao turismo.
d) Terras áridas e sub-húmidas			
e) Florestas	X		A lei florestal protege, de um modo geral, as espécies florestais, particularmente os endemismos. Por outro lado, há um conjunto de iniciativas no sentido de se reproduzir plantas endémicas e/ou ameaçadas de extinção, em viveiros florestais e sua plantação nos perímetros florestais e ou nos espaços naturais protegidos.
f) Montanhas			

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar abaixo.

- O Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente,
- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD)
- O Plano de Acção Florestal

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

- Os projectos em curso sobre conservação marinha e costeira e gestão de áreas protegidas, têm actuado no sentido da criação de condições para a conservação e protecção de espécies ameaçadas e/ou em vias de extinção, através de identificação e criação de áreas protegidas marinas e terrestres e subsequente elaboração de planos de gestão dessas áreas, com vista a uma gestão sustentável dos recursos naturais. Para tanto, medidas vêm sendo tomadas no sentido de:
- conservar as espécies em perigo e os ecossistemas representativos
- reduzir a pressão antrópica sobre os recursos da biodiversidade marinha e costeira
- reforçar e quadro institucional e legal
- reforçar as capacidades dos actores em gestão participativa, como estratégia fundamental para a apropriação da gestão dos recursos naturais e ambientais pelas comunidades locais.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes à este objectivo

Nº de espécies endémicas ameaçadas plantadas; nº de áreas protegidas criadas legalmente.

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

Insuficiência de recursos financeiros ; constrangimentos fundiários; carência de técnicos especializados em gestão de áreas protegidas

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa XI

Finalidade 5	**Reduzir as pressões resultantes da perda de habitat, da degradação, das mudanças na afectação de solos e da sobrexploração de água.**
Objectivo 5.1	**Abrandamento do empobrecimento de habitats naturais**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar abaixo.

São efectuadas a protecção e a supervisão de habitats dos diferentes biótopos, nos espaços naturais protegidos, tanto nas zonas terrestres como marinhas, no quadro dos projectos de áreas protegidas terrestres, como no de conservação de áreas marinas e costeira.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		- Combate à doenças e pragas nas culturas - Protecção de solos contra intrusão salina, devida à apanha de areia nas praias e sobrexploração de água nos poços e furos para rega e consumo.
b) Águas interiores	X		Proibição de apanha de inertes no leito das ribeiras (Decreto-Lei nº 2/2002 de 21 de Janeiro, que estabelece a proibição de extracção de areia nas dunas, nas praias, nas águas interiores, e define normas disciplinadoras de tais actividades, quando elas sejam permitidas;
c) Marinha e costeira	X		- Criação de áreas protegidas marinhas e costeiras - Conservação de espécies em vias de extinção e de ecossistemas representativas das zonas marinhas e costeiras;
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		- Realização de obras de conservação de solo e água (mecânicas e biológicas)
e) Florestas	X		- Combate a incêndios florestais e elaboração de planos de gestão florestal; - Classificação de alguns perímetros florestais

			como espaços naturais protegidos - A Lei nº 48/V/98, de 6 de Abril, sobre a protecção da árvore e da floresta, a regulação da actividade florestal;
f) Montanhas			

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?	
a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar abaixo.

- O Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente,
- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD)
- O Plano de Acção Florestal

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Está em curso a execução dos seguintes planos e programas: Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente, a Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, o Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD) e o Plano de Acção Florestal, todos visando a gestão integrada dos ecossistemas.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes à este objectivo

Comunidades rurais com capacidade para gerir racionalmente os recursos florestais; maior supervisão dos perímetros florestais; aumento dos recursos financeiros dos pastores e pecuaristas; maior abundância de vegetação natural no campo; plano de gestão das pescas elaborado; novas tecnologias de pesca divulgadas e utilizadas por 50% dos pescadores; aumento do número de estudos de impacte ambiental; jardins botânicos funcionais.

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

Falta de recursos financeiros para o cabal cumprimento dos objectivos previstos; alguns problemas fundiários

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

QUADRO XII

Finalidade 6	**Supervisionar os riscos provocados pelas espécies exóticas invasoras.**
Objectivo 6.1	**As vias de acesso potencial das espécies exóticas invasoras são supervisionadas**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar abaixo.

O controlo de entrada de espécies exóticas invasoras é feito ao nível de todos os porto e aeroportos do país e mesmo entre as ilhas. A importação de uma espécie animal e/ou vegetal é submetida à declaração e autorização prévia.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		Os serviços de protecção vegetal da DGASP fazem o controlo sistemático de entradas de espécies no país, antes da sua introdução. Esse controlo é feito através de análises de riscos para se detectar potenciais doenças e/ou pragas antes da entrada. Não existe um programa ou projecto específico de apoio a este tipo de trabalho.
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira			
d) Terras áridas e sub-húmidas			
e) Florestas	X		A florestação é feita com sementes ou estacas recolhidas em povoamentos florestais a nível nacional. Qualquer iniciativa de introdução de uma espécie passa pelo teste de análise de eliminação e introdução de espécies.
f) Montanhas			

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar abaixo.

- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Plano de Acção Florestal

- CITES
IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.
O controlo de introdução de espécies exóticas continua a ser feito pelos serviços de Protecção Vegetal da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP)
V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes à este objectivo
VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.
Inexistência de um programa específico de apoio ao controle de introdução de espécies exóticas e nem tão-pouco o estudo do comportamento das espécies introduzidas em relação as nativas.
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

QUADRO XIII

Objectivo 6.2	**Planos de gestão elaborados para as principais espécies invasoras que ameaçam os ecossistemas, os habitats ou as espécies**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?	
a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar aqui abaixo.

- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Plano de Acção Florestal

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura			
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		No quadro do projecto áreas protegidas terrestres e marinhas, estão previstas análises do comportamento das espécies introduzidas e as autóctones
d) Terras áridas e sub-húmidas			
e) Florestas			
f) Montanhas			No quadro do projecto áreas protegidas terrestres, estão previstas análises do

			comportamento das espécies introduzidas e as autóctones, com vista a elaboração de plano de gestão de espécies invasoras.

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?	
a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar abaixo.

- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Plano de Acção Florestal

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Está em curso a elaboração de dos planos de gestão dos parques naturais nos quais estão a ser analisados o comportamento de algumas espécies invasoras como Lantuna (*Lantana camara*), carrapato (*Furcraea gigantea*).

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa XIV

Finalidade 7	**Reforçar os desafios postos para a biodiversidade pelas mudanças climáticas e poluição.**
Objectivo 7.1	**Preservar e melhorar a capacidade dos elementos constitutivos da biodiversidade em se adaptarem às mudanças climáticas**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?	
a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar abaixo.

- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD)
- O Plano de Acção Florestal

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		- O projecto de conservação marinha e costeira irá criar condições de adaptação das espécies às mudanças climáticas; - A legislação sobre águas residuais regulação as condições de rejeição de efluentes no ambiente; - O Plano Nacional de Gestão de Resíduos apresenta estratégias de gestão de resíduos ao nível nacional
d) Terras áridas e sub-húmidas			Os trabalhos de conservação de solo e água executados no quadro do PAN-LCD criam condições micro-climáticas que favoreçam uma melhor adaptação dos ecossistemas às mudanças climáticas; - O plano de Acção sobre Medidas de Adaptação das Costeira às mudanças climáticas recentemente elaborado aponta medidas que criarão condições de adaptação da biodiversidade marinha e costeira às mudanças climáticas.
e) Florestas	X		Plano de Acção Florestal
f) Montanhas			Planos de gestão de áreas protegidas

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	

Queira precisar abaixo.

- Estratégia Nacional e Plano de Sobre Mudanças Climáticas
- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD)
- O Plano de Acção Florestal

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Está em curso a elaboração de Planos de Gestão de Parques Naturais, o projecto de conservação marinha e costeira; foi elaborado recentemente o plano nacional sobre medidas de adaptação de costeira às mudanças climáticas; está em curso um conjunto de trabalhos de conservação de solos e água, com vista a conservação dos ecossistemas terrestres e marinhos.

Está em curso a implementação do plano nacional de gestão de resíduos o que contribui para a diminuição da pressão sobre a biodiversidade a nível nacional.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

Áreas protegidas de Moroços (Santo Antão), de Monte Verde (S.Vicente) e de Monte Gordo (S. Nicolau delimitadas; Jardins Botânicos funcionais; áreas protegidas fiscalizadas; trabalhos de conservação de solo e água executados; planos de gestão de áreas protegidas elaborados.

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

Dificuldades na mobilização de recursos financeiros para execução dos projectos previstos nos vários planos e programas elaborados
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.
Vários trabalhos de conservação de solos e água levadas a cabo no país têm contribuído sobremaneira para a criação de condições de adaptação dos ecossistemas terrestres e marinhos às mudanças climáticas.

QUADRO XV

Objectivo 7.2	**Reduzir a poluição e seus impactes sobre a biodiversidade**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar abaixo.

Os Planos de Gestão das áreas protegidas, a sensibilização das populações, a legislação sobre os resíduos sólidos e líquidos fazem com que a poluição e os seus impactes nos ecossistemas sejam mínimos.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo..

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		O cumprimento da legislação sobre rejeição de águas residuais nos corpos de água, a aplicação legislação sobre a protecção da atmosfera e a obrigatoriedade de avaliação de impacte ambiental de alguns tipos de projectos irão contribuir para a protecção dos ecossistemas contra a poluição.
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		
e) Florestas	X		
f) Montanhas			

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar aqui abaixo.

- A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade,
- O Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD)
- O Plano de Acção Florestal
- Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre Mudanças Climáticas

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.
Os programas de conservação marinha e costeira, o projecto sobre áreas protegidas e a legislação sobre a protecção da poluição atmosférica criam condições para a diminuição da poluição dos ecossistemas
V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo
VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.
Dificuldades na mobilização de recursos financeiros
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

QUADRO XVI

Finalidade 8	**Preservar a capacidade dos ecossistemas para o fornecimento de bens e serviços, para além de contribuírem como meios de subsistência.**
Objectivo 8.1	**Preservar a capacidade dos ecossistemas para o fornecimento de bens e serviços**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a)	Não	
b)	Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c)	Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar abaixo.

Através do projecto reconversão da agricultura de sequeiro e modernização de agricultura irrigada, do Plano de Acção Florestal, do projecto de áreas protegidas e conservação marinha e costeira, a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP**),** enquanto instrumento importante das políticas públicas a nível nacional, e que se insere no quadro do processo de planeamento estratégico em curso em Cabo Verde, o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, é garantida a participação efectiva das populações na gestão dos recursos naturais, criando assim condições para a produção de bens e serviços, os quais deverão ser explorados de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		. A política do Governo para o sector agrícola visa "Uma agricultura sustentável, assente no ordenamento das bacias hidrográficas e valorização dos recursos naturais e suas capacidades produtivas, e orientada para a diminuição da pobreza e satisfação das necessidades alimentares básicas das populações" Esta política é materializada através do projecto modernização da agricultura irrigada com a introdução de rega gota-a-gota, permitindo cerca de 50% de poupança de água, diminuindo a degradação dos solos, aumentando em consequência a produção e produtividade

			agrícolas. . A reconversão de agricultura de sequeiro em curso trará um melhor aproveitamento e utilização dos solos de acordo com a sua capacidade, o que dará um melhor contributo para o desenvolvimento económico do país. . O projecto de massificação do sistema de rega localizada e introdução de técnica aeroponia e hidroponia;
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		O Programa Nacional de Desenvolvimento 2002-2005 estabelece como Programa Maior 13 - Reorganização e Desenvolvimento do Sector das Pescas, o Programa maior 25 - Protecção, Inserção e Integração Social, o Programa 28 – Garantida da Segurança Alimentar as Populações, que subdividem nos seguintes sub-programas: ▪ Reorganização e desenvolvimento das Pescas ▪ Gestão dos Recurso Haliêuticos ▪ Modernização da Frota e Desenvolvimento das Infra-estruturas ▪ Promoção de Actividades Alternativas ▪ Segurança Sanitária e Qualidade dos alimentos e a Educação Nutricional
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		▪ Projecto de melhoramento dos sistemas de produção de ruminantes nas zonas de agricultura de sequeiro e de vocação silvopastoril. ▪ Projecto de desenvolvimento agro-silvo-pastoríl ▪ Projecto de elaboração de um plano de gestão para as áreas de vocação agro-pastoril; ▪ Projecto de correcção torrencial regularização fluvial e combate à intrusão salina. ▪ Programa de alimentação para a paz do USA – PL.480; ▪ Projecto de prospecção do nível de salinidade da água de irrigação e o seu impacto nos solos
e) Florestas	X		▪ Projecto de desenvolvimento Florestal integrado (Projecto Prisma/ KfW II);

f) Montanhas	X		▪ Projecto de ordenamento e manutenção de perímetros florestais; ▪ Projecto de criação de novas áreas florestais; ▪ Projecto de protecção dos recursos naturais da ilha do Fogo (KfWIII); ▪ Projecto de realização do inventário dos perímetros florestais; ▪ Projecto de elaboração do programa florestal; ▪ Projecto de elaboração de uma estratégia nacional de gestão participativa das zonas florestadas ▪ Projecto de criação de um centro de sementes florestais

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a)	Não	
b)	Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c)	Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar aqui abaixo.

. Projecto reconversão da agricultura de sequeiro e modernização de agricultura irrigada,

. Plano de Acção Florestal Nacional,

. Projecto de áreas protegidas e conservação marinha e costeira,

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Os projectos referidos em III estão em curso

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

Áreas protegidas de Moroços (Santo Antão), de Monte Verde (S. Vicente) e de Monte Gordo (S. Nicolau) delimitadas; áreas protegidas fiscalizadas; trabalhos de conservação de solo e água executados; planos de gestão de áreas protegidas elaborados; aumento de superfície irrigada com sistemas de micro-irrigação.

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

Dificuldades na mobilização de recursos financeiros

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

QUADRO XVII

Objectivo 8.2	**Preservar os recursos biológicos indispensáveis à subsistência, a segurança alimentar e a saúde, nomeadamente em benefício dos pobres.**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a)	Não	

b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar aqui abaixo.

Com o projecto reconversão da agricultura de sequeiro e modernização de agricultura irrigada, o Plano de Acção Florestal, o projecto de áreas protegidas e conservação marinha e costeira, a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP**),** enquanto instrumento importante das políticas públicas a nível nacional, e que se insere no quadro do processo de planeamento estratégico em curso no país e o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, é garantida, de uma forma estratégica, a gestão dos recursos biológicos, criando assim condições para a produção de bens e serviços, revertendo-se a favor da segurança alimentar e redução da pobreza.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		Projecto reconversão da agricultura de sequeiro e modernização de agricultura irrigada; o projecto de massificação do sistema de rega localizada e introdução de técnica de aeroponia e hidroponia;
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		Projecto conservação marinha e costeira.
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		Projectos de conservação de solo e água, privilegia as banquetas vegetalizadas/reforçadas com (Babosa (*Aloea vera)*
e) Florestas	X		Projecto de desenvolvimento Florestal integrado (Projecto Prisma/ KfW II) contempla muitas plantas medicinais;
f) Montanhas	X		Projecto de protecção dos recursos naturais da ilha do Fogo (KfWIII); Projecto Gestão integrada e Participativa dos Ecossistemas nas áreas protegidas

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar aqui abaixo.

Projecto conservação marinha e costeira;

Projecto de protecção dos recursos naturais da ilha do Fogo (KfWIII); Projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas áreas protegidas;
Projecto reconversão da agricultura de sequeiro e modernização de agricultura irrigada

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Os projectos referidos em III estão em execução.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

Aumento da área irrigada; elaboração de planos de gestão de áreas protegidas marinha e terrestres
VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.
Dificuldades na mobilização de recursos financeiros
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa XVIII

Finalidade 9	**Preservar a diversidade socio-cultural das comunidades autóctones e locais.**
Objectivo 9.1	**Proteger os conhecimentos, inovações e práticas tradicionais**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar abaixo.

. A política do Governo para o sector agrícola visa "Uma agricultura sustentável, assente no ordenamento das bacias hidrográficas e valorização dos recursos naturais e suas capacidades produtivas, e orientada para a diminuição da pobreza e satisfação das necessidades alimentares básicas das populações.

. O Projecto de Áreas protegidas contempla a dimensão vulgarização de conhecimentos e práticas tradicionais como uma das estratégias fundamentais de integração das comunidades locais na gestão dos Parques Naturais. A necessidade de se ter em consideração os saberes locais endógenos na conservação da biodiversidade é fortemente recomendada na Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		Projecto reconversão da agricultura de sequeiro e modernização de agricultura irrigada; o projecto de massificação do sistema de rega localizada e introdução de técnica aeroponia e hidroponia;
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		Projecto conservação marinha e costeira.
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		Projecto reconversão da agricultura de sequeiro
e) Florestas	X		Projecto de protecção dos recursos naturais da ilha do Fogo (KfWIII); Projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas áreas protegidas
f) Montanhas	X		Projecto de protecção dos recursos naturais da ilha do Fogo (KfWIII); Projecto Gestão integrada

			e participativa de áreas protegidas

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?	
a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar abaixo.

- Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade
- Projecto reconversão da agricultura de sequeiro e modernização de agricultura irrigada,
- Programa de Acção Nacional de luta contra Desertificação

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, o Projecto reconversão da agricultura de sequeiro e modernização de agricultura irrigada, os trabalhos de conservação de solo e água, o projecto áreas protegidas marinha e terrestre estão na fase de execução.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

Aumento de superfície irrigada; elaboração de planos de gestão de áreas protegidas

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa XIX

Objectivo 9.2	**Proteger os direitos das comunidades autóctones e locais aos seus conhecimentos, inovações e práticas tradicionais, inclusive os seus direitos à distribuição das vantagens**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?	
a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	X

Queira precisar abaixo.

A repartição equilibrada dos papéis, responsabilidades e benefícios na gestão da biodiversidade é um dos quatro objectivos fixados na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) Agricultura	X		
b) Águas interiores			

c) Marinha e costeira	X		
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		
e) Florestas	X		
f) Montanhas	X		

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?	
a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	

Queira precisar aqui abaixo.

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa XX

Finalidade 10	**Velar pela repartição justa e equitativa das vantagens resultantes da utilização dos recursos genéticos.**
Objectivo 10.1	**Todas as transferências de recursos genéticos são feitas de acordo com a Convenção sobre a Biodiversidade, o Tratado Internacional sobre os recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura, e outros instrumentos pertinentes**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?	
a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar aqui abaixo.
Aplicação dos princípios consagrados na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		
e) Florestas	X		
f) Montanhas	X		

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?	
a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	

Queira precisar aqui abaixo.

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa XXI

Objectivo 10.2	**Vantagens resultantes da utilização comercial ou de outra utilização de recursos genéticos partilhados com os países fornecedores dos referidos recursos**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?	
a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar aqui abaixo.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.			
Programa de trabalho	**Sim**	**Não**	**Precisões**
a) Agricultura	X		
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		
e) Florestas	X		
f) Montanhas	X		

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?	
a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	

Queira precisar aqui abaixo.

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa XXII

Finalidade 11	**As Partes melhoraram as suas capacidades financeiras, humanas, científicas, técnicas e tecnológicas para implementar a Convenção.**
Objectivo 11.1	**Recursos financeiros novos e suplementares são transferidos às Partes que são países em desenvolvimento para lhes permitir o cumprimento efectivo das suas obrigações no quadro da Convenção, conforme o artigo 20**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?	
a) Não	

b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar abaixo.

Os recursos financeiros resultantes das cooperações bilaterais e multilaterais sob forma de doações e do orçamento nacional e afectação de orçamento por objectivos.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura	X		Projecto PL480, ACDI-EUA
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira	X		Projecto conservação marinha e costeira, WWF, Países Baixos
d) Terras áridas e sub-húmidas	X		Conservação de solo e água, ACDI
e) Florestas	X		Projecto de protecção dos recursos naturais da ilha do Fogo (KfWIII), Alemanha; Projecto Gestão Integrada e participativa dos ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes
f) Montanhas	X		Projecto Gestão Integrada e participativa dos ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes, GEF, PNUD;

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	X

Queira precisar aqui abaixo.

Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade; Projecto PL480; Projecto conservação marinha e costeira; Projecto de protecção dos recursos naturais da ilha do Fogo (KfWIII); Projecto Gestão Integrada e participativa dos ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes.

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

A Estratégia e Plano de Acção obre a biodiversidade e os projectos referidos em III estão a ser implementados

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo

Planos de áreas protegidas elaborados; comunidades rurais envolvidas no processo de planeamento de áreas protegidas; recursos financeiros mobilizados; aumento de renda familiar da comunidade rurais.

VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Caixa XXIII

Objectivo 11.2	**A tecnologia é transferida às Partes que são países em desenvolvimento para lhes permitir o cumprimento efectivo das suas obrigações no quadro da Convenção, conforme o Artigo 20º**

I) Objectivo nacional: Um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima referido foi definido?

a) Não	
b) Sim, o mesmo que o objectivo mundial	X
c) Sim, um ou vários objectivos nacionais específicos foram definidos	

Queira precisar aqui abaixo.

No quadro do reforço da capacidade técnica e institucional da Direcção-Geral do Ambiente existe um projecto de Reforço da capacidade institucional (NCSA) financiado pelo GEF/PNUD para formação de quadros no domínio de gestão dos recursos naturais e do ambiente.

II) Objectivos nacionais relativos aos programas de trabalho específicos: Indique todos objectivos nacionais definidos, fornecendo precisões no quadro abaixo.

Programa de trabalho	Sim	Não	Precisões
a) agricultura			Está em curso a elaboração de um projecto intitulado « Autoavaliação Nacional de Capacidades para a Gestão Ambiental Global (NCSA)», cujo objectivo é avaliar as necessidades e prioridades de Cabo Verde em matéria de reforços de capacidades com vista a capitalizar as sinergias entre as Convenções emanadas do Rio, tais como a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a Desertificação e a Biodiversidade.
b) Águas interiores			
c) Marinha e costeira			
d) Terras áridas e sub-húmidas			
e) Florestas			
f) Montanhas			

III) O objectivo mundial ou nacional foi incorporado nos planos, programas e estratégias nacionais?

a) Não	
b) Sim, numa estratégia e plano de acção nacional sobre a Biodiversidade	X
c) Sim, as estratégias, planos e programas sectoriais	

Queira precisar aqui abaixo.

Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade; Programa de Acção de Acção de Luta contra Desertificação; Convenção sobre Mudanças Climáticas.

IV) Queira fornecer informações sobre a situação actual e a evolução em relação a este objectivo.

Estão em curso actividades ligadas a implementação de Convenções sobre a Biodiversidade, desertificação e Mudanças Climáticas.

V) Queira fornecer informações sobre os indicadores utilizados concernentes a este objectivo
Técnicos formados; tecnologias transferidas.
VI) Queira fornecer as informações sobre todos os obstáculos à implementação deste objectivo.
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes.

Estratégia mundial para a conservação de plantas

Na decisão VI/9, anexo, a Conferência das Partes adoptou a Estratégia mundial para a conservação de plantas. As Partes e os governos são convidados a definir os seus próprios objectivos com apoio deste quadro simples. A Conferência das Partes decidiu considerar a Estratégia como uma abordagem piloto para a utilização dos objectivos pragmáticos no quadro da Convenção. Na decisão VII/10, a Conferência das Partes decidiu integrar os objectivos da Estratégia no quadro estabelecido para apresentação do terceiro relatório nacional. Queira fornecer informações pertinentes, respondendo as questões e solicitações formuladas nos quadros seguintes.

Caixa XXIV

Objectivo 1. Estabelecer uma lista provisória, bastante acessível, de espécies vegetais conhecidas, como etapa para o estabelecimento de um registo completo da flora mundial.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Este objectivo consta da Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	

Na Primeira Lista Vermelha sobre espécies ameaçadas constam um balanço taxionómico bibliográfico de grupo sistemático da flora nacional.

A flora vascular de Cabo Verde está representada por 755 taxa espontâneos (Duarte, 1998). A acção humana teve sempre um grande impacto na composição da flora das ilhas. Mais de 50% da flora Cabo-verdiana (331 taxa) foi, provavelmente, introduzida pelo Homem. A flora indígena está representada por 224 espécies, das quais 85 são actualmente aceites como endémicas de Cabo Verde. Como reflexo da situação geográfica do arquipélago, a flora de Cabo Verde engloba na sua composição elementos de floras de diversas regiões, das quais as mais representadas são a região florística Macaronésica (Canárias, Madeira e Açores) e os países africanos (Senegal, Gâmbia, Mauritânia e Marrocos).

IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas, a fim de realizar este objectivo)
Inventário de flora a nível nacional
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados na monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)
Grau de raridade de espécies: número de espécies raras, número de espécies bastante rara, número de espécies muito raro, número de espécies raríssimas.
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo
Recursos financeiros e humanos para a implementação de programas e projectos
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes

Caixa XXV

Objectivo 2. Avaliação preliminar do estado da conservação de todas as espécies vegetais conhecidas, a nível mundial, regional e nacional.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Este objectivo foi incorporado na estratégia e plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Actualização do inventário da flora	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
No Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde 2004 e no Perfil Ambiental de Cabo Verde foi avaliado o estado de conservação das espécies vegetais. Por outro lado, no quadro dos projectos áreas protegidas marinhas e costeiras bem como nas áreas protegidas terrestres está a ser avaliado o estado da conservação da flora.	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	

No quadro dos projectos áreas protegidas terrestres e marinhas está a ser avaliado o estado de conservação da biodiversidade, como base para a elaboração dos planos de gestão doas áreas protegidas.
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)
Espécies avaliadas
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes

Caixa XXVI

Objectivo 3. Desenvolvimento de modelos e de protocolos para a conservação de plantas e sua utilização sustentável, baseados em resultados de pesquisas e experiências adquiridas.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
c) Sim	
d) Não	X
Queira precisar	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
III) Situação actual (queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	

Caixa XXVII

Objectivo 4. Conservação efectiva de pelo menos 10% de cada uma das zonas ecológicas do planeta.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Não existe uma definição em termos percentuais, mas foram definidos objectivos de conservação na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade que respeitam os 12% de acordo com as recomendações da Cimeira da Terra.	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
- O Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente, - A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, - O Plano de Acção Florestal	
III) Situação actual (queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
Criação da Rede Nacional de Áreas protegidas, com 47 áreas protegidas, totalizando 64.237,75 hectares o que representa 15,93% da superfície do país; Adesão a Convenção de RAMSAR, através do Decreto nº 47/2004 de 18 de Novembro, que aprova a adesão de Cabo Verde à Convenção de Zonas Húmidas de importância internacional, especialmente como habitat importante para as aves aquáticas (RAMSAR) e declaração de 3 (três) sítios RAMAR, na ilha da Boa Vista – Curral Velho e Lagoa de Rabil) e na Ilha de Santiago – Lagoa de Pedra Badejo. Elaboração de um ante-projecto para criação de uma Reserva da Biosfera, nas ilhas de Sal, Boa Vista e Maio.	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
Publicação da lei que cria as áreas protegidas e execução de projectos nas áreas marinhas e terrestres.	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados na monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
Leis publicadas; superfície coberta pelas áreas protegidas	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
Dificuldades na mobilização de recursos financeiros para elaboração de planos de gestão das áreas protegidas criadas.	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	

Caixa XXVIII

Objectivo 5. Protecção de 50% das regiões mais importantes do ponto de vista da diversidade vegetal.

I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	

Caixa XXIX

Objectivo 6. Gestão de pelo menos 30% das terras produtivas no quadro dos desafios da conservação da biodiversidade.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade Plano de Acção Nacional para o Ambiente Plano de Acção Florestal Nacional Programa de Acção Nacional de luta contra Desertificação Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre Mudanças Climáticas	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X

b) Não	
Queira precisar	
Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade Plano de Acção Nacional para o Ambiente Plano de Acção Florestal Nacional Programa de Acção Nacional de luta contra Desertificação Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre Mudanças Climáticas	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
Está em curso a implementação das estratégias, planos e programas referidos no II	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
Elaboração e aprovação dos planos e programas referidos no II	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	
Não foi fixada a percentagem de terras produtivas a ser gerida; contudo é notório, a nível nacional, um tratamento diferenciado em relação à gestão de terras produtivas, ultrapassando os 30%.	

Caixa XXX

Objectivo 7. Conservação « in situ » de 60% das espécies vegetais ameaçadas no mundo.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	

V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes

Caixa XXXI

Objectivo 8. Colocar 60% das espécies vegetais ameaçadas nas colecções « ex situ » acessíveis, de preferência nos seus países de origem, e inclusão de 10% dentre elas nos programas de regeneração e de restauração.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
Esta medida não consta da Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade; contudo foram criados herbários de espécies ameaçadas no quadro do projecto áreas protegidas.	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	

Caixa XXXII

Objectivo 9. Conservação de 70% da diversidade genética das plantas cultivadas e de outras espécies vegetais com um grande valor, em termos socio-económico e preservação dos conhecimentos tradicionais e locais conexos.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	

Caixa XXXIII

Objectivo 10. Executar planos de gestão de pelo menos 100 principais espécies exóticas que ameaçam as plantas ou as comunidades vegetais, bem como os habitat e os ecossistemas que lhes estão associados.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Em Cabo Verde existem cerca de 331 espécies exóticas. Os planos de gestão de áreas protegidas que estão a ser elaborados não visam, especificamente, a conservação de espécies exóticas, mas os ecossistemas no seu todo.	

II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
No quadro do projecto Gestão Participativa e Integrada dos ecossistemas nas áreas protegidas estão a ser elaborados planos de gestão que contemplam espécies exóticas e não só.	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
Em curso	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	

QUADRO XXXIV

Objectivo 11. Nenhuma espécie de flora selvagem será ameaçada devido ao comércio internacional.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Todas as espécies de flora selvagem ameaçadas são geridas e protegidas no quadro da CITES. O Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983. Foi Ratificado em 10/08/2005.	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
- O Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente, - A Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, - O Plano de Acção Florestal	

III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)
Está em curso a execução do Plano de Acção Nacional sobre o Ambiente, da Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade e o Plano de Acção Florestal.
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)
• Elaboração de planos de gestão de áreas protegidas. Ratificação da CITES. O Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro, veio estabelecer as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção, Decreto nº 11/2004 de 8 de Novembro que aprova a adesão de Cabo Verde na Convenção de Zonas Húmidas de importância internacional, especialmente como habitat importante para as aves aquáticas (RAMSAR) e declaração de 3 Sítios RAMSAR (Curral Velho e Lagoa de Rabil, em Boa Vista e Lagoa de Pedra Badejo, no Concelho de Santa Cruz, ilha de Santiago). .
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo
Recursos financeiros para a execução dos instrumentos de gestão
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes

Caixa XXXV

Objectivo 12. 30% dos produtos de origem vegetal serão provenientes de recursos geridos de forma sustentável.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	
b) Não	X
Queira precisar	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	

VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes

Caixa XXXVI

Objectivo 13. O empobrecimento dos recursos vegetais e dos conhecimentos, inovações e práticas autóctones e locais conexos, que subentende a viabilidade dos meios de subsistência, a segurança alimentar e a saúde será erradicado.	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Os conhecimentos tradicionais foram contemplados na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade, no Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD) e na Estratégia Nacional de luta contra a Pobreza.	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Na Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade e no Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD) .	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
Na elaboração de Planos de Gestão de áreas protegidas é dada uma atenção especial a valorização de conhecimentos tradicionais na gestão dos recursos naturais.	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	

Caixa XXXVII

Objectivo 14. A importância da diversidade vegetal e a necessidade de a conservar serão considerados nos programas de comunicação, de formação e de sensibilização.
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?

a) Sim	X
b) Não	

Queira precisar

Este objectivo encontra-se nos Temas 5, 6 e 7 da Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade: Tema 5 : Conservação in situ e ex situ :Conservar amostras representativas dos diferentes ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos in situ, em áreas protegidas; conservar as espécies ameaçadas ex situ.

Tema 6 : Vulgarização, Informação, Formação: Promover a aprendizagem social e a apropriação do conceito global de biodiversidade nos diferentes sectores da sociedade;
Sensibilização, informação e formação de toda a sociedade sobre os conceitos da biodiversidade e sua conservação e preservação.

Tema 7 : Investigação e Formação: promover e incentivar a pesquisa para a melhoria dos conhecimentos sobre os diferentes ecossistemas do país assim como das espécies animais e vegetais; promover a especialização de investigadores e formadores em Biodiversidade.
Divulgar os resultados da pesquisa.

II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?

a) Sim	X
b) Não	

Queira precisar

- Plano de Acção Nacional para o Ambiente
- Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade
- Programa de Acção Nacional de luta contra a Desertificação (PAN-LCD) e na Estratégia Nacional de luta contra a Pobreza.

III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)

IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)

Em curso

V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)

VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo

VII) Queira fornecer outras informações pertinentes

Caixa XXXVIII

Objectivo 15. Aumento do número de pessoas formadas, trabalhando com meios apropriados à conservação das plantas, em função das necessidades nacionais, a fim de atingir os objectivos da presente estratégia.

I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?

a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Recrutamento de técnicos especializados estrangeiros e nacionais no quadro dos projectos gestão de áreas protegidas e conservação marinha e costeira	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade	
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)	
8 técnicos recrutados no projecto áreas protegidas e 4 na conservação marinha e costeira	
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)	
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)	
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo	
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes	

Caixa XXXIX

Objectivo 16. Criação da rede para a conservação de plantas, ao nível nacional, regional e internacional, ou reforço daquelas que existem	
I) Vosso país definiu um objectivo nacional correspondente ao objectivo mundial acima?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	
Rede Nacional de áreas protegidas com 47 áreas protegidas, classificadas em Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida, Monumento Natural e Sítios de Interesse Científico.	
II) Vosso país incorporou o objectivo mundial ou nacional acima nos planos, programas e estratégias pertinentes?	
a) Sim	X
b) Não	
Queira precisar	

Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade
III) Situação actual (Queira indicar a situação actual em relação a este objectivo)
As áreas protegidas criadas estão a ser objectos de elaboração de planos de gestão. Além disso, está em curso a identificação de novas áreas protegidas, no quadro do projecto Conservação marinha e costeira.
IV) Medidas tomadas a fim de realizar este objectivo (queira indicar as actividades, medidas legislativas e outras medidas tomadas a fim de realizar este objectivo)
V) Progresso conseguido na prossecução deste objectivo (queira precisar os indicadores utilizados monitorização dos progressos conseguidos na prossecução deste objectivo)
VI) Constrangimentos que impedem a consecução do progresso com vista a realização deste objectivo
VII) Queira fornecer outras informações pertinentes

QUADRO XL

Queira precisar abaixo sobre a implementação desta estratégia, insistindo particularmente sobre: a) os resultados e os impactos das acções levadas a cabo; b) a contribuição à realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção ; c) a contribuição aos progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010 ; d) os progresso conseguidos na implementação da estratégia e do plano de acção sobre a biodiversidade; e) a contribuição à realização dos Objectivos do desenvolvimento do milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.
A Estratégia e o Plano da Acção sobre a Biodiversidade vem sendo implementado desde o ano 2000, com o início do projecto CABO VERDE NATURA 2000, projecto esse que elaborou os planos de ordenamento dos recursos naturais nas ilhas de Sal, Boa Vista e Maio. No quadro desse projecto houve pesquisas concretas concernentes à conservação da tartaruga marinha, hoje com resultados satisfatórios. Os projectos Gestão Participativa e Integrada dos Ecossistemas nas áreas protegidas, a Protecção dos Recursos Naturais na ilha do Fogo (PRNF) e Conservação marinha e costeira, vieram imprimir uma nova dinâmica à implementação da Estratégia e Plano de acção sobre a Biodiversidade, com impactes bastante positivos á nível de conservação dos recursos naturais e ambientais, dando cumprimento aos objectivos do Milénio e aos de 2010. Os maiores constrangimentos têm a ver com dificuldades na mobilização de recursos financeiros para a execução das actividades previstas nas estratégias, planos, programas e projectos.

Abordagem por ecossistema

Abordagem por ecossistema é uma estratégia de gestão integrada das terras, das águas e dos recursos biológicos, que favorece a conservação e a utilização sustentável de forma equilibrada. Assim, a aplicação de uma tal abordagem ajudará a assegurar o equilíbrio entre os três objectivos de Convenção. Na sua segunda reunião, a Conferência das Partes afirmou que a abordagem por ecossistema era o principal quadro de acção da Convenção (decisão II/8). Na sua quinta reunião, a Conferência das Partes aprovou a definição da abordagem

por ecossistema e as directrizes operacionais e recomendou a aplicação dos princípios e de outras directrizes, no concernente à abordagem por ecossistema. Na sua sétima reunião, a Conferência das Partes reconheceu que era o momento ideal de facilitar a implementação da abordagem por ecossistema. Queira fornecer informações pertinentes ao responder as questões abaixo.

3. ◈ 1 O vosso país aplica a abordagem por ecossistema, tendo em consideração os princípios e as directrizes anunciados no anexo à decisão V/6? (decisão V/6)	
a) Não	
b) Não, mas está em curso a análise da sua aplicação	
c) Sim, são aplicados certos aspectos	X
d) Sim, ela é integralmente aplicada	
4. ◈ O vosso país focaliza as aplicações práticas de abordagem por ecossistema para as necessidades das políticas e legislações nacionais, assim como para actividades de aplicação apropriadas, com adaptações às condições locais, nacionais e regionais? (decisão V/6)	
a) Não	
b) Não, mas está em curso a análise da sua aplicação	
c) Sim, foram aplicados certos princípios de abordagem por ecossistema	X
d) Sim, a maior parte dos princípios de abordagem por ecossistema foram aplicados	
5. Vosso país reforça as capacidades para a aplicação da abordagem por ecossistema, e fornece apoios técnico e financeiro para o efeito? (decisão V/6)	
a) Não	
b) Sim, ao nível nacional	X
c) Sim, inclusive um apoio a outras Partes	
6. ◈ O vosso país promoveu a cooperação regional para aplicação transfronteiriça de abordagem por ecossistema ? (decisão V/6)	
a) Não	X
b) Sim, uma cooperação informal (queira precisar abaixo)	
c) Sim, uma cooperação oficial (queira precisar abaixo)	
Detalhes sobre a cooperação regional para a aplicação transfronteiriça da abordagem por ecossistema.	
Cabo Verde é um país arquipelágico e como tal não faz fronteira terrestre com nenhum outro país.	
7. O vosso país facilita trocas de dados de experiência, o reforço de capacidades, a transferência de tecnologia e a sensibilização para facilitar a implementação da abordagem por ecossistema? (decisões VI/12 e VII/11)	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas estão a ser elaborados	
c) Sim, alguns programas foram implementados (queira precisar abaixo)	X
d) Sim, programas exaustivos foram implementados (queira precisar	

abaixo)	

Detalhes sobre a facilitação de trocas de dados de experiências, do reforço de capacidades, de transferência de tecnologia e de sensibilização para ajudar a implementação da abordagem por ecossistema.
No quadro do projecto áreas protegidas terrestres, há trocas de experiências entre as equipas responsáveis pela elaboração de planos de gestão os Parques Naturais de Serra malagueta, na ilha de Santiago, e de Monte Gordo em S. Nicolau. Houve também trocas de experiências entre Cabo Verde, Canárias e Marrocos, no domínio de gestão de áreas protegidas.

8. O vosso país criou as condições favoráveis à implementação da abordagem por ecossistema, nomeadamente pelo estabelecimento de quadros institucionais adequados? (decisão VII/11)	
a) Não	
b) Não, mas políticas programas relevantes estão a ser desenvolvidos	
c) Sim, existem algumas políticas e programas (queira precisar abaixo)	X
d) Sim, existem políticas e programas claras (queira fornecer os detalhes abaixo)	

Detalhes sobre a criação de condições favoráveis à implementação da abordagem por ecossistema.
O Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, através dos seus organismos da administração directa (Direcção-Geral do Ambiente, Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Direcção-Geral das pescas e delegações nos municípios) vem adoptando práticas de intervenção no mundo rural por programa/ecossistemas, em detrimento de projectos. É nesta linha de pensamento que foram elaborados os planos das bacias hidrográficas de Picos e Engenhos, Ribeireta, Flamengos, (Santiago), Fajã (S. Nicolau) e estão a ser elaborados os planos de gestão dos parques naturais de Serra Malagueta e Monte Gordo e Chã das Caldeiras (Fogo).

C. ARTICOS DA CONVENÇÃO

Artigo 5 – Cooperação

9. ◆ O vosso país implementou uma cooperação activa com outras Partes, no que concerne às zonas situadas para além da jurisdição da conservação e de utilização sustentável da biodiversidade?	
a) Não	
b) Sim, cooperação bilateral (queira precisar abaixo)	X
c) Sim, programas internacionais (queira precisar abaixo)	
d) Sim, acordos internacionais ou regionais (queira precisar abaixo	
e) Sim, outras formas de cooperação (queira precisar abaixo)	

Detalhes sobre a cooperação com outras Partes, no que concerne às zonas situadas para além da jurisdição da conservação e de utilização sustentável da biodiversidade.
Cooperação bilateral com as ilhas Canárias

10. O vosso país colaborou com outras Partes para implementação e redes regionais, sub-regionais e bios regionais para apoiar a implementação Convenção? (decisão VI/27 A)

a) Não	
b) Não, mas consultas estão em curso	
c) Sim, um certo número de mecanismos e de redes foram implementados (queira precisar abaixo)	X
d) Sim, os mecanismos existentes foram reforçados (queira precisar abaixo)	

Detalhes sobre implementação de redes regionais, sub-regionais e bio regionais para apoiar a implementação Convenção.

- REDBIOS
- Conferência dos Ministros Africanos do Ambiente
- CILSS, CEDEAO, NEPAD/Ambiente

11. O vosso país tomou medidas para harmonizar, a nível nacional, as políticas e programas, a fim de optimizar a coerência, as sinergias e a eficácia na implementação dos acordos multilaterais sobre o ambiente e as iniciativas regionais pertinentes ? (decisão VI/20)

a) Não	
b) Não, mas medidas estão a ser consideradas	
c) Sim, algumas medidas estão em curso (queira precisar abaixo)	X
d) Sim, medidas importantes estão em curso (queira precisar abaixo)	

Detalhes sobre a harmonização de políticas e programas a nível nacional.

O segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) foi elaborado com a finalidade de servir como instrumento de política ambiental de referência nacional para garantir e assegurar a harmonização dos planos, programas e projectos no domínio do ambiente. Isso é assegurado através dos PAIS (Programas Inter-Sectoriais) e PAM's (Planos Municipais para o Ambiente).

XLI

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação desta estratégia, insistindo em particular sobre:

a) os resultados e os impactes das acções levadas a cabo;
b) a contribuição na realização das finalidades do Plano Estratégico da Convenção;
c) a contribuição aos progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010 ;
d) os progressos conseguidos na implementação da estratégia e de plano de acção sobre a biodiversidade;
e) a contribuição na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
f) os constrangimentos encontrados na implementação.

A Estratégia e o Plano da Acção sobre a Biodiversidade vem sendo implementado desde o ano 2000, com o início do projecto CABO VERDE NATURA 2000, projecto esse que elaborou os planos de ordenamento dos recursos naturais nas ilhas de Sal, Boa Vista e Maio. No quadro desse projecto, houve pesquisas concretas concernentes à conservação da tartaruga marinha, hoje com resultados satisfatórios. Os projectos Gestão Participativa e Integrada dos Ecossistemas nas áreas protegidas, a Protecção dos Recursos Naturais na ilha do Fogo (PRNF) e a Conservação marinha e costeira, vieram imprimir uma nova dinâmica à implementação da Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, com impactes bastante positivos á nível de conservação dos recursos naturais e ambientais, dando cumprimento aos objectivos do Milénio e aos de 2010. Os maiores constrangimentos têm a ver com dificuldades na mobilização de recursos financeiros para a execução das actividades previstas nas estratégias, planos, programas e projectos.

Artigo 6 - Medidas gerais para a conservação e utilização sustentável

12. O vosso país implementou estratégias, planos e programas eficazes para criar um quadro nacional, a fim de atingir os três objectivos da Convenção? (Finalidade 3.1 do Plano estratégico)	
a) Não	
b) Não, mas estratégias, planos e programas pertinentes estão na fase de elaboração	
c) Sim, um certo número de estratégias, planos e programas foram implementados (queira precisar abaixo)	X
d) Sim, foram implementadas muitas estratégias, planos e programas (queira precisar abaixo)	

Detalhes sobre as estratégias, planos e programas implementados a fim de atingir os três objectivos da Convenção

Desde a independência, os sucessivos Governos Cabo Verde têm-se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental. Essas preocupações estão expressas nos diversos instrumentos como:

- A Constituição da República;
- As Grandes Opções do Plano para o período 2001-2006;
- O Programa do Governo da VI Legislatura;
- As Acções de desenvolvimento.

A Constituição da República consagra "o direito do cidadão a um ambiente de vida sadio, ecologicamente equilibrado, devendo defendê-lo e conservá-lo."

Ainda de acordo com a Constituição: "Ao Estado e aos Municípios, com a colaboração das Associações de defesa do Ambiente compete adoptar políticas de defesa e de preservação do ambiente e velar pela utilização racional de todos os recursos naturais."

Na estratégia expressa nas Grandes Opções para o Plano Nacional do Desenvolvimento (2002), o ambiente é um dos temas mais importantes da política. Projecta-se uma sociedade dotada de um sentimento profundo para o ambiente e de uma consciência ecológica desenvolvida sendo as medidas de preservação encaradas de forma sistémica e transversal, pretendendo-se que sejam equitativas.

A política ambiental aparece expressa no programa do actual Governo da seguinte forma:

"A conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas de Cabo Verde e a valorização dos seus recursos naturais constituirão uma preocupação central do Governo que deverá ser traduzida numa orientação política de carácter horizontal, em concertação com as outras políticas sectoriais.

O Programa do Governo da VI Legislatura assume a conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas de Cabo Verde e a valorização dos seus recursos naturais, como uma preocupação central do Governo. Assim, propõe uma orientação política de carácter horizontal, em concertação com as outras políticas sectoriais.

Nesta via, a política de desenvolvimento e gestão dos diversos sectores da economia do país, aponta para a valorização dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas, tendo como objectivo, um desenvolvimento durável.

Dentro desta linha de orientação e com o objectivo de obter um plano de políticas do ambiente, e definir as orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais, e, ainda, os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas, por forma a que o desenvolvimento económico e social seja sustentável, o Governo de Cabo Verde elaborou o segundo Plano de Acção

Nacional para o ambiente (PANA II) para um horizonte temporal de dez anos (2004-2014). Como instrumentos estratégicos de implementação de políticas do ambiente, elaborou e estão a ser implementados a estratégia e plano de acção sobre a biodiversidade, a estratégia e Plano de Acção sobre Mudanças Climáticas e o Programa de Acção Nacional de luta contra Desertificação.

13. ◆ O vosso país estabeleceu objectivos mesuráveis no quadro da vossa estratégia e plano de acção nacionais sobre biodiversidade ? (decisões II/7 e III/9)	
a) Não	
b) Não, objectivos mensuráveis estão ainda na primeira etapa de desenvolvimento	
c) Não, mas objectivos mensuráveis estão numa etapa avançada de desenvolvimento	X
d) Sim, objectivos pertinentes estão em curso (queira precisar abaixo)	
e) Sim, relatórios sobre a implementação dos objectivos pertinentes estão disponíveis (queira precisar abaixo))	

outras observações sobre objectivos estabelecidos, no quadro da estratégia e plano de acção nacionais sobre biodiversidade

Os objectivos da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade foram identificados a partir de temas definidos no decorrer de ateliers regionais e nacionais realizados nos vários Concelhos de Cabo Verde. Os temas e seus objectivos específicos são os seguintes:

Tema 1 : Sustentabilidade Agrícola

Objectivos:

- Identificar e desenvolver sistemas de produção mais performantes e sustentáveis.
- Intensificar a diversificação das produções agrícolas alternativas que favoreçam a biodiversidade para uma melhor gestão dos solos, da água, dos elementos fertilizantes, dos pesticidas e das sementes.

- Encorajar a integração agricultura-florestas-pecuária.

Tema 2 : Sustentabilidade Pecuária

Objectivos:

- Intensificar e melhorar a produção e a produtividade animal e promover sistemas de exploração ecologicamente sãos e menos predadoras do ambiente.
- Encorajar a integração agricultura-florestas-pecuária.

Tema 3 : Sustentabilidade Florestal

Objectivos:

- Melhorar a gestão dos perímetros florestais e criar condições de conservação dos seus recursos genéticos.
- Encorajar a integração da agricultura-florestas-pecuária.

Tema 4 : Sustentabilidade da Pesca

Objectivos:

- Avaliar o estado de exploração dos stocks, principalmente das espécies de interesse comercial.
- Elaborar um plano de gestão das principais pescarias.
- Reforçar a fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Tema 5 : Conservação in situ e ex situ

Objectivos:

- Conservar amostras representativas dos diferentes ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos in situ, em áreas protegidas
- Conservar as espécies ameaçadas ex situ.

Tema 6 : Vulgarização, Informação, Formação

Objectivos:

- Promover a aprendizagem social e a apropriação do conceito global de biodiversidade nos diferentes sectores da sociedade
- Sensibilização, informação e formação de toda a sociedade sobre os conceitos da biodiversidade e sua conservação e preservação.

Tema 7 : Investigação e Formação

Objectivos:

- Promover e incentivar a pesquisa para a melhoria dos conhecimentos sobre os diferentes ecossistemas do país assim como das espécies animais e vegetais.
- Promover a especialização de investigadores e formadores em Biodiversidade.
- Divulgar os resultados da pesquisa.

Tema 8 : Quadro jurídico e Institucional

Objectivos:

- Aperfeiçoar a Lei-Quadro sobre o ambiente integrando aspectos sobre a biodiversidade contidos na Estratégia Nacional e acelerar a regulamentação das leis já existentes sobre a matéria.
- Integrar os objectivos de participação das populações locais na conservação e utilização sustentável dos recursos na legislação sobre o ambiente.
- Reafirmar o poder das comunidades locais no que respeita a conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos seus elementos.
- Integrar na legislação ambiental medidas incitativas recorrendo-se dos instrumentos económicos.

14. O vosso país identificou as acções prioritárias nas suas estratégias e planos de acção nacionais sobre a biodiversidade? (decisão VI/27 A)	
a) Não	
b) Não, mas a revisão está em curso	
c) Sim, acções prioritárias identificadas (queira precisar abaixo)	X

Outros comentários sobre as acções prioritárias identificadas nas suas estratégias e planos de acção nacionais.

- Criação de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas
- Formação de um corpo de guardas e guias
- Criação de Reservas de Recursos Naturais nas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Santiago e Sal;
- Preservação de espécies animais nos seus habitat naturais;
- Identificação, criação de zonas de baleias e de nidificação de tartarugas marinhas, bem como elaboração e execução dos respectivos planos de gestão;
- Criação de um banco de dados sobre recursos genéticos;
- Multiplicação *ex-situ* de espécies vegetais ameaçadas e sua (re)introdução nos ecossistemas degradados;
- Formação de técnicos em metodologias de avaliação de impactes ambientais;
- Formação de gestores de jardins botânicos, de guardas, de técnicos de apoio e guias turísticos locais.

15. O vosso país integrou a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade, bem como a repartição equitativa das vantagens nos planos sectoriais e intersectoriais, programas e politicas pertinentes? (decisão VI/27 A)	
a) Não	
b) Sim, em certos sectores (queira precisar abaixo)	X
c) Sim, nos sectores importantes (queira precisar abaixo)	
d) Sim, em todos os sectores (queira precisar abaixo)	

Outras observações sobre a integração da conservação e utilização sustentável da biodiversidade e da repartição dos benefícios, nos planos sectoriais e intersectoriais, programas e políticas pertinentes.

- O Ministro do Ambiente e Agricultura tem a competência de articular-se com o Ministro de Economia, Crescimento e Competitividade, em matéria de segurança alimentar e abastecimento de produtos agrícolas, com o Ministro da Educação e Valorização dos Recursos Humanos em matéria de educação ambiental e de política de formação e investigação no domínio das ciências agrárias e das pescas, bem com na protecção e salvaguarda do património natural.

- A nível de planos sectores, a concertação dá-se através de :
- O V Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005)
- O Plano de Acção Florestal Nacional (PAFN)
- Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade
- Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre as Mudanças Climáticas
- Programa de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação (PAN)
- Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II)
- Estratégia e Plano Nacional de luta contra a Pobreza

16. O vosso país integra as espécies migratórias e seus habitat nas suas estratégias e planos de acção nacionais (NBSAP)? (decisão VI/20)	
a) Sim	X
b) Não	
I) Se **SIM**, queira descrever brevemente a medida na qual elas se integram	
(a) A conservação, utilização sustentável e/ou restauração de espécies migratórias	Criação de Monumento Natural no ilhéu de Sal-Rei, Sítios Ramsar na Lagoa de Rabil e Curral Velho, na Ilha da Boavista, Sítios Ramsar em Lagoa de Pedra Badejo, a fim de contribuir para a preservação das aves migratórias e outras, de tartarugas marinhas, da vegetação e flora naturais, etc. Garantir, a longo prazo, a prática do turismo especializado pelos operadores turísticos.
(b) A conservação, utilização sustentável e/ou restauração de habitat de espécies migratórias, incluindo as áreas protegidas	.Criação de Paisagem Protegida em Curral Velho e zonas limítrofes da Boavista, a fim de contribuir para a preservação das aves migratórias e outras, de tartarugas marinhas, da vegetação e flora naturais, etc. Garantir, a longo prazo, a prática do turismo especializado pelos operadores turísticos. .Criação de áreas protegidas marinhas e costeira. . Ratificação da Convenção de RAMSAR e declaração de 3 Sítios RAMSAR em Curral Velho, Lagoa de Rabil (Boa Vista) e Lagoa de Pedra Badejo (Santiago).
(c) A minimização ou eliminação de barreiras ou obstáculos à migração	
(d) A pesquisa e a vigilância de espécies migratórias	
(e) Os movimentos transfronteiriços	
II) Se **NÃO**, queira indicar brevemente abaixo	
(a) A medida na qual o vosso país integra as espécies migratórias a nível nacional	
(b) A cooperação com outros Estados das áreas de repartição após 2000	

Biodiversidade e mudanças climáticas

17. O vosso país implementou projectos da de adaptação às mudanças climáticas, assim como projectos de atenuação incorporando a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade? (decisão VII/15)	
a) Não	
b) Não, mas um certo número de projectos e programas estão na fase de elaboração	
c) Sim, um certo número de projectos foi implementado (queira precisar abaixo)	X

Outras observações sobre os projectos de adaptação às mudanças climáticas e os projectos de mitigação, incorporando a conservação e utilização sustentável da biodiversidade
Os projectos executados no quadro de Plano de Acção Florestal Nacional, do Programa de Acção Nacional de luta contra a desertificação e os em curso, relativos às áreas protegidas, contemplam medidas de adaptação dos ecossistemas às mudanças climáticas. Além disso, está em curso a elaboração do Plano de Acção sobre medidas de Adaptação às mudanças climáticas, financiado pela UNESCO. Foi já apresentada a primeira versão do documento do plano, contendo um conjunto de soluções do tipo "soft" para a alimentação artificial de praias, reforço de dunas e outras amigas do ambiente, bem como soluções tipo "hard" como os esporões, obras longitudinais aderentes e obras longitudinais destacados.

18. O vosso país facilitou a coordenação, a fim que os projectos de adaptação e atenuação fossem conformes aos engajamentos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas e da Convenção das Nações Unidas de luta contra a Desertificação? (decisão VII/15)	
a) Não	
b) Não, mas estão em curso mecanismos de desenvolvimento pertinentes	X
c) Sim, mecanismos pertinentes foram implementados (queira precisar abaixo)	

Outras observações sobre a coordenação, com, a fim de que os projectos de mitigação e de adaptação sejam conformes aos engajamentos da CCNUCC e da CNULCD.
Para facilitar a coordenação entre projectos no domínio do ambiente e capitalizar as sinergias entre as Convenções do Rio, o Governo de Cabo Verde elaborou, e está a ser implementado, o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II), que é um instrumento de gestão ambiental enquadrador da política do ambiente no país.

XLII

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;
b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;
c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;
d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;
e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;
f) constrangimentos encontrados na implementação.

Artigo 7 - Identificação e vigilância

19. Sobre o artigo 7(a): vosso país dispõe de um programa de inventário e/ou vigilância em vigor aos níveis genético, das espécies e de ecossistemas?	
a) Não	
b) Sim, apenas programas selectivos/parciais ao nível genético, das espécies e ecossistemas	X
c) Sim, programas completos ao nível dos ecossistemas e de inventários selectivos/parciais ao nível genético e/ou das espécies (queira precisar abaixo)	

Outros comentários sobre os programas de inventários em vigor, aos níveis genético, das espécies e de ecossistemas
No quadro de projectos áreas protegidas terrestres e conservação marinha e costeira, está em curso actividades concernentes à identificação a nível genético, de espécies e de ecossistemas, com vista a conhecer não só as necessidades de conservação como o estabelecimento de planos de vigilância para protecção e conservação dos processos ecológicos no seu todo.

20. Sobre o artigo 7 (b) : quais os elementos constitutivos da biodiversidade identificados conforme o anexo I da Convenção são cobertos pelos programas de vigilância sistemática em vigor?	
a) Ao nível dos ecossistemas (queira fornecer uma percentagem baseada sobre a superfície coberta)	15,93%
b) Ao nível das espécies (queira fornecer o número de espécies por grupo taxionómico e a percentagem do número total de espécies conhecidas em cada grupo)	
c) Ao nível genético (queira indicar o número e o eixo dos programas de vigilância)	

Outras observações sobre os programas de vigilância em vigor aos níveis genéticos, de espécies e dos ecossistemas.
Existem alguns programas de vigilância no INIDA e no INDP. Ao nível dos projectos áreas protegidas existe uma divisão de seguimento ecológico que assegura a monitorização dos ecossistemas e do processo ecológico no seu todo, incluindo as espécies.

21. Sobre o artigo 7 © : o vosso país dispõe de programas de vigilância sistemática das principais actividades que ameaçam a biodiversidade abaixo enumeradas?	
a) Não	
b) Sim as espécies exóticas invasoras (queira precisar abaixo)	X
c) Sim, as mudanças climáticas (queira precisar abaixo)	X
d) Sim, a poluição/eutrofização (queira precisar abaixo)	X
e) Sim, as mudanças da ocupação dos solos/a degradação das terras (queira precisar abaixo)	X
f) Sim, a sobrelotação e utilização irracional (queira precisar abaixo)	X

Outras observações sobre as principais actividades que ameaçam a biodiversidade.
As principais actividades que ameaçam a biodiversidade são a apanha de combustível lenhoso para cozinha, a recolha de pastos para animais, a pecuária extensiva, as más práticas agrícolas.

introdução de espécies exóticas

22. ◆ Sobre o artigo 7 (d) : o vosso país dispõe de um mecanismo próprio para manter e organizar os dados de inventários e de programas de vigilância e coordenar a recolha e a gestão da informação a nível nacional?	
a) Não	
b) Não, mas alguns mecanismos estão a ser estudados	
c) Sim alguns mecanismos estão a ser estabelecidos	
d) Sim, alguns mecanismos foram instalados (queira precisar abaixo)	X
e) Sim um sistema relativamente completo foi instalado (queira precisar abaixo)	

Outras informações sobre a coordenação da recolha e gestão de informação.
Foi criado a Direcção de Serviços de Informação e Seguimento de Qualidade Ambiental na Direcção-Geral do Ambiente a qual compete nomeadamente promover a criação e assegurar a gestão do sistema de informação para o ambiente, garantindo a sua permanente actualização; promover a criação e assegurar a gestão do sistema de seguimento da qualidade ambiental, garantindo a sua permanente actualização; existência de uma base de dados sobre a biodiversidade da Macaronésia, no INIDA.

23. ◆ O Vosso país utiliza indicadores nacionais da biodiversidade? (decisão III/10)	
a) Não	
b) Não, mas a está em curso a identificação dos potenciais indicadores (queira descrever)	
c) Sim, alguns indicadores identificados e utilizados (queira descrever)	X
d) Sim, um conjunto relativamente completo de indicadores identificados e utilizados (queira descrever e fornecer, se possível, o endereço do site Internet sobre a qual os dados estão resumidos e apresentados)	

Outras observações sobre os indicadores identificados.
• Em 2005, todas as áreas protegidas já existentes, regulamentadas • A partir de 2004, reforço da fiscalização da importação e exportação de espécies terrestres e marinhas • Até 2005, todas as áreas protegidas (terrestres e marinhas) delimitadas e demarcadas • Até 2006, os principais ecossistemas inventariados e caracterizados • Até 2008, Planos de Gestão de todas as áreas protegidas elaborados e em implementação • Em 2013, pelo menos, 80% dos ecossistemas com alto índice de concentração de biodiversidade, recuperados e protegidos. • Em 2013, 100% das espécies em perigo de extinção, protegidas • Até 2006, os valores estéticos de paisagens caracterizados • .A partir do 2007, as paisagens de alto valor estético protegidas

Caixa XLIII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.
Para além de programas de monitorização existentes no INIDA e INDP, ao nível de projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas áreas protegidas, há um conjunto de trabalhos de identificação das componentes da biodiversidade e sua análise em termos do estado de conservação, para se poder definir estratégias que permitam a sua conservação. Também estão em curso estudos do processo ecológico com vista a serem identificados potenciais sinergias positivas ou negativas entre as espécies exóticas e as autóctones, a fim de se definir melhores estratégias de gestão dos recursos naturais. Foi criado a Direcção de Serviços de Informação e Seguimento de Qualidade Ambiental, na Direcção-Geral do Ambiente, a qual compete nomeadamente promover a criação e assegurar a gestão do sistema de informação para o ambiente, garantindo a sua permanente actualização; promover a criação e assegurar a gestão do sistema de seguimento da qualidade ambiental, garantindo a sua permanente actualização; existência de uma base de dados sobre a biodiversidade da Macaronésia, no INIDA.

Decisões em matéria de taxionomia

24. ◈ O Vosso país desenvolveu um plano para implementação das acções sugeridas no anexo à decisão IV/1? (decisão IV/1)	
a) Não	X
b) Não, mas há um plano de desenvolvimento em curso	
c) Sim, foi implementado um plano (queira precisar abaixo)	
d) Sim, há relatórios disponíveis sobre aplicação (queira precisar abaixo)	
Outras informações sobre o plano para a implementação das acções sugeridas no anexo à decisão IV/1.	

25. ◈ O Vosso país investiu a longo prazo na implementação de infra-estruturas apropriadas para as colecções taxionómicas do país? (decisão IV/1)	
a) Não	
b) sim (queira precisar abaixo)	X
Outras informações sobre investimentos a longo prazo na implementação de infra-estruturas apropriadas para as colecções taxionómicas do país.	

- Criação de centro nacional de desenvolvimento dos recursos biológicos
- Um banco de genes está a ser criado.
- Herbário no projecto áreas protegidas terrestres (Monte Gordo e Serra malagueta)
-Herbário no INIDA

26. ◆ O Vosso país elaborou programas de formação no domínio de taxionomia, e tomou medidas com vista ao reforço da capacidade de pesquisa nessa matéria? (decisão IV/1)	
a) Não	
b) Sim (queira precisar abaixo)	X
Outras informações sobre os programas de formação em matéria de taxionomia e os esforços consentidos para o reforço das capacidades de pesquisa taxionómica.	
Existem programas a nível de ensino nos Liceus e Escolas de formação superior (Centro Formação de S. Jorge dos Órgãos, ISE, Jean Peaget)	

27. ◆ O Vosso país tomou medidas para assegurar a estabilidade financeira e administrativa das instituições responsáveis pelos inventários da biodiversidade e das actividades taxionómicas? (decisão IV/1)	
a) Não	
b) Não, mas medidas estão a ser consideradas	
c) Sim, para algumas instituições	X
d) Sim, para todas as principais instituições	

28. * [2] O vosso país colaborou com as iniciativas em curso, a nível nacional, sub-regional, regional, e mundial, bem como com as parcerias e as instituições existentes, a fim de implementar o programa de trabalho, incluindo a avaliação das necessidades regionais em matéria de taxionomia e a identificação das prioridades ao nível regional? (decisão VI/8)	
a) Não	
b) Não, mas programas de colaboração estão a ser elaborados	X
c) Sim, programas de colaboração estão a ser executados (queira precisar os programas de colaboração, inclusive os resultados das avaliações das necessidades regionais)	
d) Sim, programas de colaboração completos estão a ser executados (queira fornecer precisões sobre os programas de colaboração, inclusive os resultados das avaliações das necessidades regionais e a identificação das prioridades ao nível regional)	
Outras informações sobre a colaboração que o vosso país implementou para aplicar o programa de trabalho para a Iniciativa taxionómica mundial, incluindo a avaliação das necessidades regionais e identificação das prioridades ao nível regional.	
Há colaboração com as ilhas Canárias	

29. * O vosso país fez uma avaliação das necessidades e capacidades em matéria de taxionomia ao nível nacional para a aplicação da Convenção? (Anexo a decisão VI/8)	
a) Não	
b) Sim, avaliação de base feita (queira indicar abaixo una lista das necessidades e capacidades identificadas)	X
c) Sim, avaliação completa feita (queira indicar abaixo una lista das necessidades e capacidades identificadas)	
Outros comentários sobre a avaliação nacional das necessidades e capacidades em matéria de taxionomia.	
Falta de formação no domínio Insuficiência de quadros técnicos na matéria	

30. * O vosso país trabalha, em colaboração com as outras Partes, no reforço das capacidades regionais ou mundiais para apoiar o acesso à, e à produção das informações taxionómicas? (Anexo à decisão VI/8)	
a) Não	
b) Sim, programas pertinentes a ser desenvolvidos	X
c) Sim, algumas actividades levadas a cabo neste domínio (queira precisar abaixo)	
d) Sim, muitas actividades foram levadas a cabo neste domínio (queira precisar abaixo)	
Outros comentários sobre o reforço das capacidades regionais ou mundiais para apoiar o acesso à produção de informações taxionómicas global, em colaboração com as outras Partes.	

31. * O vosso país desenvolveu algum instrumento de apoio em matéria de taxionomia para a implementação do programa de trabalho da Convenção, conforme a decisão VI/8? (Anexo à decisão VI/8)	
a) Não	
b) Sim, para a biodiversidade das florestas	X
c) Sim, para a biodiversidade marinha e costeira	X
d) Sim, para a biodiversidade das terras áridas e sub-húmidas	X
e) Sim, para a biodiversidade das águas interiores	X
f) Sim, para a biodiversidade das montanhas	X
g) Sim, para a biodiversidade das áreas protegidas (queira precisar abaixo)	X
h) Sim, para a biodiversidade agrícola (queira precisar abaixo)	
i) Sim, para a biodiversidade insular (queira precisar abaixo)	

Outras observações sobre o desenvolvimento de algum instrumento de apoio em matéria de taxionomia com vista a implementação do programa de trabalho da Convenção.
No quadro do projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas áreas protegidas estão a ser criados herbários nos Parques Naturais de Serra Malagueta (Santigo) e Monte Gordo (S. Nicolau).

32. * O vosso país desenvolveu algum suporte em matéria de taxionomia para implementação das questões intersectoriais da Convenção, de acordo com a decisão VI/8?	
a) Não	X
b) Sim, para o acesso e distribuição dos benefícios (Queira precisar abaixo)	
c) sim, para o Artigo 8(j) (Queira precisar abaixo)	
d) Sim, para abordagem por ecossistema (Queira precisar abaixo)	
e) Sim, para avaliação, vigilância e indicadores de impacte (Queira precisar abaixo)	
f) Sim, para as áreas protegidas (Queira precisar abaixo)	
g) Sim, para as outras questões (Queira precisar abaixo)	
Outros comentários sobre o desenvolvimento de suporte para a aplicação das questões intersectoriais da Convenção.	

Artigo 8 – Conservação in-situ

[excluídos os apartados (a) a (e), (h) e (j)]

33. ◆ A À respeito do Artigo 8 (i), seu país tem criado as condições necessárias para harmonizar os usos actuais com a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável de seus componentes?	
a) Não	
b) Não, mas medidas possíveis estão sendo identificadas	
c) Sim, algumas medidas realizadas (indique os detalhes)	X
d) Sim, medidas completamente realizadas (indique os detalhes)	
Outros comentários sobre as medidas adoptadas para criar as condições necessárias para harmonizar os usos actuais com a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável de seus.	

Para alcançar os propósitos de um desenvolvimento sustentável, uma atenção específica deve ser dado aos diversos ecossistemas e aos problemas ambientais. Para isso o governo propôs-se a:

- Proteger os ecossistemas marinhos, bem como as zonas costeiras, garantindo uma exploração sustentável dos seus recursos.
- Reorganizar os sistemas agrícolas, silvícolas, pastoris e/ou mistos, através de programas integrados por bacia hidrográfica.
- Proteger os ecossistemas terrestres, com destaques para solos, subsolos, água, assegurando

uma gestão sustentada dos recursos.

- Criar condições de adaptação dos sistemas agrícolas, florestais e marinhos, ás mudanças climáticos, assim como a atenuação dos seus efeitos.
- Prevenir as catástrofes naturais, permitindo assim um controlo mais eficiente, bem como a minimização das suas consequências.

No quadro da Estratégia Nacional da Biodiversidade, o Governo de Cabo Verde atribuiu uma grande importância a conservação da biodiversidade através da criação de áreas protegidas, reservas naturais terrestres e marinha, parques naturais, paisagens protegidas, monumentos naturais no território nacional. Essas áreas dão um grande contributo á conservação (in situ) dos nossos recursos naturais, protegendo os habitates naturais dos nosso ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico nas regiões onde estão inseridas.

34. **A À respeito do Artigo 8 (k), seu país tem aumentado ou mantêm a legislação e/ou outras disposições de regulamentação necessária para protecção de espécies e populações ameaçadas?**		
a)	Não	
b)	Não, mas está preparando-se a legislação	
c)	Sim, legislação e outras medidas estabelecidas (indique os detalhes)	X

Outras informações sobre a legislação e/ou disposições da regulamentação para a protecção de espécies e populações ameaçadas.

Existem regulamentações que protegem espécies vegetais e animais consideradas ameaçadas ou consideradas relevantes para os ecossistemas a nível nacional e internacional, tais como:

- **O Decreto-Regulamentar nº 7/2002** de 30 de Dezembro de 2003 estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.
- **Decreto-Lei n.º 3/2003**, de 24 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas
- **Decreto-lei nº 54/2005** de 22 de Agosto que regulamenta a actividade de Pesca Amadora nas águas sob jurisdição nacional
- **Decreto Legislativo nº 9/97** Revê sistema de sanções penais do regime de protecção de vegetais – Boletim oficial I S nº 17, suplemento, de 8 de Maio de 1997
- **Decreto nº 11/2004 de 8 de Novembro** que prova a adesão de Cabo Verde na Convenção de Zonas Húmidas de importância internacional, especialmente como habitat importante para as aves aquáticas (RAMSAR)

35. **A À respeito do Artigo 8 (l), seu país tem regulamentado ou gerido os processos e categorias de actividades identificadas de conformidade com o Artigo 7 como tendo efeitos adversos significativos na biodiversidade?**		
a)	Não	
b)	Não, mas os processos e categorias de actividades pertinentes estão sendo identificados	
c)	Sim, de forma limitada (indique os detalhes)	X
d)	Sim, com grande amplitude (indique os detalhes)	

Outros comentários sobre a regulamentação ou gestão de processos e categorias de actividades identificadas de conformidade com o Artigo 7 como tendo efeitos adversos significativos na biodiversidade.

Após a Conferência das Nações Unidas do Rio – 1992 sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Cabo Verde adoptou o seu primeiro instrumento legal ambiental aprovando a Lei de Bases da Política do Ambiente – Lei nº 86/IV/93 que fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural, um ano após a consagração do Direito ao Ambiente na Constituição da República de Cabo Verde, como Direito fundamental. Hoje, o nosso sistema Jurídico integra um conjunto de dispositivos legais que regulamentam várias preocupações ambientais no país, designadamente a conservação da Natureza, ar, água, solos, ruídos e instrumentos da Política Ambiental.

Caixa XLIV

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;

b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;

c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;

d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;

e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

f) constrangimentos encontrados na implementação.

a) Cabo Verde com a criação das áreas protegidas pretende ter um desenvolvimento económico e social no meio rural, possibilitando a utilização racional dessas terras, bem como a consequente criação de empregos, tanto a nível da investigação e monitorização, como a nível da promoção de educação ambiental, e de actuações recreativas e de lazer, abrangendo a área do turismo. Com isso se justifica a criação de uma rede de áreas protegidas em todos nossos países.

b) Só nos últimos anos vêm aumentando força o cumprimento da CDB nestas matérias. Tem-se feito muitas acções em matéria da conservação *in situ* e ultimamente tem-se falado muito sobre a biodiversidade e sua conservação através da criação das áreas protegidas.

c) Cada vez mais tem-se dado mais abertura e aumentando a consciencialização a todos, que a criação das áreas protegidas é de enorme importância. Com isso estão sendo realizado mais estudos para a criação de mais áreas protegidas no nosso território nacional, assim contribuindo para que a meta do milénio seja alcançada a nível mundial.

d) Tudo o que se tem feito é em cumprimento da Estratégia e do seu Plano de Acção. A prioridade é de proteger todas as áreas onde existem espécies em extinção ou endémicas de Cabo Verde para a sua preservação. Estudos estão sendo feitas para que não se deixe extinguir nenhuma espécie no nosso território.

e) Para cumprir as Metas do Milénio, considera-se importante relacionar a protecção *in situ* com as actividades económicas que se desenvolvem nos ecossistemas.

f) A principal limitação é que de uma forma geral não se tem interligado o conceito de enfoque ecossistémico entre os que decidem e os profissionais do país.

Programa de trabalho sobre áreas (Artigo 8 (a) a (e))

36.Seu país tem estabelecido metas e indicadores convenientes sobre áreas protegidas, limitados em tempo mensurável a nível nacional? (decisão VII/28)

a) Não (indique os motivos)	
b) Não, mas trabalhos pertinentes estão em via de realização	
c) Sim, algumas metas e indicadores estabelecidos (indique os detalhes)	X
d) Sim, metas e indicadores completos estabelecidos (indique os detalhes)	

Outros comentários sobre metas e indicadores de áreas protegidas.

A Estratégia Nacional e o Plano de Acção da Biodiversidade estabelece que o país tem a incumbência de criar uma Rede Nacional de Áreas Protegidas Terrestres e Marinhas e Costeira que no futuro se conformará num Sistema de Áreas Protegidas que integre diversos subsistemas. Em função dos bens e valores a proteger a com o objectivo de graduar os níveis de protecção e usos compatíveis no território nacional, foram criadas categorias de áreas protegidas: Reservas Naturais; Parques Naturais; Parques Nacional; Monumento Natural; Paisagem Protegida e Sitio de Interesse Cientifico.

A conservação da natureza, a declaração e protecção das áreas protegidas regem-se pelos princípios de acção pública, consignados na Lei de Base da Política do Ambiente, aprovada pela lei 86/IV/93, de 26 de Julho.

Neste sentido, até este momento já foram criadas 47 áreas protegidas com suas categorias referentes. No projecto das áreas protegidas foi determinado para a primeira fase uma meta atendendo até 2008 a instalação de dois Parques Naturais.

De acordo com a lista publicada na I SÉRIE nº 5 do Boletim Oficial da Republica de Cavo Verde de 24 de Fevereiro de 2003, estas são as seguintes áreas nomeadas como protegidas:

Ilha de Santo Antão

- Moroços – Parque Natural
- Cova/Ribeira Paúl/Torre – Parque Natural
- Cruzinha – Reserva NAtural
- Pombas – Paisagem Protegida
- Tope de Coroa – Parque NAtural

Ilha de São Vicente

- Monte Verde – Parque Natural

Santa Luzia – Reserva Natural

- Ilhéus Branco e Raso – Reserva Integral

Ilha de São Nicolau

- Monte Gordo – Parque Natural
- Monte do Alto das Cabaças – Reserva Natural

Ilha do Sal

- Salinas de Pedra Lume e Cagarral – Paisagem Protegidas
- Monte Grande – Paisagem Protegida
- Rabo de Junco – Reserva Natural
- Baía da Murdeira – Reserva Natural (Marinha)
- Costa da Fragata – Reserva Natural
- Serra Negra – Reserva Natural
- Buracona-Ragona – Paisagem Protegida
- Salinas de Santa Maria – Paisagem Protegida
- Morrinho do Filho – Monumento Natural
- Ponta do Sino – Reserva Natural
- Morrinho do Açucar – Monumento Natural

Ilha do Maio

- Terras Salgadas – Reserva Natural
- Casas Velhas – Reserva Natural

- Barareiro e Figueira – Parque Natural
- Lagoa Cimidor – Reserva Natural
- Praia do Morro – Reserva Natural
- Salinas de Porto Inglês – Paisagem Protegida
- Monte Penoso e Monte Branco – Paisagem Protegida
- Monte Santo António – Paisagem Protegida

Ilha de Boa Vista

- Boa Esperança – Reserva Natural
- Ilhéu de Baluarte – Reserva Natural Integral
- Ilhéu dos Pássaros – Reserva Natural Integral
- Ilhéu de Curral Velho – Reserva Natural Integral
- Ponta do Sol – Reserva Natural
- Tartaruga – Reserva Natural
- Parque Natural do Norte – Parque Natural
- Monte Caçador e Pico Forçado – Paisagem Protegida
- Morro de Areia – Reserva Natural
- Curral Velho – Paisagem Protegida
- Monte Santo António – Monumento Natural
- Ilhéu de Sal-Rei – Monumento Natural
- Monte Estância – Monumento Narutal
- Rocha Estância – Monumento Natural

Ilha de Santiago

- Serra da Malagueta – Parque Natural
- Serra Pico de Antónia – Parque Natural

Ilha do Fogo

- Bordeira, Chã das Caldeiras e Pico Novo – Parque Natural

Ilhéus de Rombo – Reserva integral

37.Seu país tem tomado medidas para estabelecer ou expandir as áreas protegidas em qualquer área natural extensa ou relativamente sem fragmentar sob forte ameaça, incluindo a segurança das espécies ameaçadas? (decisão VII/28)		
a)	Não	
b)	Não, mas programas pertinentes em preparação	
c)	Sim, medidas limitadas (indique os detalhes)	x
d)	Sim, medidas significativas (indique os detalhes)	

Outros comentários sobre medidas adoptadas para estabelecer ou aumentar as áreas protegidas.

Por ser recente a criação das áreas protegidas no nosso país, essas áreas contempladas ainda não se tem constado a necessidade do aumento das mesmas, mas Cabo Verde tem estabelecido medidas para criar estas áreas em locais onde se encontram as espécies mais degradadas e ameaçadas de extinção. Isso apoiando na conservação in situ destas espécies e contribuir para o aumento da sua população inclusive das espécies endémicas existentes.

38.Seu país tem tomada medidas para incorporar os ecossistemas marinhos e de águas continentais que não estão suficientemente representados nos actuais sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas? (decisão VII/28)	
a) Não	
b) Não aplicáveis	X
c) Não, mas medidas pertinentes estão sendo consideradas	
d) Sim, medidas limitadas (indique os detalhes)	
e) Sim, medidas significativas (indique os detalhes)	
Outros comentários sobre medidas adoptadas para atender aos ecossistemas marinhos e de águas continentais que não estão suficientemente representados nos actuais sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas.	

39.Seu país tem determinado e posto em prática medidas práticas para melhorar a integração das áreas protegidas e paisagens terrestres e marinhos mais amplas, incluído políticas, planeamento e outras medidas? (decisão VII/28)	
a) Não	
b) Não, mas alguns projectos estão em	
c) Sim, algumas medidas identificadas e aplicadas (indique os detalhes)	X
d) Sim, muitas medidas identificadas e aplicadas (indique os detalhes)	
Outros comentários sobre medidas práticas para melhorar a integração das áreas protegidas a paisagens terrestres e marinhos mais ampliados, incluídas as medidas de política e planificação e outras.	
Foi assinado um protocolo de colaboração entre duas instituições do Ministério do Ambiente e Agricultura MAA, a DGASP (Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária) e a DGA (Direcção Geral do Ambiente) no processo de elaboração do instrumento de gestão do parque natural do Fogo (Chã das Caldeiras). No âmbito marinho está em curso a elaboração do plano de gestão de duas áreas marinhas o de Santa Luzia e dos seus ilhéus Branco e Raso e da Baia de Mordeira. O Projecto de Conservação Marinha e Costeira que está a desenvolver estes trabalhos nas áreas marinha tem contribuído para melhor serem conhecidas e para assim conservar mos as áreas costeiras e marinhas.	

40. Seu país está aplicando directrizes para avaliação do impacte ambiental nos projectos ou planos para avaliar os efeitos sobre áreas protegidas? (decisão VII/28)	
a) Não	
b) Não, mas directrizes EIA pertinentes estão em preparação	
c) Sim, as directrizes EIA se aplicam a alguns projectos ou planos (indique os detalhes)	X
d) Sim, as directrizes EIA se aplicam a todos os projectos ou planos pertinentes (indique os detalhes)	

Outros comentários sobre aplicação de directrizes para avaliar os impactes ambientais nos projectos ou planos para avaliar os efeitos nas áreas protegidas.
No Decreto-Lei nº 3/2003 que estabelece o regime jurídico das Áreas Protegidas, foram criadas categorias para as diferentes áreas de preservação e de acordo com as categorias estabelecidas assim são permitidos empreendimentos nessas áreas. Qualquer projecto, seja publica como privada, para serem implementadas nestas áreas protegidas tem que visar a conservação do ambiente e da biodiversidade local, assim no artigo 1º 2 (b) do Decreto-Lei nº29/2006 determina a avaliação do impacte ambiental dos projectos públicos ou privados localizados em áreas sensíveis ou protegidas pelo regime político.

41.Seu país tem identificado lacunas e barreiras legislativas e institucionais que impedem o estabelecimento e gestão efectivos de áreas protegidas? (decisão VII/28)	
a) Não	
b) Não, mas trabalhos pertinentes em vias de realização	
c) Sim, algumas e barreiras identificadas (indique os detalhes)	x
d) Sim, muitas algumas e barreiras identificadas (indique os detalhes)	
Outros comentários sobre identificação de algumas barreiras legislativas e institucionais que impedem o estabelecimento e gestão efectivos de áreas protegidas.	
Os principais constrangimentos prendem-se com o aspecto fundiário	

42.Seu país tem feito avaliação das necessidades nacionais de capacidade para áreas protegidas e estabelecido programas de reforço de capacitação? (decisão VII/28)	
a) Não	
b) Não, mas algumas avaliações em via de realização	
c) Sim, uma avaliação básica realizada e alguns programas estabelecidos (indique os detalhes)	X
d) Sim, uma avaliação completa realizada e programas completos estabelecidos (indique os detalhes)	
Outros comentários sobre avaliação das necessidades nacionais de capacitação para áreas protegidas e estabelecimento de programas de reforço de capacidade.	
Para a implementação dos espaços naturais protegidos foram desenvolvidos diferentes programas de capacitação como das instituições que gerem essas áreas protegidas, das comunidades pertencentes a esta área, das associações que estão envolvidas nos locais onde as áreas protegidas estão inseridas. Através do Projecto Autoavaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão do Ambiente (NCSA) que tem como um dos objectivos identificar, rever e confirmar a acção prioritária de desenvolvimento de capacidades na área da biodiversidade, criam-se condições para o reforço de capacidade institucional nesta área.	

43.Seu país está aplicando mecanismos de financiamento sustentável a nível do país que prestam apoio a sistemas nacionais de áreas protegidas? (decisão VII/28)	
a) Não	

b) Não, mas planos pertinentes estão em preparação	
c) Sim, plano pertinente estabelecido (indique os detalhes)	X
d) Sim, o plano está implantado (indique os detalhes)	

Outros comentários sobre implantação de mecanismos de financiamento sustentável a nível de país que prestam apoios a sistemas nacionais de áreas protegidas.

O Governo suporta, através do Fundo do Ambiente, os gastos originados pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, podendo assim receber de organizações internacionais e países amigos ajudas económicas específicas para a gestão dessas áreas.

Neste momento para a gestão de 2 áreas protegidas terrestres o Governo entra com uma grande parte de financiamento, contribuindo com 35% do financiamento total para o projecto, tendo o GEF contribuindo com 57% e os restantes 8% proveniente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Para as áreas protegidas marinhas e costeiras a Holanda é o único financiador, assumindo todos os gastos do projecto sendo a WWF a contribui com o da capacitação dos técnicos.

44.Seu país está aplicando métodos, normas, critérios e indicadores apropriados para avaliar a eficácia da gestão e administração de áreas protegidas? (decisão VII/28)

a) Não	
b) Não, mas métodos, normas, critérios e indicadores pertinentes estão em preparação,	X
c) Sim, tem se desenvolvido e estão a ser utilizados métodos, normas, critérios e indicadores nacionais (indique os detalhes)	
d) Sim, alguns métodos, normas, critérios e indicadores nacionais foram desenvolvidos e indicadores internacionais estão sendo utilizados (indique os detalhes)	

Outros comentários sobre métodos, normas, critérios e indicadores apropriados para avaliar a eficácia da gestão e administração de áreas protegidas.

As áreas protegidas terrestres e marinhas a nível nacional vão ser administradas de acordo com planos de gestão que estão em fase de elaboração. Estão sendo feitos estudos de base para a elaboração destes planos de gestão.

Caixa XLV.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;

b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;

c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;

d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;

e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

f) constrangimentos encontrados na implementação.

g) As medidas adoptadas até o momento tem sido de uma grande valia para a conservação *in situ* das nossas espécies, ecossistemas e também dos seus *habitates*. Mas tendo em conta que o

projecto ainda encontra na sua fase inicial não avaliou-se os possíveis impactes e em muitas áreas estão ainda em estudos.

h) Cabo Verde por ter assinado e ratificado a convenção da Biodiversidade beneficiou-se do financiamento do GEF para a elaboração do Plano de Acção de Estratégia sobre Biodiversidade contemplando assim a formação de uma rede de áreas protegidas também financiou a criação da mesma.

i) Com a criação de uma rede nacional de áreas protegidas, 47 áreas no total, pode-se descrever que para as metas 2010 o país tem colaborado para ser atingido a nível global. Isso tanto para as áreas terrestres como para marinha.

j) Na Estratégia Nacional do Plano de Acção sobre a Biodiversidade, contêm metas muito ambiciosas que estão sendo cumpridas.

k) Ultimamente se está fazendo um esforço grande para vincular as áreas protegidas no desenvolvimento económico local. Tendo estes projectos desenvolvido no local a capacitação da população e a sua formação para sua sustentabilidade, diminuindo o impacte da pobreza local e consequentemente nacional.

l) As principais limitações são os constrangimentos financeiros para a criação das 47 áreas protegidas, tendo no momento apenas 3 áreas a serem trabalhadas a nível nacional. A falta de pessoal capacitado para desenvolver o trabalho também é uma das limitações enfrentadas. E para as áreas marinhas ela é um espaço de vários domínios, dificultando um pouco o trabalho pois cabe a vários órgãos a actuação na mesma área.

Artigo 8 (h) - Espécies exóticas

45. Seu país tem determinado quais são as espécies exóticas introduzidas no seu território e estabelecido um sistema para seguir a pista da introdução de espécies exóticas?	
a) Não	
b) Sim, algumas espécies exóticas identificadas mas todavia não se têm estabelecido nenhum sistema para seguir a pista da sua introdução	X – Foram identificadas 331 espécies introduzidas
c) Sim, algumas espécies exóticas identificadas e um sistema para dar seguimento.	
d) Sim, espécies exóticas muito relevantes identificadas e um sistema de seguimento desenhado.	

46◇ Seu país tem avaliado os riscos de plantas nos ecossistemas, habitates ou espécies introduzidas destas espécies exóticas?	
a) Não	
b) Sim, mas somente para algumas espécies exóticas de interesse (indique os detalhes a seguir)	
c) Sim, para a maioria das espécies exóticas (indique os detalhes a seguir)	X

Outras informações sobre a avaliação dos riscos de plantas nos ecossistemas, habitates ou espécies exóticas introduzida.

Introdução de espécies exóticas em Cabo Verde, tanto para o uso na agricultura, como para o uso nos programas de reflorestação representam geralmente uma modificação das relações entre as espécies exóticas com as espécies nativas e dependendo da sua competitividade, sendo de maior ou menor adaptabilidade, poderão modificar expressivamente a biodiversidade genética, ecológica, específica e

funcional do local.

A investigação da origem da nossa flora tem merecido atenção de vários especialistas desta área, dada a importância dos componentes das mais diversas procedências de que elas são portadoras. Cerca de 32,2%, são de proveniência duvidosa segundo Lobin e Zizka (1990).

47.◇ Seu país tem implementado medidas para impedir a introdução, controlar ou erradicar aquelas espécies exóticas que ameaçam os ecossistemas, habitates ou espécies?

a)	Não	
b)	Não, mas algumas possíveis medidas estão sendo consideradas	
c)	Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	x
d)	Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre as medidas para impedir a introdução, controlar ou erradicar aquelas espécies exóticas que ameaçam os ecossistemas, habitates ou espécies.

A introdução de espécies no país é controlada nas fronteiras aéreas a marítimas, não sendo permitida, por conseguinte, a entrada de qualquer espécie sem estudos previstos de potenciais impactes causados pelas mesmas, protegendo assim as espécies nativas e endémicas existentes e prevenindo uma possível erradicação das mesmas do país.

48. ◇ O seu país tem tratado da questão das espécies exóticas, tem elaborado ou tem estado implicado em mecanismos de cooperação internacional, incluindo o intercâmbio de práticas óptimas? (decisão V/8)

a)	Não	
b)	Sim, cooperação bilateral	
c)	Sim, cooperação regional e/ou sub regional	X
d)	Sim, cooperação multilateral	

49. ◇ Está utilizando seu país a abordagem por ecossistemas, de precaução e bio geográficas, segundo procede, em seu trabalho sobre espécies exóticas invasoras? (decisão V/8)

a)	Não	
b)	Sim (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre o uso do enfoque por ecossistemas e do enfoque de precaução e de enfoques bio geográficos, segundo proceda, em seu laboratório sobre espécies exóticas invasoras.

No sector florestal, foi realizada a distribuição eco fisiológico baseados nos ensaios pelo projecto FAOBEL que teve o seu início em 78 indo até 93 que tinha como enfoque o ensaio sobre a adaptabilidade das espécies arbóreas no país.

50. Seu país tem identificado necessidades e prioridades nacionais para a aplicação dos princípios de orientação? (decisão VI/23)	
a) Não	
b) Não, as necessidades e prioridades estão sendo identificadas	
c) Sim, as necessidades e prioridades nacionais têm sido identificadas (indique a seguir a lista das necessidades e prioridades identificadas)	X

Outros comentários sobre a identificação de necessidades e prioridades nacionais para a aplicação dos princípios de orientação.

Por Cabo Verde ter um grande índice de aridez, no âmbito florestal tem dado prioridades a vários projectos que visam reduzir estas zonas áridas e semi-áridas e cada vez mais dando prioridade a espécies adaptadas ao país e ás condições agro-ecológicas, descartando assim a introdução de espécies exóticas para estes fins. Com isso conduz a uma melhor protecção das nossas espécies endémicas.

51. Seu país tem criado mecanismos para coordenar os programas nacionais com vista a aplicar os princípios de orientação? (decisão VI/23)	
a) Não	
b) Não, mas alguns mecanismos estão em preparação	
c) Sim, mecanismos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre os mecanismos criados para coordenar os programas nacionais com vista a aplicar os princípios de orientação.

Mecanismos tais como a elaboração de grandes planos como o Plano Nacional para o Desenvolvimento, o Plano de Acção Florestal Nacional, Primeiro e Segundo Plano de Acção Nacional Ambiental, Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola para além de Leis, Decretos Leis e portarias que visam a harmonia do ambiente.

52.Seu país tem examinado as políticas, leis e instituições pertinentes tendo em conta os princípios de orientação e ajustado ou desenroladas essas políticas, legislação e instituições? (decisão VI/23)	
a) Não	
b) Não, uma análise em via de realização	

c) Sim, análises completado e ajustes propostos (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, ajustes e desenvolvimento contínuos	X
e) Sim, alguns ajustem desenvolvimento completados (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre a análise ajuste e desenvolvimento de políticas, legislação e instituições pertinentes tendo em conta os princípios de orientação.

Com a aprovação do Decreto-Lei nº 3/2003 que estabelece o regime jurídico das Áreas Protegidas que tem como um dos princípios "Procurar que o aproveitamento dos recursos naturais renováveis se façam sem diminuir a sua capacidade de renovação, evitando realizar transformações no meio que resultem irreversíveis ou irreparáveis." Com a criação das áreas protegidas o país pretende proteger as espécies endémicas, adaptadas e controlando assim a entradas de novas espécies.

53.Seu país está aumentando a cooperação entre diversos sectores, a fim de melhorar a prevenção, pronta detenção ou erradicação e controlo de espécies exóticas? (decisão VI/23)

a) Não	
b) Não, mas possíveis mecanismos estão sendo considerados	X
c) Sim, mecanismos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre cooperação entre diversos sectores.

A nível nacional a Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP) é responsável pelo controle de entrada de espécies vegetais e animais no país. Esse controle é assegurado por uma coordenação efectiva entre os diferentes serviços do Ministério do Ambiente e Agricultura, não só a nível centra,l como a nível das delegações regionais existentes em todos os concelhos do país.

54.Seu país está colaborando com sócios comerciais e países vizinhos para atender ás ameaças que se estabeleceram das espécies exóticas invasoras na biodiversidade em ecossistemas que cruzam as fronteiras internacionais? (decisão VI/23)

a) Não	
b) Sim, programas de colaboração pertinentes em preparação	
c) Sim, programas pertinentes estabelecidos (especifique as medidas adoptadas para este fim)	X

Outros comentários sobre colaboração com sócios comerciais e países vizinhos.

Existe uma cooperação entre as ilhas da Macaronésia no qual foi assinado o acordo de La Palma visando a elaboração e adopção de um Plano de Gestão sobre Espécies Exóticas. Este acordo é feito entre a Madeira e Açores (Portugal) e Canárias (Espanha).

55.Seu país está desenvolvendo a capacidade para usar a avaliação de riscos com vista a responder as ameaças das espécies exóticas invasoras junto da biodiversidade e incorporando detalhes metodológicas na avaliação do impacte ambiental (AIA) e a avaliação ambiental estratégica (SEA)? (decisão VI/23)

a) Não	

b) Não, mas programas dirigidos a este fim estão em preparação	
c) Sim, algumas actividades para desenvolvimento de capacidade nesta esfera estão sendo empreendidas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, amplas actividades estão sendo empreendidas (indique os detalhes a seguir)	

Outra informações sobre desenvolvimento da capacidade para responder as ameaças das espécies exóticas invasoras.

Tem havido formação de quadros da DGA, DGASP,DGP, INIDA, INDP e de outras instituições que lidam directa e indirectamente com a gestão da biodiversidade, no domínio de avaliação de impactos ambientais e de avaliação estratégica de impactes com vista a criar condições a nível nacional para avaliação de impactes ambientais de projectos, planos e programas, cujas actividades são impactantes no ambiente.

56.Seu país tem tomado medidas financeiras e outras políticas e instrumentos para promover actividades conducentes à redução das ameaças das espécies invasoras? (decisão VI/23)

a) Não	
b) Não, mas medidas e políticas pertinentes estão em preparação	
c) Sim, algumas medidas, políticas e instrumentos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, medidas e instrumentos completos estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre o desenvolvimento de medidas financeiras e outras políticas e instrumentos para promover actividades conducentes à redução das ameaças das espécies invasoras.

Tem sido desenvolvido no país algumas medidas e promovidas actividades para a erradicação e eliminação de algumas espécies invasoras tais como da P*rosopis juriflora* nos terrenos de regadio e leitos de ribeiros e de *Fulcraia gigantia* das zonas de altitude e que está sendo substituído por espécies endémicas com valores sociais, económicos e ambientais.

Caixa XLVI

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;
b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;
c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;
d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;
e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;
f) constrangimentos encontrados na implementação.

É de muita importância a fiscalização da entrada de qualquer espécie no pais, mas infelizmente poucos estudos se tem feito com relação a este assunto. A falta de consciencialização e de financiamentos para a realização de estudos dificultam a realização dos trabalhos neste âmbito.

Artículo 8 (j) – Conhecimentos tradicionais e disposições conexas

TECNOLOGÍAS DE RESTRIÇÃO DE USOS GENÉTICOS

57.Seu país tem criado e desenvolvido programas de criação de capacidade para implicar e capacitar os pequenos agricultores proprietários das comunidades indígenas e locais e a outros interessados directos pertinentes, com vista a participarem efectivamente nos processos de adopção de decisões relacionadas com as tecnologias de restrição de usos genéticos?	
a) Não	x
b) Não, mas alguns programas em preparação	
c) Sim, alguns programas estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, programas completos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre programas de criação de capacidade para implicar e capacitar os pequenos agricultores proprietários, das comunidades indígenas e locais e outros interessados directos pertinentes com vista a participar efectivamente nos processos de adopção de decisões relacionadas com as tecnologias de restrições de usos genéticos.	

Situações e tendências

58.Seu país tem prestado apoio às comunidades indígenas e locais quanto a estudos concretos para determinar a situação, tendências e ameaças relacionadas com os conhecimentos, inovadoras e práticas das comunidades indígenas e locais? (decisão VII/16)	
a) Não	X
b) Não, mas está a considerar apoio a estudos pertinentes	
c) Sim (proporcione informações sobre os estudos feitos)	
Outras informações sobre os estudos realizados para determinar a situação, tendências e ameaças relacionadas com os conhecimentos inovadores e práticas das comunidades indígenas e locais e medidas prioritárias identificadas.	

Directrizes Akwé:Kon

59.Seu país tem iniciado análises jurídico e institucional de assuntos relacionados com a avaliação de impacte cultural, ambiental e social com vista a incorporar as directrizes Akwé:Kon na legislação, políticas e procedimentos nacionais?	
a) Não	x
b) Não, mas está realizando-se uma análise	

c) Sim, análises realizado (indique os detalhes acerca da análise)	
Outras informações sobre a análise.	

60.Seu país tem aplicado directrizes Akwé:Kon a qualquer projecto que possa ter lugar em lugares sagrados e/ou em terras e aguas tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas e locais? (decisão VII/16)	
a) Não	x
b) Não, mas está realizando-se uma análise das directrizes Akwé: Kon	
c) Sim, até certo ponto (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, de forma significativamente extensa (indique os detalhes a seguir)	
Outra informações sobre projectos que se tem aplicado as directrizes Akwé:Kon.	

Criação de capacidade e participação das comunidades indígenas e locais

61. Seu país tem tomada medidas para melhorar e fortalecer a capacidade das comunidades indígenas e locais, a fim de estarem efectivamente implicadas na tomada de decisões relacionadas com a utilização de seus conhecimentos, inovadores e práticas tradicionais pertinentes, concernentes à conservação e utilização sustentável da biodiversidade? (decisão V/16)	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas em preparação	
c) Sim, algumas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	x
d) Sim, medidas completas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	
Outras informações sobre medidas para melhorar e fortalecer a capacidade das comunidades indígenas e locais.	
Formação em técnicas de conservação de solo e água, contabilidade, avaliação de impacte ambiental, boa governação e gestão de pequenos negócios.	

62. Seu país tem elaborado mecanismos, directrizes, legislação ou outras iniciativas apropriadas para fomentar e promover a participação efectiva das comunidades indígenas e locais na tomada de decisões, na planificação de políticas e em desenvolvimento e aplicação da conservação e utilização sustentável da biodiversidade nos níveis internacional, regional, sub regional, nacional e local? (decisão V/16)	
a) Não	
b) Não, mas mecanismos, directrizes e legislação pertinentes em	

preparação	
c) Sim, alguns mecanismos, directrizes e legislação estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X

Outras informações sobre os mecanismos, directrizes e legislação elaborados.

O projectos das áreas protegidas terrestres prevê o desenvolvimento das comunidades e de integra-las na gestão das áreas protegidas. O projecto prevê ainda a formação dessas comunidades e apoio financeiro oferecendo meios de negócios para melhor integração da população.

63.Seu país tem criado mecanismos para promover a participação plena e efectiva das comunidades indígenas e locais dando particular atenção à participação plena, activa e efectiva das mulheres em todos as actividades do programa de trabalho? (decisão V/16, anexo)

a) Não	
b) Não, mecanismos pertinentes em preparação	x
c) Sim, mecanismos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre os mecanismos para promover a participação plena e efectiva das mulheres de comunidades indígenas e locais em todos as actividades do programa de trabalho.

O país tem dado uma particular atenção às mulheres nas comunidades menos favorecidas, através dos programas de trabalho das ONGs MORABI e OMCV.

Apoio na aplicação

64.Seu país tem estabelecido comités de assessoria sobre biodiversidade nacional, sub regionais e/ou das comunidades indígenas e locais?

a) Não	
b) Não, mas está realizando-se trabalho pertinente	
c) Sim	X

65.Seu país tem dado assistência ás organizações das comunidades indígenas e locais para organizarem reuniões regionais com vista a debater os resultados das decisões da Conferência das Partes e a preparar para reuniões no quadro da Convenção?

a) Não	X
b) Sim (indique os detalhes acerca do resultado das reuniões)	

Outras informações sobre o resultado das reuniões regionais.

66. Seu país tem prestado apoio financeiro e de outra natureza ás comunidades indígenas e locais para desenvolverem seus próprios planos de desenvolvimento da comunidade e de conservação da biodiversidade que permita a tais comunidades adoptar um enfoque estratégico culturalmente apropriado, integrado e por fases para suas necessidades de desenvolvimento em consonância com as metas e objectivos da comunidade?

a) Não	
b) Sim, até certo ponto (indique os detalhes a seguir)	X

c) Sim, numa extensão significativa (indique os detalhes a continuação)	

Outras informações sobre o apoio prestado.

A Estratégia e Plano de Acção Nacional sobra a Diversidade biológica foi elaborado com a participação afectiva das comunidades locais. Os planos de gestão de áreas protegidas estão a ser elaboradas com a participação das comunidades locais.

Caixa XLVII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;
b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;
c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;
d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;
e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;
f) constrangimentos encontrados na implementação.

O projecto da criação das áreas protegidas foi aprovado e assinado em 2003 e fisicamente teve inicio apenas em 2004 que começou a sua implementação no terreno. Estando ainda o projecto em execução ainda não se pode ter grandes impactes detectados.

Artigo 9 – Conservação ex-situ

67. ◇ A À respeito do Artigo 9(a) e (b), seu país tem tomada medidas para a conservação *ex-situ* dos componentes da biodiversidade originários no seu país e com origem fora de seu país?

a) Não	
b) Não, mas estão examinando possíveis medidas	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre as medidas adoptadas para a conservação *ex situ* dos componentes da biodiversidade originários no seu país e com origem fora de seu país.

CONSERVAÇÃO EX-SITU

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário mantém desde muito tempo uma rede de bancos de sementes, herbário e banco de germoplasma para a conservação in *situ* a longo e médio prazo.

A nível nacional, várias espécies encontram-se preservadas no Jardim Botânico Grandvaux Barbosa – INIDA, em São Jorge dos Órgãos, seja na forma de plantas seja na forma de sementes. Encontram-se guardadas nesta instituição, sementes de espécies correspondente a 24 famílias em que, algumas podem ser reintroduzidas no seu ambiente natural com vista o aumento das populações ameaçadas de extinção. Também, encontram-se conservadas num jardim botânico de Bona, na Alemanha, um banco das espécies vegetais vasculares endémicas de Cabo Verde, o que poderá constituir um recurso de segurança no quadro da execução da rede nacional de parques e reservas naturais.

Ainda estão guardadas em São Domingos – Santiago, bancos de germoplasma de espécies frutícolas que compreendem variedades e espécies de citrinos, bem como algumas anacardáceas com destaque para algumas diversidade de mangueiras, abacateiros e cajueiros.

Permanece ainda um outro banco de germoplasma onde se encontram guardadas colecções de batata-doce procedentes do Gabão e da Nigéria, bem como colecções de mandioca provenientes do IITA-Nigéria.

68.◇ A À respeito do Artigo 9 (c), seu país tem tomada medidas para a reintrodução de espécies ameaçadas em seus habitates naturais em condições adequadas?

a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre as medidas para a reintrodução de espécies ameaçadas em seus habitates naturais em condições adequadas.

Trabalhos a esse À respeito têm sido realizados através do projecto de áreas protegidas.
Com a criação das áreas protegidas pretende-se também para além da preservação dessas zonas a reintrodução das espécies ameaçadas e endémicas em seu habitat natural. Através de banco de preservação das várias espécies que se encontram no Jardim Botânico Grandvaux Barbosa – INIDA, tanto em forma de sementes como em forma de plantas, tem sido fornecidos plantas para serem fixadas nessas áreas protegidas, assim conservando *in situ* essas espécies de grande importância nacional e internacional.

69.◇ A À respeito do Artigo 9 (d), seu país tem tomada medidas para regulamentar e gerir a recolha dos recursos biológicos de seus habitates naturais para fins de conservação ex situ de forma que não ameacem os ecossistemas e as populações de espécies in situ?

a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre as medidas para regulamentar e gerir a recolha dos recursos biológicos de seus *habitates* naturais para fins de conservação *ex situ* de forma que não ameacem os ecossistemas e as populações de espécies *in situ*.

A fauna e flora de Cabo Verde são extremamente vulneráveis às condições adversas do clima, as condições naturais da regeneração não são as melhores, o país também possui espécies biológicas que lhe são exclusivas e que não estão conservadas em bancos de germoplasma em nenhuma outra parte do mundo, assim qualquer perda desses recursos significaria uma grande perda a nível mundial. Para prevenir e evitar situações dessa natureza, foi criado o banco de preservação das espécies (INIDA) para a conservação ex situ não deixando com que as espécies conservadas in situ sejam ameaçadas de alguma forma pois são introduzidas no meio ambiente onde melhor se integram, através um programa de reintrodução perfeitamente concebido.

Caixa XLVIII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.
As principais limitações tem a ver com a falta de um programa integrado que leva em conta as necessidades desde temas. Actualmente trabalha-se numa Política Nacional de Conservação de Espécies Ameaçadas. Infelizmente, no caso de Cabo Verde, ainda as poucas estruturas de conservação ex-situ existentes, necessitam de segurança e muitas delas mostram tendências para degradação que assumem contornos preocupantes. Deveria ser feito um diagnóstico e estabelecer medidas concretas que reduzem a integração de vários temas dispersos.

Artigo 10 – Utilização sustentável dos componentes da biodiversidade

70.◇ A À respeito do Artigo 10(a), seu país tem-se integrado considerações da conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos nos processos de decisões a nível nacional?

a) Não	
b) Não, mas estão sendo tomadas medidas	
c) Sim, em alguns sectores pertinentes (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, na maioria dos sectores pertinentes (indique os detalhes a continuação)	

Outras informações sobre a integração de considerações da conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos na tomada de decisões a nível nacional.

No âmbito da utilização sustentável da biodiversidade tem desenvolvido diferentes iniciativas em ecossistemas marinhos e terrestres. Destacando-se as mais importantes:

- Plano de Gestão dos Recursos da Pesca;
- Desenvolvimento da pesca industrial segundo volumes de pesca estabelecidos de acordo com as flutuações reais das populações das espécies de peixes comercial;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola;
- Promoção da gestão sustentável das áreas protegidas terrestres em todo o país, preservando o ecossistema e a sua biodiversidade e desenvolvendo o ecoturismo interno;
- Programa de Turismo Rural, que tem incorporado linhas de trabalho concernente à conservação e uso sustentável dos recursos biológicos em projectos de turismo rural
- Em aspectos ambiental, Lei de Bases da Politica Ambiental.
- Criação de um Sistema de Informação Ambiental (SIA)
- No sector de energia existe um programa integrado de água e energias renováveis
- Programa de Educação Ambiental
- Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) no horizonte 2004-2014
- Projecto de Conservação Marinha e Costeira

- RAMSAR (Conservação das áreas húmidas)

71.◇ A À respeito do Artigo 10 (b), seu país tem tomada medidas relativas a utilização dos recursos biológicos para evitar ou reduzir ao mínimo os efeitos adversos para a biodiversidade?

a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre as medidas adoptadas relativas á utilização dos recursos biológicos para evitar ou reduzir ao mínimo os efeitos adversos para a biodiversidade.

Por ser um arquipélago de natureza insular, aliada ás acções nefastas de factores climáticos e antrópicos, que têm vindo a contribuir ao longo dos tempos para a degradação dos seus recursos naturais, exigiu-se aimplementação de medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais de todo o território nacional.

Algumas medidas para a preservação do nosso ambiente foram adoptadas como a protecção dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, merecem uma protecção especial, passando a integrar a Rede Nacional de Áreas Protegidas e contribuindo assim para a conservação da natureza e o desenvolvimento auto-sustentado do país.

Também no sentido da conservação da biodiversidade com a criação da Rede de áreas protegidas existe âmbito da investigação a conservação das espécies in situ e ex situ, formação e criação de actividades geradoras de rendimento visando a preservação das espécies e dos ecossistemas.

A nível da educação ambiental tem-se realizado formações não só escolares mas também nas localidades que fazem parte das áreas protegidas como as demais visando uma preservação em larga escala do território.

Em termos legislativos, têm-se aprovado algumas leis, destacando-se primeiramente a lei de Bases da Política do Ambiente (lei nº 86/IV/93), que fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural, o Decreto– Lei nº 29/2006 que estabelece o regime jurídico da obrigatoriedade do estudo da avaliação do impacte ambiental dos projectos susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente e muitas outras que garantem de algum modo a preservação da biodiversidade.

72.◇ A À respeito do Artigo 10 (c), seu país tem tomado medidas para proteger e promover a utilização continua dos recursos biológicos que são compatíveis com as exigências da conservação ou da utilização sustentável?

a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre as medidas para proteger e promover a utilização continua dos recursos biológicos que são compatíveis com as exigências da conservação ou da utilização sustentável.

Idem pergunta 70

73.◇ À respeito do Artigo 10 (d), seu país tem tomado medidas para prestar apoios ás populações locais, a fim de preparar e aplicar medidas correctivas em zonas degradadas onde a biodiversidade se

tem reduzido?	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre as medidas para prestar apoios ás populações locais a fim de preparar e aplicar medidas correctivas em zonas degradadas onde a biodiversidade se tem reduzido.

A criação da Rede das Áreas Protegidas para além de preservar as áreas degradadas visando a assegurar também a Biodiversidade, tem a função de integrar a população local nas actividades realizadas. Podem oferecer oportunidades para o desenvolvimento rural e utilização racional das terras, que consequentemente leva a criação de empregos, junto da investigação, promoção da educação ambiental, actividades recreativas e turismo.

Neste sentido foram realizadas diversas formações para a população local e criado um fundo para o ambiente, cujo objectivo é de financiar projectos a nível local para a preservação do ambiente.

74. ◆ Seu país tem identificado indicadores e incentivos para sectores pertinentes em vista a conservação e utilização sustentável da biodiversidade? (decisão V/24)	
a) Não	
b) Não, mas está-se realizando uma avaliação de possíveis indicadores e incentivos	X
c) Sim, indicadores e incentivos identificados (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre a identificação de indicadores e incentivos para sectores pertinentes em vista a conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

75. ◆ Seu país tem aplicado práticas, programas e políticas de utilização sustentável da biodiversidade sobre tudo com vista a mitigar a pobreza? (decisão V/24)	
a) Não	
b) Não, mas possíveis práticas, programas e políticas em estudo	
c) Sim, algumas políticas e programas estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, políticas e programas completos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X

Outras informações sobre programas e políticas de utilização sustentável.

Cabo Verde definiu uma meta de longo prazo como “Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentindo estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida”. Neste sentido o Governo elaborou o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) no horizonte de 2004-2014, que tem com objectivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das actividades económicas.

Como directrizes priorizadas no âmbito do PANA II Estratégico (aumento da disponibilidade de água, saneamento básico, gestão sustentável da biodiversidade e ordenamento do território), reclamam

intervenções de natureza transversal e inter sectorial, isso para garantir que não seja eliminado nenhum aspecto que mereça tratamento e, que as responsabilidades, funções, e tarefas de todos os actores sejam definidas de uma forma clara e precisa. Para isso foram feitas algumas propostas para que o PANA II garanta e assegure não só o aumento da quantidade, qualidade e acesso à água, a conservação do ambiente e ordenamento do território, mas também especialmente propicie benefícios sociais em forma de melhoria expressiva na redução da pobreza em Cabo Verde.

Diversos outros planos elaborados em muitos sectores no país, como das energias, da água, da agricultura, da saúde visando a redução da pobreza.

76.◇ Seu país tem desenvolvido ou explorado mecanismos para que o sector privado intervenha em iniciativas de utilização sustentável da biodiversidade? (decisão V/24)

a)	Não	
b)	Não, mas alguns mecanismos em preparação	
c)	Sim, alguns mecanismos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre o desenvolvimento de mecanismos para que o sector privado intervenha em iniciativas de utilização sustentável da biodiversidade.

Para a execução de vários projectos e trabalhos no âmbito da preservação da natureza e da biodiversidade nos municípios, o sector privado tem vindo a aumentar o seu contributo e neste sentido também tem auxiliado na criação de associações que tem como objectivo a conservação da natureza. Temos exemplo das associações como a Garça Vermelha que tem programa de trabalho com óleos usados e a associação Amigos da Natureza que tem projectos que visam a arborização no nosso país.

77. Seu país tem iniciado um processo para aplicar os Princípios e directrizes de Addis Abeba para a utilização sustentável da biodiversidade? (decisão VII/12)

a)	Não	x
b)	Não, mas os princípios e directrizes em estudo	
c)	Sim, está previsto um processo	
d)	Sim, se tem iniciado um processo (indique a informação detalhada)	

Outras informações sobre os processos para aplicar os Princípios e directrizes de Addis Abeba para a utilização sustentável da biodiversidade.

78. Seu país tem tomada iniciativas ou medidas para elaborar e transferir tecnologias e disponibilizar recursos financeiros com vista a prestar assistência á aplicação dos Princípios e directrizes de Addis Abeba para a utilização sustentável da biodiversidade? (decisão VII/12)

a)	Não	x
b)	Não, mas programas pertinentes em preparação	
c)	Sim, algumas tecnologias elaboradas e transferidas e recursos financeiros limitados oferecidos (indique os detalhes a seguir)	
d)	Sim, muitas tecnologias elaboradas e transferidas e recursos financeiros significativos oferecidos (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre a elaboração e transferência de tecnologias e afectação de recursos financeiros para prestar assistência na aplicação dos Princípios e directrizes de Addis Abeba para a utilização sustentável da biodiversidade.

Biodiversidade e turismo

79. ◆ Seu país tem estabelecido mecanismos para avaliar, supervisionar e medir o impacte do turismo na biodiversidade?

a)	Não	
b)	Não, mas os mecanismos em preparação	
c)	Sim, mecanismos estabelecidos (especifique a seguir)	X
d)	Sim, os mecanismos vigentes submetidos a revisão	

Outros comentários sobre o estabelecimento de mecanismos para avaliar, supervisionarem e medir o impacte do turismo na biodiversidade.

Este sector se encontra em desenvolvimento rápido em todas as ilhas de Cabo Verde e isso leva a uma reflexão importante sobre o nosso ecossistema e o ambiente em geral. A sua qualidade estabelece um recurso base do qual depende o desenvolvimento equilibrado do turismo como indústria, sendo que a degradação do ambiente têm impactes directos sobre a viabilidade desta crescente indústria.

Particularmente nas ilhas *sahelianas* este problema tem sido mais notável, devido ao ambiente delicado e facilmente degradáveis, e é onde o progresso moderado do turismo tem facultado impacte proporcionalmente elevado. Nas zonas costeiras das nossas ilhas tem-se observado diversos impactes tanto positivos como negativos sobre a qualidade de vida da população e sobretudo no ambiente frequentado.

O desenvolvimento turístico sem planeamento e sem a preservação do ambiente fez com que os nossos ecossistemas fossem destruídos ou gravemente degradados. O país chegou a um ponto do seu desenvolvimento em que já não se pode dar as costas à estratégia e prática de conservação ambiental, não podendo mais tarde conseguir corrigir os erros resultantes de procedimentos arbitrários. Desenvolvimento do turismo quando mais intensivo e sem planeamento causa prejuízos maiores aos ecossistemas costeiros.

Visando assim a preservação do ambiente, Cabo Verde tem vindo a apostar na tendência mundial do turismo ecológico, com isso é de se esperar um maior entrosamento entre o Turismo e o Ambiente e que se faça primeiramente a nível do planeamento e só depois a nível das articulações.

80. ◆ Seu país tem proporcionado programas de formação e capacitação para os exploradores do turismo de forma que aumente sua consciência dos impactes do turismo na biodiversidade e melhor a capacidade técnica a nível local para reduzir ao mínimo os impactes? (decisão V/25)

a)	Não	
b)	Não, mas programas em preparação	X
c)	Sim, programas estabelecidos (especifique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre programas educativos e de capacitação proporcionados aos exploradores do turismo.

81.Seu país proporciona ás comunidades indígena e locais recursos para criação da capacidade e

financeiros em apoio de sua participação na adopção de políticas sobre turismo, planificação do desenvolvimento, desenvolvimento e gestão de produtos? (decisão VII/14)	
a) Não	
b) Não, mas programas pertinentes em estudo	X
c) Sim, alguns programas estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, programas completos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre recursos para criação de capacidade e financeiros proporcionados os comunidades indígenas e locais em apoio de sua participação na adopção de políticas sobre turismo, planificação de desenvolvimento, desenvolvimento e gestão de produtos.	

82.Seu país tem integrado as directrizes sobre biodiversidade e desenvolvimento do turismo no desenvolvimento ou exame de estratégias ou planos nacionais para desenvolvimento do turismo, estratégias e planos de acção sobre biodiversidade e outras estratégias sectoriais afins? (decisão VII/14)	
a) Não, mas directrizes em estudo	
b) Não, mas um plano para integrar alguns princípios das directrizes das estratégias pertinentes está em estúdio	X
c) Sim, alguns princípios das directrizes estão integrados a alguns planos sectoriais e NBSAP (especifique quais princípios e sectores)	
d) Sim, muitos princípios das directrizes estão integrados a alguns planos sectoriais e NBSAP (especifique quais princípios e sectores)	
Outras informações sobre os sectores aos que estão se integrado aos princípios das directrizes sobre biodiversidade e desenvolvimento do turismo.	

Caixa XLIX.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.
O Turismo numa perspectiva de conservação do ambiente em Cabo Verde, ainda encontra-se numa fase incipiente. Assim, o horizonte em 10 anos é de um turismo de qualidade, adaptada ás condições ambientais especificas, que valorize o produto nacional e funcione como um dos vectores de desenvolvimento socio-económico do país.

Artigo 11 – Incentivos

83. ◆ Seu país tem estabelecido programas para determinar e assegurar a adopção de medidas económicas e socialmente idóneas, como incentivos para a conservação e a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade?	
a) Não	
b) Não, mas programas pertinentes em preparação	
c) Sim, alguns programas estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, programas completos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre os programas para determinar e adoptar incentivos para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

O Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) no horizonte 2004-2014, tem como objectivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das actividades económicas, mais especificamente:

- Definir as orientações política principais para gestão dos recursos naturais;
- Identificar as oportunidades ambientais e prioridades de desenvolvimento;
- Identificar as intervenções que facilitem o uso efectivo e eficaz de recursos naturais;
- Definir as estruturas institucionais e os mecanismos necessários para a coordenação intersectorial;
- Promover a integração das preocupações ambientais nos planos de desenvolvimento socio-económico;
- Promover a melhoria das condições de vida da população;

Com o PANA II pretende-se preservar a diversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro-ecológicos, o que se manifesta com preocupação e oportunidades ambientais diferentes em cada município. Este programa também absorve e incorpora as orientações de desenvolvimento assumidas pela Cimeira de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002.

O projecto das Áreas Protegidas possui na sua programação de trabalho a promoção da gestão participativa da população.

Também o programa do Fundo para Ambiente visa determinar e assegurar a adopção de medidas económicas e socialmente idóneas, com incentivos para a conservação e a utilização sustentável dos componentes como a da biodiversidade

84. ◆ Seu país tem desenvolvido os mecanismos ou enfoques para assegurar a incorporação adequada de valores do mercado como não comercial, para biodiversidade nos planos, políticas e programas pertinentes e a outras áreas pertinentes? (decisões III/18 e IV/10)	
a) Não	
b) Não, mas mecanismos pertinentes em preparação	
c) Sim, alguns mecanismos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, uma revisão do impacte dos mecanismos disponíveis (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre os mecanismos ou enfoques para incorporar valores do mercado como não comercial, da biodiversidade aos planos, políticas e programas pertinentes.

Com a harmonização da legislação administrativa das actividades económicas, na incorporação da variabilidade turística e protecção de paisagem em avaliação ambiental de projectos, o que implica um mecanismo que assegure sua protecção em iniciativas tanto dos sectores privados como das públicas, respeitando a legislação.

No Plano de Gestão das Pescas os Limites Máximos de Captura (LMC) que foi estabelecido, tem como propósito a diminuição e racionalização do esforço de pesca, uma programação das actividades de processo, gerando maior eficiência na industria e outorgando maior valor agregado aos produtos. Também o mecanismo de licitação para as cotas em pescarias submetidas em Regime de Recuperação, podem ser citadas.

Igualmente, é de suma importância o cumprimento da legislação das espécies introduzidas e comercializadas e de espécies exóticas.

85. ◆ Seu país tem elaborado programas de capacitação e de criação de capacidade para aplicar incentivos e promover iniciativas do sector privado? (decisão III/18)	
a) Não	
b) Não, mas programas pertinentes em desenvolvimento	
c) Sim, alguns programas estabelecidos	X
d) Sim, muitos programas estabelecidos	

86.Seu país toma em consideração o proposto para a concepção e aplicação de incentivos, segundo figura no Anexo I a decisão VI/15,durante a elaboração e implementação de incentivos para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade? (decisão VI/15)	
a) Não	
b) Sim (indique os detalhes a seguir)	X

Outras informações sobre as propostas consideradas para elaboração e implementação de medidas de incentivos para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

O limite de cotas para a captura das lagostas, a aplicação do Limite máximo da Captura por Amador, legislação da pesca desportiva, o Regime Artesanal de Extracção e os regimes de pescarias em desenvolvimento incipiente e em recuperação que administram as pescarias em base a sistemas de cotas individuais, reservada até 3 milhas da costa apenas para a pesca artesanal.

87.Seu país tem progredido em eliminar ou diminuir políticas ou práticas que geram incentivos prejudiciais para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade? (decisão VII/18)	
a) Não	
b) Não, mas tais políticas e práticas em vias de identificação	
c) Sim, políticas e práticas pertinentes identificadas mas não completamente retiradas ou mitigadas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, políticas e práticas pertinentes identificadas e retiradas ou mitigadas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre incentivos prejudiciais identificados e/ou eliminados ou mitigados.

O país tem ingressado nesta área, por exemplo, a nova lei dos solos (DGASP) visando a micro irrigação aumentando a produtividade, existência de um sistema de incentivos para a recuperação de solos degradados. Na nova Lei de Base de Ordenamento de Território, das Pescas, no Plano Estratégico da Agricultura que elimina várias práticas inconvenientes na agricultura, na legislação sobre a extracção de pedreiras e inertes e nas Leis florestais tudo visando a conservação sustentável do ecossistemas em geral.

Caixa L.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.
Neste âmbito é necessário um maior envolvimento da sociedade civil organizada como as ONGs, na implementação de planos e projectos com visão ambiental. É preciso também que sejam criadas parcerias com o sector privado para a elaboração de programas. O tecido empresarial do país ainda se encontra pouco envolvido e tem pouca consciência ambiental o que leva a uma limitação nas aplicações de projectos e programas.

Artigo 12 – Investigação e capacitação

88.◇ À respeito do Artículo 12(a), seu país tem estabelecido programas de educação e capacitação científica e técnica em medidas de identificação, conservação e utilização sustentável da biodiversidade e seus componentes?

a)	Não	
b)	Não, mas programas em desenvolvimento	
c)	Sim, programas estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X

Outras informações sobre os programas de educação e capacitação científica e técnica em medidas de identificação, conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

Existem diversos programas de educação científica, no âmbito científico em todo país.

Igualmente existem programas que estão a ser desenvolvidos por pelo INIDA, como o curso de formação em engenharia ambiental e pelo INDP, tem contribuído para melhor identificar e conhecermos a biodiversidade e assim conserva-los. As escolas superiores do país como o ISECMAR (Instituto Superior de Ensino da Ciência do Mar) e o ISE (Instituto Superior de Ensino) tem vindo a apostar na investigação na área ambiental em vários sentidos.

O país tem estado a promover capacitações aos técnicos investigadores dentro e fora do país, a fim de melhorar cada vez mais os seus contributos no desenvolvimento e sustentabilidade dos ecossistemas. Também para melhor implementação das convenções nomeadamente de RAMSAR tem estado a promoção da capacitação dos técnicos envolventes.

Também a nível internacional existem cooperações para capacitação dos técnicos junto com a WWF, WETLANDS, PRCM, UICN.

89.◇ À respeito do Artículo 12 (b), seu país promove e fomenta a investigação que contribua para conservação e a utilização sustentável da biodiversidade?

a)	Não	
b)	Sim (indique os detalhes a seguir)	X

Outras informações sobre a investigação que contribuam para conservação e utilização sustentável da

biodiversidade.

Sim, através de:

- Investigação sobre as tartarugas marinhas de Cabo Verde.
- Pesquisa sobre as aves migratórias e as endémicas
- Programa de investigação para identificar os grandes vertebrados marinhos que frequentam as nossas águas e a utilizam para a reprodução.
- Programas de conservação de solo, que permitem, entre outros, a execução de projectos de identificação e caracterização e conservação nas áreas de solos degradados.
- Programas de investigação no âmbito vegetal, que utilizam e conservam a sustentabilidade das espécies vegetais. Programas de melhoramento genético dos cultivos tradicionais e por outro, o desenvolvimento de novas alternativas produtivas.
- Programa de conservação das espécies endémicas in situ.
- Investigação no sentido de melhorar a produção para o consumo da população.
- Programas de ordenamento do território.

Existem várias outras iniciativas em curso, como por exemplo aquelas provenientes do sector público, orientadas para promoção de investigação da conservação da biodiversidade.

90.◇ À respeito do Artigo 12 (c), seu país promove e coopera na utilização dos progressos científicos em matéria de investigação sobre biodiversidade para a elaboração de métodos de conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos?

a) Não	
b) Sim (indique os detalhes a seguir)	X

Outras informações sobre a utilização dos progressos científicos em matéria de investigação sobre biodiversidade para a elaboração de métodos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

Cabo Verde faz parte do Programa Regional da Conservação Marinha e Costeira (PRCM) da sub-região no qual integram os seguintes países: Mauritânia, Senegal, Cabo Verde, Gambia, Guiné-Bissau, Guiné-Conakry e Serra Leoa.

Cabo Verde coopera com vários países, no domínio de fornecer trocas de experiências, nomeadamente com as Canárias, com a Universidade de Algarve fazendo intercâmbio com o ISECMAR, com o Brasil e com a Islândia.

Os programas de conservação e manejo que se levam a cabo no país e estão sendo compartilhados com experiências de igual tipo em países de características de meios ambientais similares a de Cabo Verde.

Caixa LI.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;
b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;
c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;
d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;
e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;
f) constrangimentos encontrados na implementação.

Neste âmbito tem tido um aumento da capacidade técnica e de recursos humanos. O alargamento dos

projectos de investigação tem resultado num melhoramento do conhecimento da biodiversidade e da luta contra a perda da mesma, tendo assim uma consciência maior para a sua conservação. Para o efeito, foram realizadas diversas actividades entre as quais a produção da Primeira Lista Vermelha (das espécies em perigo de extinção). Foram ainda elaboradas as estratégias sectoriais e a legislação para melhor implementação das directrizes das convenções.

Todavia por sermos um arquipélago e o mar ser de grande importância para a população, as investigações haliêuticas são por sua vez mais difíceis e inacessíveis, tendo assim uma falta de financiamento neste nível. E a grande dependência da transferência de tecnologia dos parceiros internacionais torna-se mais complicado o conhecimento da mesma.

Artigo 13 – Educação e consciência pública

91. Seu país está aplicando uma estratégia de comunicação, educação e consciência pública e promovendo a participação do público em apoio da convenção? (Objectivo 4.1 do Plano estratégico)

a) Não	
b) Não, mas uma estratégia de comunicação, educação e consciência pública em preparação	
c) Sim, estratégia de comunicação, educação e consciência pública elaborada e participação do público promovida até certo ponto (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, estratégia de comunicação, educação e consciência pública elaborada e participação do público promovida com grande amplitude (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre a aplicação da estratégia de comunicação, educação e consciência pública e o fomento da participação do público em apoio da convenção.

A estratégia de comunicação, educação e consciencialização pública tem vindo a ser desenvolvida paulatinamente, através da promoção de encontros de reflexão e no caso da educação, por meio da introdução de temáticas ambientais no currículo escolar.

92. Seu país está levando a cabo actividades para facilitar a aplicação do programa de trabalho sobre comunicação, educação e consciência pública de acordo com a figura em anexo da decisão VI/19? (decisão VI/19)

a) Não	
b) Não, mas alguns programas em preparação	
c) Sim, estão algumas actividades em vias de realização (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, muitas actividades empreendidas (indique os detalhes a continuação)	

Outros comentários sobre as actividades para facilitar a aplicação do programa de trabalho sobre comunicação, educação e consciência pública.

Para facilitar a aplicação do programa de trabalho, o país realiza, encontros de reflexão, atelier, seminários e palestras.

93. Seu país está promovendo firme e eficazmente as questões relacionadas com a biodiversidade através da imprensa, das diversas medidas de comunicações e relações públicas e das redes de comunicações a nível nacional? (decisão VI/19)	
a) Não	X
b) Não, mas alguns programas em desenvolvimento	
c) Sim, com amplitude limitada (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, com grande amplitude (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre o fomento das questões relacionadas com a biodiversidade através da imprensa, nos diversos meios de comunicações relações públicas e redes de comunicações a nível nacional.
Não tem sido possível devido a falta de especialização dos jornalistas no sector do ambiente.

94. Seu país promove a comunicação, educação e consciência pública da biodiversidade a nível local? (decisão VI/19)	
a) Não	X
b) Sim (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre os esforços para promover a comunicação, educação e consciência pública da biodiversidade a nível local.

95. Seu país presta apoio a actividades nacionais, regionais e internacionais que são classificadas como prioritárias em virtude de iniciativa mundial sobre educação e consciência pública? (decisão VI/19) (RC)	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas em desenvolvimento	
c) Sim, presta-se apoio a algumas actividades (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, presta-se apoio a muitas actividades (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre o apoio a actividades nacionais, regionais, internacionais que são prioritários em virtude de incentivo mundial sobre educação e consciência pública.
O país tem procurado apoiar todas as actividades relacionadas com a educação e consciencialização pública, dentro das suas possibilidades, uma vez que tem imensos constrangimentos, devido ao financiamento que nem sempre chega a tempo para executar as actividades programadas.

96. Seu país tem criado a capacidade adequada para produzir iniciativas sobre comunicação, educação e consciência pública?	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas em desenvolvimento	X
c) Sim, alguns programas aplicados (indique os detalhes a seguir)	

d) Sim, programas completos aplicados (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre o desenvolvimento de capacidade adequada para produzir iniciativas sobre comunicações, educação e consciencialização pública.

Idem resposta 91.

97. Seu país promove os programas de cooperação e de intercâmbio para educação e consciencialização pública sobre biodiversidade a níveis nacional, regional e internacional? (decisões IV /10 e VI/19)

a) Não	X
b) Sim (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre o fomento dos programas de cooperação e intercâmbio para educação e consciencialização pública sobre biodiversidade a níveis nacional, regional e internacional.

98. Seu país está lavando a cabo algumas actividades de comunicações, educação e consciencialização pública para a aplicação de questões intersectoriais e programas temáticos de trabalho tomadas no quadro da convenção?

a) Não (indique os motivos a seguir)	
b) Sim, algumas actividades executadas em respeito de algumas questões e esferas temáticas (indique os detalhes a seguir)	X
c) Sim, muitas actividades executadas em respeito, na maioria das questões e esferas temáticas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, actividades completas empreendidas a respeito a todas as questões e esferas temáticas (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre as actividades de comunicações, educação e consciencialização pública para a aplicação de questões intersectoriais e programas de trabalho temáticos tomadas no quadro da convenção.

Divulgação dos seminários e atelier realizados sobre as temáticas nos órgãos de comunicação social.

99.◇ Seu país presta apoio a iniciativas de grupos importantes, interlocutores principais e interessados directos que integram as questiones de conservação da biodiversidade em seus programas práticos e de educação assim como em seus planos, programas e políticas sectoriais e intersectoriais pertinentes? (decisão IV/10 e Objectivo 4.4 do Plano estratégico)

a) Não	
b) Sim (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre as iniciativas de grupos importantes, interlocutores principais e interessados directos que integram na conservação da biodiversidade em seus programas práticos e de educação assim como em seus planos, programas e políticas sectoriais e intersectoriais pertinentes.

- Introdução da temática ambiental curricular escolares

- Realização de programas radiofónicos sobre o ambiente, na Rádio Educativa pertencente ao Ministério da Educação e do Ensino Superior

- Apoio financeiro às Organizações da Sociedade Civil para execução de trabalhos de conservação de

solo e água, tanto com estruturas mecânicas como biológicas.

100. Seu país está comunicando os diversos elementos da meta 2010 sobre biodiversidade estabelecendo vínculos apropriados com a Década para educação sobre o desenvolvimento sustentável em aplicação de seus programas e actividades de comunicações, educação e consciência pública nacionais? (decisão VII/24)	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas em desenvolvimento	
c) Sim, alguns programas elaborados e actividades empreendidas para este fim (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, programas completos desenvolvidos e muitas actividades empreendidas para este fim (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre a comunicação de diversos elementos do objectivo de 2010, relativos a biodiversidade e estabelecer ligações apropriadas com a Década para a educação com vista ao desenvolvimento sustentável.

Caixa LII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.
Cada vez mais o tema conservação da biodiversidade e da preservação do ambiente em geral tem feito parte dos assuntos do dia a dia, conscientizando a população para sua importância. Muito se tem falado a nível nacional e mundial sobre este assunto, fazendo parte inclusive dos currícula escolar a todos os níveis e de programas de comunicação pública como jornais, televisão e rádios. Com isso, estando a população mais conscientializada, as metas nacionais e internacionais neste âmbito serão mais facilmente atingidas.

Artigo 14 – Avaliação do impacte e redução ao mínimo do impacte adverso

101.◇ À respeito do Artigo 14.1(a), seu país tem elaborado legislação para que se exija uma avaliação do impacte ambiental dos projectos propostos que podem ter efeitos adversos na biodiversidade?	
a) Não	
b) Não, a legislação está todavia nas primeiras etapas de desenvolvimento	
c) Não, mas a legislação está em etapas avançadas de desenvolvimento	
d) Sim, legislação estabelecida (indique os detalhes a seguir)	X

e) Sim, umas análises da execução disponível (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre a legislação para que se exija uma avaliação do impacte ambiental dos projectos propostos que podem ter efeitos adversos na biodiversidade.

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) assume, actualmente, um conjunto de instrumentos.

O conselho de ministros aprovou recentemente o Decreto-Lei nº 29/2006 que estabelece o regime jurídico da Avaliação do Impacte Ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente. De política do ambiente, uma importância relevante, tendo em conta a natureza dos empreendimentos que abrange, os benefícios para a sociedade decorrentes da qualificação ambiental dos projectos e a participação dos cidadãos inerentes ao processo de avaliação.

O impacte ambiental "deve ser sempre avaliado no sentido não só de garantir a diversidade das espécies e conservar as características dos ecossistemas enquanto patrimónios naturais insubstituíveis, mas também como forma de protecção da saúde humana e de promoção da qualidade de vida das comunidades".

102◇ À respeito do Artigo 14.1 (b), seu país tem desenvolvido mecanismos para assegurar que se teria devidamente em conta as consequências ambientais de seus programas e políticas nacionais que podem ter efeitos adversos importantes na biodiversidade?

a) Não	
b) Não, os mecanismos estão todavia nas primeiras etapas de desenvolvimento	
c) Não, mas os mecanismos estão em etapas avançadas de desenvolvimento	
d) Sim, mecanismos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre os mecanismos desenvolvidos para assegurar de que se tenha devidamente em conta as consequências ambientais dos programas e políticas nacionais que podem ter efeitos adversos importantes na biodiversidade.

Formação de capacitação técnica em avaliação de impactes ambientais, realização de auditorias, mecanismo de articulação com os serviços de fiscalização com outros sectores, Sistema de IA prevê consulta pública dos projectos e publicação do resultado ou estudo, mecanismo de monitorização.
Vários mecanismos têm sido estabelecidos com a finalidade de assegurar as consequências ambientais.
Para além da Lei de Base da Política Ambiental de 93 existem outras como:

- **Decreto-Lei n.º 3/2003**, de 24 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas
- **Decreto-Lei n.º 2/2002**, de 21 de Janeiro que Proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.
- **Decreto-Regulamentar nº7/2002** de 30 de Dezembro de 2003 Estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção
- **Decreto Legislativo nº 9/97** Revê sistema de sanções penais do regime de protecção de vegetais – Boletim oficial I S nº 17, suplemento, de 8 de Maio de 1997

Lei nº 48/V/98

- **Regula a actividade florestal – Boletim Oficial I S nº 13, de 6 de Abril de 1998**

103.◇ À respeito do Artigo 14.1 (c), seu país está país aplicando acordos bilaterais regionais e/ou multilaterais sobre actividades que podem afectar de modo significativo a biodiversidade fora da jurisdição de seu país?

a) Não	
b) Não, mas a avaliação de opiniões em vias de realização	

c) Sim, alguma avaliação completada e outras em progresso (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre acordos bilaterais, regionais e/ou multilaterais acerca de actividades que podem afectar de modo significativo a biodiversidade fora da jurisdição de seu país.

Por ser um país pequeno e de poucos recursos, é de grande importância a ajuda e acordos com organizações internacionais. Com a finalidade de preservar o nosso ecossistema e para melhor conhecer o ambiente, estes acordos ajudando de muitas maneiras o nosso país. Os acordos com a WWF, PRCM, RAMSAR no âmbito marinho e costeiro e zonas húmidas,

104.◇ À respeito do Artigo 14.1 (d), seu país tem estabelecido mecanismos para impedir ou reduzir ao mínimo perigos ou danos a biodiversidade de outros Estados ou em zonas além dos limites de sua jurisdição nacional que tenha sua origem em seu país?

a) Não	
b) Não, os mecanismos estão todavia nas primeiras etapas de desenvolvimento	
c) Não, mas os mecanismos estão em etapas avançadas de desenvolvimento	
d) Sim, mecanismos estabelecidos em base dos conhecimentos actuais	X

105.◇ À respeito do Artigo 14.1 (e), seu país tem estabelecido mecanismos nacionais para resposta de emergência a actividades ou sucessos que apresentam um perigo grave e iminente para a biodiversidade?

a) Não	
b) Não, os mecanismos estão todavia nas primeiras etapas de desenvolvimento	
c) Não, mas os mecanismos estão em etapas avançadas de desenvolvimento	
d) Sim, mecanismos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	X

Outras informações sobre mecanismos nacionais para resposta de emergência a actividades ou sucessos que apresentam um perigo grave e iminente para a biodiversidade.

O projecto NCSA (Auto Avaliação de Capacidades Nacionais para a Gestão Global do Ambiente) visa tanto as actividades relacionadas com a Biodiversidade como também das Mudanças Climáticas e seus obstáculos enfrentados e a Desertificação.

106. Seu país está aplicando as directrizes para incorporar as questões relativas a biodiversidade a legislação ou processos de avaliação do impacte ambiental e na avaliação estratégica do impacte segundo figuram no anexo da decisão VI/7 no contexto da aplicação do parágrafo 1 do Artigo 14? (decisão VI/7)

a) Não	
b) Não, mas a aplicação das directrizes em estudo	
c) Sim, alguns aspectos aplicados (indique os detalhes a seguir)	X

d)	Sim, aspectos importantes aplicados (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre a aplicação das directrizes.

À respeito deste assunto deve-se referir que para efeitos da AIA, no Decreto Lei n° 29/06, Cabo Verde tem incorporado, prévio a adopção das directrizes, os critérios para considerar e avaliar os impactes dos projectos ou actividades que se submetem ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental. Coincidente com as directrizes se pode mencionar que o Processo de AIA considera uma lista daqueles projectos ou actividades susceptíveis de causar impacte ambiental, sobre a biodiversidade, incorporando por sua vez, critérios que emanam de diferentes Convenciones internacionais (CBD, Ramsar, Cites, Washington, etc.).

107. A respeito do Artigo 14 (2), seu país tem estabelecido medidas nacionais legislativas, administrativas ou de políticas relativas a responsabilidade e reparação por danos à biodiversidade? (decisão VI/11)

a)	Não	
b)	Sim (especifique as medidas)	X

Outros comentários sobre medidas nacionais legislativas, administrativas ou de política relativas a responsabilidade e reparação por danos a biodiversidade.

Alem de crimes ambientais previstos no código penal do país, existem outros dispositivos legais que prevêem sanções, como o Decreto-Lei n.º 3/2003**,** de 24 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas. O Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de Julho que desenvolve as Bases da Política do Ambiente, prevê sanções aos possíveis danos à biodiversidade no sentido geral.

108. Seu país tem tomado medidas para impedir danos à biodiversidade?

a)	Não	
b)	Não, mas algumas medidas em preparação	
c)	Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	X
d)	Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre as medidas estabelecidas para impedir danos à biodiversidade.

Sim, através de:

- Sistema de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Planos Nacionais de Conservação de Flora e Fauna;
- Planos de Gestão Florestal;
- Planos de gestão de áreas marinhas e costeiras protegidas, decretos de criações de APMC.
- Lei de Pesca.

109. Seu país está cooperando com outras Partes para fortalecer as capacidades a nível nacional com vista a prevenir danos à biodiversidade, estabelecer, implementar regimes legislativos, políticas e medidas administrativas nacionais sobre responsabilidade e reparação? (decisão VI/11)

a)	Não	

b) Não, mas está em estudo a cooperação	
c) Não, mas programas de cooperação em preparação	
d) Sim, algumas actividades de cooperação empreendidas (indique os detalhes a seguir)	X
e) Sim, actividades completas de cooperação empreendidas (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre a cooperação com outras Partes para fortalecer as capacidades com vista a impedir danos à biodiversidade.

Muitos projectos relativos à conservação da biodiversidade, como das áreas protegidas terrestres, marinhas e costeiras, trabalham directamente na prevenção dos danos à biodiversidade, fortalecendo as capacidades a nível nacional com intercâmbio de informações e consultorias internacionais.

Caixa LIII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;

b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;

c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;

d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;

e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

f) constrangimentos encontrados na implementação.

No âmbito de avaliação do impacte ambiental tem vindo a ser implementado o Decreto Lei n° 29/06 para assegurar a redução ao mínimo do impactes adversos no ambiente.

Artigos 15 – Acesso aos recursos genéticos

110.◇ Seu país tem procurado facilitar o acesso de outras Partes aos recursos genéticos para usos favoráveis no ambiente, com base no consentimento fundamentado previsto e em condições de acordo mútuo de conformidade com os parágrafos 2, 4 e 5 do Artigo 15?

a) Não	x
b) Sim (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre os esforços desempenhados por seu país para facilitar o acesso de outras Partes aos recursos genéticos para usos favoráveis ao ambiente com base no consentimento fundamentado previsto e em condições mutuamente coniventes.

111.◇ Seu país tem tomado medidas para assegurar que qualquer investigação científica baseada nos recursos genéticos fornecidos por outras Partes, seja concebida e realizada com a plena participação de tais Partes, de conformidade com o Artigo 15 (6)?

a) Não	x
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	

c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre as medidas para assegurar de que qualquer investigação científica baseada nos recursos genéticos aportados por outras Partes contratantes tem sido elaborada e realizada com a plena participação de tais Partes contratantes.

112.◇ Seu país tem tomado medidas para assegurar a participação justa e equitativa dos resultados da investigação, desenvolvimento e dos benefícios derivados da utilização comercial de outros usos dos recursos genéticos com a Parte contratante que aporta esses recursos, de conformidade com o Artigo 15 (7)?

a) Não	x
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, medidas legislativas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
e) Sim, política estatutária abrangentes ou legislação auxiliar estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
f) Sim, medidas completas de política e administrativas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre o tipo de medidas adoptadas.

113.◇ Ao tomar medidas nacionais para atender o acesso aos recursos genéticos e a participação nos benefícios, seu país tem levado em conta o sistema multilateral de acesso e participação nos benefícios estabelecido no Tratado internacional sobre recursos fito genéticos para a alimentação e a agricultura?

a) Não	x
b) Sim (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre medidas nacionais adoptadas que têm em conta o sistema multilateral de acesso e participação nos benefícios estabelecido no Tratado internacional sobre recursos fito genéticos para a alimentação e a agricultura.

114. Seu país utiliza as linhas das Directrizes de Bonn na elaboração e formulação de medidas legislativas, administrativas ou de política sobre acesso e participação nos benefícios e/ou a negociar contratos e outros assuntos em condições mutuamente acordados, para acesso a participação nos benefícios? (decisão VII/19A)

a) Não	x
b) Não, mas estão adoptando-se medidas a respeito (indique os detalhes a seguir)	
c) Sim (indique os detalhes a seguir)	

Proporcione detalhes e especifique os êxitos e limitações na aplicação das Directrizes de Bonn.

115. Seu país tem adoptado políticas ou medidas nacionais, incluindo a legislação, que tratem do papel dos direitos de propriedade intelectual nos assuntos de acesso e participação dos benefícios, a questão da divulgação de origem/fonte, fonte jurídica dos recursos genéticos em solicitação de direitos de propriedade intelectual quando o assunto objecto solicitado causa inquietude ou faz uso dos recursos genéticos em seu desenvolvimento?	
a) Não	x
b) Não, mas políticas ou medidas pertinentes identificadas (especifique a seguir)	
c) Não, mas políticas ou medidas pertinentes em preparação (especifique a seguir)	
d) Sim, algumas políticas ou medidas estabelecidas (especifique a seguir)	
e) Sim, políticas ou medidas completas adoptadas (especifique a seguir)	
Outras informações sobre políticas ou medidas que tratem o papel dos direitos de propriedade intelectual nos assuntos de acesso e repartição dos benefícios.	

116. Seu país tem-se envolvido em actividades de criação de capacidade relativas ao acesso e repartição dos benefícios?	
a) Sim (indique os detalhes a seguir)	
b) No	x
Indique outras informações sobre actividades de criação de capacidade, sua intervenção como doador ou destinatário, interlocutores principais implicados, audiência, objectivo, prazo de tempo, metas e objectivos das actividades de criação de capacidade, esferas principais de citação de capacidade cobertas, índole das actividades. Especifique também se estas actividades têm em conta o plano de acção sobre criação de capacidade para acesso e repartição nos benefícios adoptadas pela COP VII e disponíveis em anexo a decisão VII/19F.	

Caixa LIV.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.
Devido a insuficiência de incentivos e de recursos financeiros e humanos, poucos trabalhos foram realizados neste domínio

Artículo 16 – Acesso à tecnologia transferência de tecnologia

117.◇ À respeito do Artigo 16 (1), seu país tem tomado medidas para proporcionar ou facilitar tanto o acesso à tecnologia como sua transferência à outras Partes, de tecnologias que são pertinentes a conservação e utilização sustentável da biodiversidade ou que utilizam recursos genéticos e não causem danos significativos ao ambiente?	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
Outras informações sobre as medidas para proporcionar ou facilitar tanto o acesso à tecnologia como sua transferência a outras Partes que são pertinentes a conservação e utilização sustentáveis da biodiversidade ou que utilizam recursos genéticos que não provocam danos significativos ao ambiente.	

118.◇ À respeito do Artigo 16 (3), seu país tem tomado medidas para que as Partes que proporcionam recursos genéticos tenham acesso a tecnologia e a sua transferência a que se utilizem esses recursos, em condições mutuamente acordadas?	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas	X
d) Sim, legislação completa estabelecida	
e) Sim, política estatutária completa ou legislação auxiliar estabelecida	
f) Sim, assunto de política e administração completos estabelecidos	
g) Não aplicáveis	

119.◇ À respeito do Artigo 16 (4), seu país tem tomada medidas para que o sector privado facilite o acesso ao desenvolvimento conjunto e transferência de tecnologia pertinente em benefício de instituições governamentais e do sector privado dos países em desenvolvimento?	
a) Não	x
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas políticas e medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, políticas e medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
e) Não aplicáveis	
Outras informações sobre as medidas adoptadas.	

Caixa LV.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas,

nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.

Programa de trabalho sobre transferência de tecnologia e cooperação tecnológica

120. Seu país tem proporcionado apoio financeiro e técnico, e capacitação para prestar assistência na aplicação do programa de trabalho sobre transferência de tecnologia e cooperação tecnológica? (decisão VII/29)	
a) Não	
b) Não, mas programas pertinentes em preparação	X
c) Sim, alguns programas implantados (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, programas completos implantados (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre o apoio financeiro e técnico e capacitação para prestar assistência na aplicação de programa de trabalho sobre transferência de tecnologia e cooperação tecnológica.	

121. Seu país está adoptando medidas para suprimir impedimentos desnecessários a financiamento de iniciativas multinacionais para a transferência de tecnologia e para cooperação científica e técnica? (decisão VII/29)	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas em estudo	X
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre medidas para suprimir impedimentos desnecessários a financiamento de iniciativas para países múltiplos para a transferência de tecnologia e cooperação científica e técnica.	

122. Seu país tem realizado avaliações da tecnologia que respondem às necessidades, oportunidades e obstáculos tecnológicos nos sectores pertinentes assim como das correspondentes necessidades de criação de capacidade? (anexo da decisão VII/29)	
a) Não	
b) Não, avaliações em vias de realização	X
c) Sim, avaliações básicas empreendidas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, avaliações completas empreendidas (indique os detalhes a	

seguir)	

Outros comentários sobre avaliações da tecnologia que respondem as necessidades, oportunidades e obstáculos tecnológicos em sectores pertinentes assim como das correspondentes necessidades de criação de capacidade.

123. Seu país tem realizado avaliações e análises de riscos dos possíveis benefícios, riscos e custos associados a introdução de novas tecnologias? (anexo da decisão VII/29)	
a) Não	
b) Não, mas avaliações em vias de realização	X
c) Sim, avaliações básicas empreendidas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, avaliações completas empreendidas (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre avaliações e análises de riscos dos possíveis benefícios, riscos e custos associados a introdução de novas tecnologias.

124. Seu país tem identificado e aplicadas medidas para elaborar ou fortalecer sistemas adequados de informação para transferência de tecnologia e cooperação, incluída a avaliação das necessidades de criação de capacidade? (anexo a decisão VII/29)	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas em desenvolvimento	X
c) Sim, alguns programas estabelecidos e aplicados (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, programas completos aplicados (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre medidas para elaborar ou fortalecer sistemas adequados de informação para transferência de tecnologia e cooperação.

125. Seu país tem tomado medidas especificadas em relação a meta 3.2 do programa de trabalho como fase preparatória para o desenvolvimento e implementação de quadros institucionais, administrativos, legislativos e de política nacionais para facilitar a cooperação assim como o acesso e a adaptação de tecnologias pertinentes para a Convenção? (anexo a decisão VII/29)	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas em estudo	
c) Sim, algumas medidas adoptadas (especifique a seguir)	
d) Sim, muitas medidas adoptadas (especifique a seguir)	

Outros comentários sobre as medidas adoptadas como fase preparatória para o desenvolvimento e implementação de quadros institucionais administrativos, legislativos e de política nacionais para facilitar a cooperação assim como o acesso e a adaptação de tecnologias pertinentes para a Convenção.

Caixa LVI.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.

Artigo 17 - Intercâmbio de informação

126.◇ À respeito do Artigos 17 (1), seu país tem tomada medidas para facilitar o intercâmbio de informação de fontes publicamente disponíveis com vista a prestar assistência na implementação da convenção e promover a cooperação técnica e científica?

a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas	
d) Sim, medidas completas estabelecidas	x

A seguinte pergunta (127) se dirige a PAÍSES DESSENVOLVIDOS

127.◇ À respeito do Artigo 17(1), se tem em conta estas medidas as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e se incluem as categorias de informação as que fazem referência ao Artículo 17 (2), tais como a investigação técnica, científica e socioeconómica, os programas de capacitação e de estudo, os conhecimentos especializados, a repartição da informação, etc.?

a) Não	
b) Sim, mas não incluem as categorias de informação enumeradas no Artigo 17(2), tais como investigação técnica, científica e socio-económica, programas de capacitação e estudo, conhecimentos especializados, repatriação da informação, etc.	
c) Sim, e incluem as categorias de informação enumeradas no Artigo 17 (2) tais como a investigação técnica, científica e socio-económica, os programas de capacitação e de estudo, os conhecimentos especializados, a repartição da informação.	

Caixa LVII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.

Artículo 18 – Cooperação científica e técnica

128.◇ À respeito do Artigo 18 (1), seu país tem tomada medidas para encorajar a cooperação científica e técnica internacional na esfera da conservação e utilização sustentável da biodiversidade?

a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outras informações sobre medidas para fomentar a cooperação científica e técnica internacional.

Tem-se efectuado algumas medidas neste domínio, umas já estabelecidas e outras em estudo, para melhor conservar e ter uma utilização sustentável da biodiversidade:

- Trabalho conjunto entre as Direcções das Pesca, do Ambiente e da Agricultura Silvicultura e Pecuária com outros sectores de outros ministérios, para uma gestão sustentável do ambiente;
- Cooperação com os países da CPLP (Comunidade dos países da Língua Portuguesa) na área ambiental;
- Cooperação com Moçambique no combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;
- Com o Brasil o país tem feito intercâmbios tanto na área do eco turismo como no ordenamento da orla marinha;
- Para melhor conhecer o ambiente marinho e a biodiversidade local estão sendo feitas investigações nesse âmbito, como na preservação da tartaruga, existe um intercâmbio com a universidade de Canárias.
- No âmbito da luta contra seca existe cooperação com os países Saheliano que fazem parte do CILSS (Comité Inter-Estados da Luta Contra Seca no Shaell);
- Sobre recursos pesqueiros, Cabo Verde participa em diferentes reuniões internacionais sobre conservação de recursos pesqueiros em geral.
- Por sua parte, a Estratégia Nacional da Biodiversidade na sua linha de acção referida assegura a Conservação e restauração dos ecossistemas;
- A implementação da Estratégia de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Húmidas, o qual permite dar cumprimento à Convenção RAMSAR de 1971, aderido por Cabo Verde em 2005.

129.◇ À respeito do Artigo 18 (4), seu país encorajou e aplicou modalidades de cooperação para o desenvolvimento e utilização de tecnologias, incluindo as tecnologias autóctones e tradicionais conforme os objectivos da Convenção?

a) Não	
b) Não, mas está em preparação métodos pertinentes	
c) Sim, métodos estabelecidos	x

130.◇ À respeito do Artigo 18 (5), seu país encorajou o estabelecimento de programas conjuntos de investigação e operações comerciais comum para o desenvolvimento de tecnologias pertinentes aos

objectivos da Convenção?	
a) Não	
b) Sim (indique alguns exemplos a seguir)	X

Exemplos para o estabelecimento de programas conjuntos de investigação e cooperação para o desenvolvimento de tecnologias pertinentes aos objectivos da convenção.

Cabo Verde tem vindo a estabelecer diversos programas de trabalhos para melhor implementação dos objectivos da Convenção da Biodiversidade, tais como:

- Os programas para conservação de tartarugas marinhas e mamíferos marinhos
- Preservação das áreas marinhas e costeiras.
- Investigações para melhor conhecer o ambiente marinho e a identificação das espécies marinhas existentes no país.
- No âmbito terrestre, tem-se feito muito na preservação do ambiente, com o controlo das espécies sensíveis e endémicas nas actividades sustentáveis para não provocar danos no ambiente através da sua avaliação preliminar.
- A criação das áreas terrestres protegidas também tem contribuído para diversas investigações neste âmbito, conhecendo mais e para assim melhor conservar essas áreas sensíveis.

131. Seu país tem estabelecido conexões com organizações não governamentais, no sector privado e com outras instituições que possuem bases de dados importantes ou estão realizando trabalhos significativos sobre a biodiversidade atrevés do mecanismo de facilitação? (decisão V/14)	
a) Não	X
b) Não, mas a coordenação com as ONG interessadas em processo.	
c) Sim, vínculos estabelecidos com as ONG, o sector privado e outras instituições.	

A seguinte pergunta (132) é para PAÍSES DESSENVOLVIDOS

132. Seu país tem desenvolvido mecanismo de facilitação para prestar assistência aos países desenvolvidos e países com economias em transição para obter acesso a informação na esfera de cooperação científica e técnica? (decisão V/14)	
a) Não	
b) Sim, através de oportunidades de financiamento	
c) Sim, através do acesso e transferência de tecnologias	
d) Sim, através de facilidades de cooperação na investigação	
e) Sim, através da repatriação da informação	
f) Sim, através de oportunidades de capacitação	
g) Sim, através da promoção de contactos com instituições ou organizações do sector privado pertinente	
h) Sim, por outros meios (especifique a seguir)	

Outros comentários sobre desenvolvimento do mecanismo de facilitação para prestar assistência aos países em desenvolvimento e aos países com economias em transição a fim de terem acesso a

informação na esfera de cooperação científica e técnica.

133. Seu país tem utilizado mecanismo de facilitação para que a informações disponíveis sejam de mais utilidade para os investigadores e os decisores da adopção de decisões? (decisão V/14).	
a) Não	
b) Não, mas iniciativas pertinentes em estudo	
c) Sim (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre desenvolvimento de iniciativas pertinentes.

A criação do Sistema de Informação Ambiental (SIA) de Cabo Verde tem como objectivos principais:

*Ser um instrumento nacional, particularmente ao serviço da implementação e seguimento do PANA, para assegurar a concertação e a circulação de informação entre parceiros que alimentam o sistema;

*Promover um meio de intercâmbio entre todos os parceiros do PANA: planificadores e decisores dos diferentes ministérios, os serviços técnicos e autarquias, investigadores e engenheiros das instituições científicas e técnicos, membros da sociedade civil (ONG, associações) etc.

*Dispor de um sistema que melhore os fluxos de informações, ordenando os meta dados, bases de dados documentais, tais como: cartografia nacional, sistema de informação geográfica (SIG) e/ou geodésicos, estudos, projectos, acessíveis a todos a partir dum portal de Internet SIA comum.

O SIA também contribui para melhorar a gestão ambiental em Cabo Verde no quadro do desenvolvimento sustentável. Visando principalmente:

- Valorizar e tornar interactivo o capital de informação existente sobre o ambiente;
- Facilitar o acesso ás fontes de informação descentralizado, para divulgação interactiva das mesmas;
- Permitir a actualização regular do capital de informação;
- Oferecer um espaço de encontro e intercâmbio sobre temas específicos em função de acontecimentos particulares

O Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental (SSQA) é uma importante ferramenta de gestão ambiental, de ordenamento espacial e temporal das actividades humanas, de avaliação preventiva dos seus impactes e da regulamentação da utilização dos recursos de forma a optimizar os benefícios económicos e sociais que lhe estão subjacentes.

Este estudo teve como objectivo principal a criação de uma ferramenta de avaliação periódica e sistemática do nível e do ritmo de desenvolvimento socio-económico nacional e municipal em relação aos limites naturais e de tolerância humana.

134. Seu país tem elaborado, proporcionado e compartilhado serviços e instrumentos para melhorar e auxiliar na aplicação do mecanismo de facilitação com vista a melhorar as sinergias entre Convenções relacionados com a biodiversidade? (decisão V/14)	
a) Não	
b) Sim (especifique os serviços e instrumentos a seguir)	X – Os mecanismos que se tem facilitado e gerado oportunidades para avançar em desenvolvimento de um mecanismo de facilitação tem sido fundamentalmente: • A Lei de Base da Política do

	Ambiente nº 89/IV/93; • A Agenda Ambiental Governamental; • Protocolos interinstitucionais com diversos organismos nacionais, regionais e internacionais; • A Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade; • Acordo de Cooperação Ambiental Cabo Verde – Portugal, Brasil, Canárias, Holanda, França, • PANA II (Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente) 2004-2014

Outros comentários sobre serviços e instrumentos para melhorar e facilitar a implantação do mecanismo e mais sinergias entre as Convenções relacionadas com a biodiversidade.

Caixa LVIII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;

b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;

c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;

d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;

e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

f) constrangimentos encontrados na implementação.

Sendo Cabo Verde um país com condições de desenvolvimento científico débil, a cooperação a nível internacional desenvolvidos na área ambiental, tem sido importante, com impactes positivos no domínio científicos e técnica. Com isso temos obtido mais conhecimentos a nível ambiental no nosso país, permitindo uma melhor gestão sustentável e a preservação do mesmo. Esta cooperação permite-nos, por outro lado melhor cumprimento das metas de 2010. Uma das medidas importantes para esta contribuição foi a criação das áreas protegidas tanto terrestres como marinhas.

Constrangimentos vários na implementação dos projectos tem sido observadas, tanto na cooperação com outros países como no financiamentos disponibilizados para este fim.

Artigo 19 – Gestão da biotecnologia e distribuição de seus benefícios

135.◇ À respeito do Artigo 19 (1), seu país tem tomada medidas para assegurar a participação efectiva em actividades de investigação sobre biotecnologia das Partes contratantes que fornecem recursos genéticos para tais investigações?

Nota: Partes são países que já ratificarão a Convenção de biodiversidade.

a) Não	
b) Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas	x

d)	Sim, legislação completa estabelecida	
e)	Sim, política estatutária completa e legislação auxiliar estabelecidas	
f)	Sim, medidas completas de política e administrativas estabelecidas	

136.◇ À respeito do Artículo 19 (2), seu país tem tomada todas as medidas praticáveis para promover e avançar o acesso prioritário justas e equitativas das Partes aos resultados e benefícios derivados da biotecnologia baseada em recursos genéticos aportados por essas Partes?		
a)	Não	
b)	Não, mas algumas medidas possíveis em estudo	
c)	Sim, algumas medidas estabelecidas	X
d)	Sim, medidas completas estabelecidas	

Caixa LIX.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.

Artigo 20 – Recursos financeiros

Caixa LX.

Descreva em relação a cada um dos temas seguintes, a quantidade de recursos financeiros, tanto internos como externos, que tem sido utilizados, recebidos ou proporcionados, segundo procede, para aplicar a Convenção sobre a biodiversidade, anualmente, desde que seu país passou a ser Parte da convenção.	
a) Assinatura de orçamento dos Governos nacional e locais assim como nos distintos ministérios sectoriais	O governo de Cabo Verde alocou a quantidade de 13.937.564 dólares americanos em 2006, para a Proteção e a Conservação do programa para o ambiente.
b) Recursos proposto (determinados pelos organismos doadores)	Com o projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes, e em torno de áreas protegidas, a fase I, o fundo global para o ambiente (GEF) participa financeira com a quantidade de 3.585.600 dólares americanos, para o período de 4 anos para a execução do projeto.
c) Canais bilaterais (oferecidos por organismos doadores)	A Holanda financiou aproximadamente 449.966 Euros para o Projeto de Conservação Marinha e Costeira, no horizonte 2004-2014.
d) Canais regionais (oferecidos por organismos doadores)	

e) Canais multilaterais (oferecidos por organismos doadores)	Com o projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes, e em torno de áreas protegidas, a fase I, Cabo Verde contribuiu financeira com a quantidade de 2.152.100 dólares americanos, para o período de 4 anos para a execução do projeto.
f) Fontes privadas (oferecidos por organismos doadores)	
g) Recursos gerados pelos mecanismos financeiros, tais como impostos por uso da biodiversidade	Neste projeto, o Fundo Global para o Ambiente (GEF) participou financeira com a quantidade de 3.585.600 dólares americanos, para o período de 4 anos da execução do projeto.

Caixa LXI.

Descreva a seguir com detalhes quaisquer importantes programas de financiamento, tais como fundos financiados para biodiversidade ou programas específicos que foram estabelecidos em seu país.
Um grande programa estabelecido recentemente no país é o PANA II que nos próximos 10 anos (2004-2014), servirá de base de trabalho, permitindo que os diversos sectores, directos ou indirectamente relacionados com as questões ambientais se desenvolvam de forma harmoniosa, garantindo um ambiente sadio. Financiado pelo Governo Holandês este Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente tem vindo a contribuir para a priorização dos assuntos ambientais em todos os sentidos.

137.◇ À respeito do Artigo 20 (1), seu país tem proporcionado apoios e incentivos financeiros a respeito das actividades nacionais cuja finalidade é de alcançar os objectivos da Convenção?	
a) Não	
b) Sim, somente incentivos (indique os detalhes a seguir)	
c) Sim, somente apoio financeiro	
d) Sim, apoio financeiro e incentivos (indique os detalhes a seguir)	X
Outros comentários sobre apoio financeiro e incentivos proporcionados.	
Com vista a implementar a Convenção sobre a Diversidade Biológica, Cabo Verde não tem poupado esforços, não só na mobilização de recursos junto dos Países e Organizações Internacionais, como também na utilização dos seus próprios recursos.	

A seguinte pergunta (138) é para PAÍSES DESENVOLVIDOS

138.◇ À respeito do Artigo 20(2), seu país tem proporcionado recursos financeiros novos e adicionais para que as Partes que são países em desenvolvimento possam assumir os custos adicionais que entram na aplicação de medidas em cumprimento das obrigações contraídas em virtude da convenção?	
a) Não	
b) Sim (indique a quantidade, anualmente, de recursos financeiros novos e adicionais que seu país tem proporcionado)	
Outros comentários sobre recursos financeiros novos e adicionais proporcionados.	

A seguinte pergunta (139) é para PAÍSES EM DESSENVOLVIMENTO OU PAÍSES COM ECONOMÍAS EM TRANSIÇÃO

139.◇ À respeito do Artigo 20 (2), seu país tem recebido recursos financeiros novos e adicionais para que possam cumprir integralmente os custos adicionais acordados em cumprimento das obrigações contraídas em virtude da convenção?	
a) Não	
b) Sim	x

140.◇ Seu país tem estabelecido um processo para monitorar o apoio financeiro à biodiversidade, incluindo o apoio prestado pelo sector privado? (decisão V/11)	
a) Não	x
b) Não, mas tem procedimentos que estão sendo estabelecidos	
c) Sim (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre processos para monitorar o apoio financeiro à biodiversidade, incluído o apoio proporcionado pelo sector privado.	

141.◇ Seu país tem considerado medidas tais como isenções tributaria nos sistemas nacionais tributários para encorajar o apoio financeiro à biodiversidade? (decisão V/11)	
a) Não	
b) Não, mas algumas isenções em preparação (indique os detalhes a seguir)	
c) Sim, isenções estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre isenções tributarias a das nações relacionadas com a biodiversidade.	

142. Seu país tem examinado os orçamentos e políticas monetárias nacionais, incluindo a eficácia de assistência oficial do desenvolvimento afectada da biodiversidade, prestando-se particular atenção aos incentivos positivos e a seu desempenho, assim como incentivos prejudiciais e maneira e meios para serem retirados ou mitigados? (decisão VI/16)	
a) Não	
b) Não, mas está em vias de estudo	
c) Sim (indique os resultados do estudo a seguir)	
Outros comentários sobre o estudo de orçamento e políticas monetárias nacionais, incluída a eficácia da assistência oficial para o desenvolvimento.	

143. Seu país está adoptando medidas concretas para examinar e integrar melhor os aspectos sobre biodiversidade, do desenvolvimento e aplicação de importantes iniciativas de desenvolvimento internacionais assim como aos planos nacionais de desenvolvimento sustentável e as políticas e planos sectoriais pertinentes? (decisões VI/16 e VII/21)	
a) Não	

b) Não, mas estudo em vias de realização	
c) Sim, algumas iniciativas e planos (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, em importantes iniciativas e planos (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre o exame e a integração dos aspectos relativos a biodiversidade nas iniciativas, políticas e planos pertinentes.

A este respeito, cabe mencionar:

- A Estratégia e Plano de Acção Nacional e sobre a Biodiversidade que tem por objectivo, apresentar um conjunto de acções destinadas a corrigir o desequilíbrio e responder de maneira positiva e eficiente aos problemas identificados nos ateliers regionais e nacionais.
- No âmbito do turismo se incorpora através do sistema de avaliação de impacte ambiental das declarações de zonas de interesse turístico e se faz o entrosamento entre Turismo e o Ambiente primeiramente a nível da planificação e só depois a nível das articulações.
- No sector marinho, destaca-se a criação de áreas protegidas marinhas e costeiras, representativas dos ecossistemas marinhos costeiros e insulares do país.

144. Seu país está melhorando a integração da biodiversidade aos programas de desenvolvimento sectorial de assistência? (decisão VII/21)

a) Não	
b) Não, mas programas pertinentes em preparação	
c) Sim, em alguns programas de desenvolvimento sectorial e de assistência (indique os detalhes a seguir)	X
d) Sim, em principais programas de desenvolvimento sectorial e de assistência (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre a integração da biodiversidade nos programas de desenvolvimento sectorial e de assistência.

Existem diversos programas sectoriais que tem incorporado a protecção da biodiversidade, pelo que se deve entender que não é uma integração generalizada, mas sim têm sido incluídos entre as medidas do Plano de Acção para implementar a Estratégia Nacional de Biodiversidade.

Participa de forma directa ou em cooperação com organismos sectoriais do Estado, programas de desenvolvimento agrícola e silvicultura com o objectivo de pôr a disposição dos utentes, antecedentes básicos de uso, manejo e as medidas de mitigação, eventuais impactes ambientais a biodiversidade de uma região.

No âmbito marinho, tem-se incluído a biodiversidade em todas as acções a favor da preservação do ambiente aquático.

No âmbito pesqueiro, tem-se desenvolvido alguns programas de desenvolvimento para a gestão sustentável da mesma; restrições de estabelecimento de actividades; zonificação do tipo de pescarias em determinados locais.

A seguinte pergunta (145) é para PAÍSES DESENVOLVIDOS

145. Marque um "**X**" no quadro seguinte a respeito a aquela esfera em que seu país tem proporcionado apoio financeiro a países em desenvolvimento e/ou a países com economias em transição. Explique, se necessário com mais detalhes no espaço a seguir.

Esferas	**Apoio proporcionado**
a) Realização de avaliações nacionais ou regionais no quadro da avaliação ambiental estratégica (decisão VI/8)	
b) Conservação *in-situ* (decisão V/16)	
c) Melhorar a capacidade nacional para estabelecer e manter os mecanismos de protecção dos conhecimentos tradicionais (decisão VI/10)	
d) *Conservação ex-situ* (decisão V/26)	
e) Implantação da estratégia mundial para conservação de espécies vegetais (decisão VI/9)	
f) Implantação das Directrizes de Bonn (decisão VI/24)	
g) Implantação do programa de trabalho sobre diversidade biológica agrícola (decisão V/5)	
h) Preparação do primeiro informe sobre a situação dos recursos fitogenéticos do mundo (decisão VI/17)	
i) Apoio ao trabalho nos actuais mecanismos regionais de coordenação e desenvolvimento de redes ou processos regionais e sub regionais (decisão VI/27)	
j) Elaboração de associações e outros meios para proporcionar o apoio necessário na aplicação do programa de trabalho sobre diversidade biológica de terras áridas e sub-húmidas (decisão VII/2)	
k) Apoio financeiro para as operações do mecanismo de coordenação da iniciativa mundial sobre taxionomia (decisão VII/9)	
l) Apoio à aplicação do plano de acção sobre a criação de capacidade que consta do anexo na decisão VII/19 (decisão VII/19)	
m) Apoio a aplicação do programa de trabalho sobre diversidade biológica de montanhas (decisão VII/27)	
n) Apoio a aplicação do programa de trabalho sobre áreas protegidas (decisão VII/28)	
o) Apoio ao desenvolvimento de indicadores nacionais (decisão VII/30)	
p) Outras esferas (exemplifique)	

Outras informações sobre apoio financeiro prestado a países em desenvolvimento e a países com economias em transição.

A seguinte pergunta (146) é para PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO OU PAÍSES COM ECONOMÍAS EM TRANSIÇÃO

146. Marque um "**X**" no quadro seguinte os sectores em que seu país solicitou financiamento do Fundo para o meio ambiente mundial (FMAM) procedente de países desenvolvidos e/ou de outras fontes. No mesmo sector poderá marcar mais de uma fonte de apoio financeiro. Indique mais detalhes, se necessário, no espaço a seguir.

Sectores	Solicitação de fundos de financiarão do		
	FMAM	**Bilateral**	**Outros**
a) Preparação de estratégias ou plano de acção nacionais sobre biodiversidade	x		
b) Autoavaliação da capacidade nacional para a aplicação da convenção (decisão VI/27)	x		
c) Medidas prioritárias para aplicar a iniciativa mundial sobre taxionomia (decisão V/9)		x	
d) *Conservação in-situ* (decisão V/16)	x	x	x
e) Desenvolvimento de estratégias ou plano de acção nacionais para atender as espécies exóticas (decisão VI/23)			
f) *Conservação ex-situ*, estabelecimento e manutenção de instalações para *conservação ex-situ* (decisão V/26)		x	
g) Projectos que promovem medidas para aplicar o Artigo 13 (educação e consciência pública) (decisão VI/19)		x	
h) Preparação de informações nacionais (decisões III/9, V/19 e VI/25)	x		x
i) Projectos para conservação e utilização sustentável da biodiversidade de águas continentais (decisão IV/4)	x	x	x
j) Actividades para conservação e utilização sustentável da biodiversidade agrícola (decisão V/5)		x	
k) Implantação do Protocolo de Cartagena sobre segurança da biotecnologia (decisão VI/26)	X		
l) Aplicação da iniciativa mundial sobre taxionomia			
m) Aplicação dos Princípios directrizes de Addis Abeba para a utilização sustentável da biodiversidade			
n) Outras esferas (especifique)			

Outras informações sobre solicitação de apoio financeiro.

Caixa LXII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;

b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;

c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;

d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;

e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

f) constrangimentos encontrados na implementação.

D. ESFERAS TEMÁTICAS

147. Utiliza a escala abaixo para reflectir o nível de dificuldade encontrado pelo seu país na aplicação dos programas de trabalhos temáticos da Convenção (biodiversidade marinha e costeira, biodiversidade das florestas, biodiversidade das águas interiores, biodiversidade das terras áridas e sub húmidas e biodiversidade das montanhas).

3 = Elevado

2 = Médio

1 = Baixo

0 = Obstáculos certamente superados

N/A = Não aplicável

Obstáculos	Programa de trabalho					
	Agricultura	Florestas	Marinha e costeira	Ecossistemas Das águas Internas	Terras áridas e sub-húmidas	Montanhas
a) Falta de vontade e de apoio político	1	1	1	N/A	1	1
b) Participação do público e implicação dos receptores limitados	3	3	2	N/A	2	3
c) Ausência de integração das perguntas relativas à biodiversidade em outros sectores	2	2	2	N/A	2	2
d) Ausência de medidas preventivas e dinâmicas	1	1	2	N/A	2	1
e) Capacidade de acção insuficiente devido à fraqueza institucional	2	2	2	N/A	2	2
f) Ausência de transferência de tecnologia e de avaliação	2	2	2	N/A	2	2
g) Perda dos conhecimentos tradicionais	2	2	1	N/A	2	2

h) Capacidade insuficiente de investigação científica para apoiar todos os objectivos	1	1	2	N/A	2	1
i) Falta de conhecimentos e de informações acessíveis	2	2	1	N/A	2	2
j) Ausência de educação e sensibilização do público a todos os níveis	1	1	2	N/A	2	1
k) Os conhecimentos científicos e tradicionais não são plenamente utilizados	2	2	1	N/A	2	2
l) Perda de biodiversidade e dos bens e serviços correspondentes que dispensa não são bem compreendidos ou documentados	2	2		N/A	3	2
m) Falta de recursos financeiros, humanos e técnicos	2	2	2	N/A	3	2
n) Ausência de medidas económicas incitantes	1	1	2	N/A	3	1
o) Falta de participação dos beneficiários	1	1	1	N/A	2	1
p) Falta de sinergia a níveis nacional e internacional	2	2	2	N/A	2	2
q) Ausência de cooperação horizontal entre as instituições	2	2		N/A	2	2
r) Ausência de parcerias efectivas	2	2	1	N/A	2	2
s) Falta de compromisso da comunidade científica	2	2	1	N/A	2	2
t) Ausência de políticas e de leis adequadas	1	1	1	N/A	2	1
u) Pobreza	2	2	3	N/A	3	2
v) Pressão demográfica	3	3	3	N/A	3	3
w) Hábitos de consumo e de produção insustentáveis	2	2		N/A	3	2
x) Falta de capacidade das comunidades locais	2	2	2	N/A	2	2
y) Falta de conhecimentos e experiência de abordagens de gestão por ecossistema	2	2	2	N/A	2	2
z) Fraca capacidade de aplicação efectiva	2	2	2	N/A	2	2
aa) Catástrofes naturais e mudanças ambientais	2	2	N/A	N/A	2	2

bb) Outro (queiram precisar)						

Ecossistemas de águas continentais

148. Seu país incorporou os objectivos e as actividades relevantes do programa de trabalho nas estratégias, políticas, planos e actividades seguintes? (decisão VII/4)

Estratégias, políticas, planos e actividades	Não	Sim, parcialmente integrados mas não aplicados	Sim, plenamente integrados e aplicados	N/A
a) As suas estratégias e planos de acção sobre a biodiversidade				X
b) As políticas e estratégias relativas às zonas húmidas				X
c) A gestão integrada dos recursos hídricos e os planos de gestão eficazes das águas em curso de elaboração em conformidade com o parágrafo 25 do Plano de aplicação da Cimeira Mundial para o desenvolvimento sustentável				X
d) Coordenação e cooperação aumentadas entre os actores nacionais responsáveis por ecossistemas e pela biodiversidade das águas interiores				X

Outras observações sobre a incorporação dos objectivos e actividades do programa de trabalho.

Cabo Verde é um país insular

149. Seu país identificou prioridades para cada actividade do programa de trabalho, incluindo registos, em relação a objectivos centrados sobre os resultados? (decisão VII/4)

a) Não	x
b) Objectivos centrados nos resultados desenvolvidos, mas actividades prioritárias não desenvolvidas	
c) Actividades prioritárias desenvolvidas, mas objectivos centrados nos resultados não desenvolvidos	
d) Sim, objectivos centrados nos resultados e actividades prioritárias desenvolvidas	

Outras observações sobre a adopção de objectivos centrados nos resultados e das prioridades para cada actividade, incluindo uma lista dos objectivos (se for caso disso).

150. Seu país favorece as sinergias entre o programa de trabalho e as actividades conexas ao abrigo da Convenção de RAMSAR bem como a aplicação do Plano de trabalho conjunto (CBD - RAMSAR) a nível nacional? (decisão VII/4)

a) Não aplicável (país não Parte da Convenção de RAMSAR)	
b) Não	x
c) Não, mas medidas potenciais identificadas para sinergia e aplicação conjunta	
d) Sim, certas medidas tomadas para aplicação conjunta (queiram precisar abaixo)	
e) Sim, medidas completas tomadas para aplicação conjunta (queiram precisar abaixo)	

Outras observações sobre a promoção de sinergias entre o programa de trabalho e as actividades conexas ao abrigo da Convenção de RAMSAR bem como a aplicação do Plano de trabalho conjunto (CBD-RAMSAR) a nível nacional.

151. Seu país tomou medidas para melhorar os dados nacionais sobre: (decisão VII/4)

Perguntas	Sim	Não	Não, mas elaboração em curso
a) Os bens e serviços dispensados pelos ecossistemas das águas interiores?		X	
b) As utilizações e variáveis socioeconómicas destes bens e serviços?		X	
c) Aspectos hidrológicos básicos do abastecimento de água associados à manutenção da função dos ecossistemas?		X	
d) As espécies e todos os níveis taxionómicos?		X	
e) Os perigos que ameaçam os ecossistemas das águas interiores?		X	

Outras observações sobre o desenvolvimento de dados nacionais, nomeadamente uma lista dos dados desenvolvidos se o seu país respondeu "SIM" às perguntas acima.

152. Seu país promoveu a aplicação das directivas para a avaliação rápida da biodiversidade dos ecossistemas das águas interiores? (decisão VII/4)

a) Não, as directivas não foram examinadas	x
b) Não, directivas examinadas mas consideradas impróprias	
c) Sim, directivas examinadas e aplicação/promoção pendente	
d) Sim, directivas promovidas e aplicadas	

Outras observações sobre a promoção e a aplicação das directivas para a avaliação rápida da biodiversidade dos ecossistemas das águas interiores.

Cabo Verde não possui águas interiores permanentes, mas apenas ribeiras na época das chuvas

Caixa LXIII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.

Biodiversidade marinha e costeira

Generalidades

153. As estratégias e planos de acção do seu país contêm os pontos seguintes? Queiram assinalar o compartimento correspondente por um "X" (decisões II/10 e IV/15)	
a) Desenvolvimento de novas áreas marinhas e costeiras protegidas	X
b) Melhoria da gestão das áreas marinhas e costeiras protegidas existentes	X
c) Reforço da capacidade interna para a gestão dos recursos marinhos e costeiros, nomeadamente por programas educativos e iniciativas de investigação orientadas (em caso afirmativo, queiram precisar os tipos de iniciativas no compartimento abaixo)	X
d) Melhoria da gestão integrada das áreas marinha e costeiras (incluída a gestão das bacias hidrográficas) para reduzir a sedimentação e os depósitos de nutrientes no ambiente marinho	
e) Protecção das áreas que são importantes para a reprodução, nomeadamente as áreas de postura e de crescimento	X
f) Melhoria das águas residuais e outros tratamentos de desperdícios	
g) Controlo da pesca excessiva e as práticas de pesca destrutivas	X
h) Elaboração de uma política exaustiva sobre os oceanos (em caso afirmativo, queiram indicar a fase actual de elaboração no compartimento abaixo)	
i) Incorporação dos conhecimentos locais e tradicionais na gestão dos recursos marinhos e costeiros (em caso afirmativo, queiram precisar a natureza das disposições de gestão no compartimento abaixo)	X
j) Outros (queiram precisar abaixo)	
k) Não aplicável	

Queiram fornecer precisões sobre as actividades acima bem como uma lista da qualquer outra acção prioritária relativa à conservação e à utilização duradoura da biodiversidade marinha e costeira.
Para reforço da capacidade interna e para a gestão dos recursos marinhos e costeiros tem-se incentivado formações nesta área com investigação dentro do ministério e fora, tanto para mestrado como para doutoramento, nomeadamente programas educativos e iniciativas de investigação orientadas.

Trabalhos diversos realizados com as comunidades locais ajudam e facilitam na incorporação dos conhecimentos locais e tradicionais para melhor gestão dos recursos marinhos e costeiros.

Aplicação da gestão integrada de áreas marinhas e costeiras

154. Seu país estabeleceu e/ou reforçou os arranjos institucionais, administrativas e legislativas para o desenvolvimento da gestão integrada das áreas marinhas e costeiras?	
a) Não	
b) Primeira fase de desenvolvimento	X
c) Fase de desenvolvimento avançada	
d) Disposições existentes (queiram precisar abaixo)	
e) Não aplicável	
Outras observações sobre o estado actual da implementação da gestão integrada das áreas marinhas e costeiras.	
O projecto Conservação Marinha e Costeira teve início inicio em 2004, com a duração de 10 anos	

155. Seu país implementou uma gestão dos recursos marinhos e costeiras baseadas na abordagem por ecossistema, por exemplo pela integração da gestão das costas e as bacias hidrográficas, ou pela gestão integrada multidisciplinar das costas e dos oceanos?	
a) Não	X
b) Primeira fase de desenvolvimento	
c) Fase de desenvolvimento avançada	
d) Medidas existentes (queiram precisar abaixo)	
e) Não aplicável	
Outras observações sobre o estado actual da aplicação da abordagem por ecossistema à gestão dos recursos marinhos e costeiros.	

Recursos vivos marinhos e costeiros

156. Seu país identificou os elementos constitutivos dos seus ecossistemas marinhos e costeiros que são essenciais ao seu funcionamento, bem como os principais perigos que ameaçam estes ecossistemas?	
a) Não	
b) Planos de avaliação exaustiva dos ecossistemas marinhos e costeiros existentes (queiram precisar abaixo)	
c) Avaliação exaustiva em curso	
d) Elementos constitutivos, críticos identificados e elaboração de planos de gestão em curso (queiram precisar abaixo)	
e) Planos de gestão dos elementos constitutivos essenciais dos ecossistemas marinhos e costeiros existentes (queiram precisar abaixo)	

f) Não aplicável	

Outras observações sobre o estado actual da avaliação, a vigilância e a investigação, relativas aos ecossistemas marinhos e costeiros e os principais perigos que os ameaçam.

157. Seu país empreende as seguintes actividades na aplicação do programa de trabalho da Convenção sobre os recifes de corais? Queiram assinalar com um "X" todos os compartimentos que são aplicáveis.

Actividades	Não aplicado nem uma prioridade	Não aplicado mas uma prioridade	Actualmente aplicado	Não aplicável
a) Avaliação e vigilância ecológicas dos recifes de corais				X
b) Avaliação e vigilância socioeconómicas das comunidades e receptores				X
c) Gestão, particularmente graças à integração da gestão costeira e a das áreas marinhas e costeiras protegidas do ambiente coralineo				X
d) Identificação e aplicação de medidas adicionais e outras soluções a fim de garantir os meios de subsistência das populações tributárias dos serviços dispensados pelos recifes de corais				X
e) Programas de participação das instituições parceiras, associações, comunidades e campanhas de educação do público				X
f) Medidas que visam favorecer a formação e as perspectivas de carreira taxionomistas e ecologistas do meio marinho				X
g) Desenvolvimento de sistemas de alerta em caso de branqueamento dos recifes de corais				X
h) Desenvolvimento de uma capacidade de intervenção rápida a fim de recolher, dados sobre o branqueamento e a mortalidade dos corais				X

i) Restauração e reabilitação dos habitats degradados dos recifes de corais				X
j) Outras actividades (queiram precisar abaixo)				X

Queiram fornecer precisões sobre as actividades em curso.

Áreas protegidas marinhas e costeiras

158. Na lista abaixo, quais factos correspondem o mais exactamente possível ao estado actual das áreas marinhas e costeiras protegidas do seu país? Queiram indicar a vossa resposta por um "X"

a) Áreas marinhas e costeiras protegidas declaradas oficialmente (queiram indicar abaixo o seu número)	X
b) Planos de gestão destas áreas elaborados com a participação de todos os parceiros	
c) Gestão eficaz com medidas de aplicação efectiva e de vigilância existentes	
d) Sistema ou rede nacional de áreas marinhas e costeiras protegidas em curso de desenvolvimento	X
e) Sistema ou rede nacional de áreas marinhas e costeiras protegidas existente	
f) O sistema nacional de áreas marinhas e costeiras protegidas compreende zonas geridas para a utilização duradoura, que permitem actividades extractivas	X
g) O sistema nacional de áreas marinhas e costeiras protegidas é composto por áreas que excluem as actividades extractivas	
h) O sistema nacional de áreas marinhas e costeiras protegidas é rodeado de práticas de gestão sustentável que abrangem o ambiente marinho e costeiro mais largo	X
i) Outras (queiram precisar abaixo)	
j) Não aplicável	

Outras observações sobre o estado actual das áreas marinhas e costeiras protegidas.

As áreas marinhas costeiras oficialmente declaradas no Decreto-Lei nº 3//2003 de 24 de Fevereiro são no seu total 12:

- Ilha de Santa Luzia – Reserva Natural
- Ilhéus brancos e Raso – Reserva Integral
- Salinas de Pedra Lume e Cagarra – Paisagem Protegida
- Baía da Mordeira – Reserva Natural
- Salinas de Santa Maria – Paisagem Protegida
- Praia do Morro – Reserva Natural
- Salinas de Porto Inglês – Paisagem protegida
- Ilhéu de Baluarte – Reserva Natural Integral
- Ilhéu dos Pássaros – Reserva Natural Integral
- Ilhéu de Curral Velho – Reserva Natural Integral

- Ilhéu de Sal-Rei – Monumento Natural
- Ilhéus do Rombo – Reserva Integral

Maricultura

159. Seu país está utilizando técnicas que visam reduzir ao mínimo os efeitos nefastos da maricultura sobre a biodiversidade marinha e costeira? Queiram assinalar todos os compartimentos que são aplicáveis.	
a) Aplicação de avaliações do impacte ambiental a todos os projectos de maricultura	
b) Elaboração e aplicação de métodos eficazes de selecção dos sítios no âmbito da gestão integrada das áreas marinhas e costeiras	
c) Desenvolvimento de métodos eficazes de controlo dos efluentes e os resíduos sólidos	
d) Elaboração de planos adequados de gestão dos recursos genéticos a nível dos viveiros	
e) Elaboração de métodos do viveiros controlado e métodos de reprodução consistentes a fim de evitar a colecta de sementes da natureza	
f) Sempre que a colheita de sementes da natural é inevitável, desenvolvimento de boas práticas de colheita, incluindo o emprego de material de pesca selectiva a fim de evitar as capturas acidentais	
g) Utilização de espécies e subespécies indígenas na maricultura	
h) Aplicação de medidas eficazes para evitar a libertação involuntária de espécies e polipóides férteis que provêm da maricultura	
i) Utilização de bons métodos de criação e sítios adequados de libertação a fim de proteger a diversidade genética	
j) Minimizar o emprego de antibióticos através de melhores técnicas de criação	
k) Aplicação de métodos selectivos na pesca comercial para evitar ou minimizar as capturas acidental	
l) Considerar os conhecimentos tradicionais, na medida do possível, como fonte de desenvolvimento de técnicas de maricultura duradoura	
m) Não aplicável	X
Outras observações sobre as técnicas que visam minimizar os efeitos adversos na maricultura sobre a biodiversidade marinha e costeira.	

Espécies exóticas e genótipos

160. Seu país implantou mecanismos para controlar as vias de introdução de espécies exóticas no meio marinho e costeiro?	
a) Não	X
b) Mecanismos de controlo e possíveis invasões causadas pelas águas de	

lastro existentes (queiram precisar abaixo)	
c) Mecanismos de controlo das invasões possíveis causadas pelo engorduramento dos cascos de navios existentes (queiram precisar abaixo)	
d) Mecanismos de controlo de invasões possíveis causadas pela aquicultura existente (queiram precisar abaixo)	
e) Mecanismos de controlo das invasões possíveis causadas pelas libertações acidentais, como as libertações de aquários existentes (queiram precisar abaixo)	
f) Não aplicável	

Outras actividades sobre o estado actual das actividades ligadas à prevenção das introduções de espécies exóticas no meio marinho e costeiro e qualquer actividade de eliminação.

Caixa LXIV.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;

b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;

c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;

d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;

e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

f) constrangimentos encontrados na implementação.

Biodiversidade agrícola

161.◇ Seu país desenvolveu estratégias, programas e planos nacionais que asseguram o desenvolvimento e a aplicação eficaz de políticas e de medidas que permitem a utilização duradoura de elementos constitutivos da biodiversidade agrícola? (decisões III/11 e IV/6)

a) Não	
b) Não, mas está em curso elaboração de estratégias, programas e planos	
c) Sim, um certo número de estratégias, programas e planos existentes (queiram precisar abaixo)	X
d) Sim, estratégias, programas e planos completos existentes (queiram precisar abaixo)	

Outros comentários sobre as estratégias dos programas e os planos nacionais relativos aos elementos constitutivos da biodiversidade agrícola.

Desenvolvimento de estratégias, programas e planos nacionais que asseguram o desenvolvimento e a aplicação eficazes de políticas e de medidas que permitam a utilização duradoura de elementos constitutivos da biodiversidade agrícola tem sido executado pela Direcção Geral da Agricultura, Sivicultura e Pecuária (DGASP) e pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA). Alguns planos e estratégias aprovados pelo governo encontram-se em execução, tais como:

- **Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola –** no horizonte 2005-2015 e respectivo Plano de Acção 2005-2008;

- **Plano Director de Irrigação** Tem como finalidade a melhoria do regadio, utilizando mais racionalmente os recursos em solos e água e os recursos humanos existentes, de maneira a melhorar o bem-estar da população, através do aumento da produtividade e da diversificação de culturas;
- **Plano Director de Horticultura –** o objectivo do plano director de Horticultura é de fazer o ponto de situação do sector, em termos dos constrangimentos e potencialidades, delinear estratégias de desenvolvimento durável a médio prazo (técnicas, socio-económicas e institucionais), em função dos objectivos gerais identificados, discutir com os parceiros as opções e propostas de estratégias comuns e propor as actividades prioritárias a curto prazo.
- **Programa de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação** – tem por objectivo assegurar a participação de todos os parceiros na conservação e gestão dos recursos naturais (solo, água e vegetais), promover a pesquisa e a troca de informação científica sobre a desertificação e reforçar o sistema de informação sobre o ambiente.
- **II Plano de Acção Nacional para o Ambiente –** O objectivo geral do PANA II é o de definir orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais e de gestão sustentável das actividades económicas. Especificamente, os objectivos do PANA II são: (i) definir as principais orientações políticas do ambiente e de gestão dos recursos naturais; (ii) identificar as oportunidades e prioridades de desenvolvimento; (iii) identificar acções para utilização dos recursos com o maior grau de eficácia e eficiência; (iv) definir o quadro institucional e os mecanismos de coordenação intersectorial; (v) promover a integração das preocupações ambientais na planificação do desenvolvimento económico e social; (vi) promover a melhoria das condições de vida das populações.

- **Programa de Luta Contra a Pobreza** – No combate ao desemprego, exclusão social, na eliminação da pobreza extrema, no combate às assimetrias campo/cidade, na promoção das actividades geradoras de rendimento, fomentando a criação de micro empresa familiar.

162. Seu país identificou os meios para tratar os impactes potenciais das tecnologias de restrição da utilização dos recursos genéticos na conservação in situ e ex situ e a utilização duradoura incluindo a segurança alimentar da biodiversidade? (decisão V/5)

a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais em estudo	
c) Sim, certas medidas identificadas (queiram precisar abaixo)	X
d) Sim, medidas exaustivas identificadas (queiram precisar abaixo)	

Outras informações sobre os meios para tratar os impactes potenciais das tecnologias de restrição da utilização dos recursos genéticos na conservação in situ e ex situ e a utilização duradoura da biodiversidade agrícola.

Na questão da segurança alimentar a produção agrícola nacional tem vindo a assegurar parte expressiva das carências nacionais tanto na fruticultura como nas hortícolas e nas culturas de sequeiro, especialmente do milho, feijões, raízes e tubérculos, mesmo sendo a produção de sequeiro casual e plenamente dependente do regime das chuvas. O sector agrícola tem conhecido, nos últimos anos, alguns avanços tecnológicos, com destaque para trabalhos de selecção e de aperfeiçoamento vegetal e implementação de sistemas de micro-irrigação, sobretudo a rega gota-a-gota. De salientar que a micro-irrigação tem vindo a ter um grande impacto positivo na produção agrícola, em geral, e hortícola em particular, reduzindo bastante a perda de água, e consequentemente o aumento da área cultivada.

Anexo a decisão V/5 – Programa de trabalho sobre biodiversidade agrícola

Elemento 1 do programa – Avaliação	
163. Seu país efectuou avaliações específicas dos componentes da biodiversidade agrícola tais como recursos fitogenéticos, recursos zoogenéticos, polinizadores, gestão dos insectos prejudiciais e o ciclo das substâncias nutritivas?	
a) Não	x
b) Sim, avaliações em curso (queiram precisar os componentes abaixo)	
c) Sim, avaliações completas (queiram precisar os componentes e os resultados das avaliações abaixo)	
Outros comentários sobre as avaliações específicas dos componentes da biodiversidade agrícola.	

164. Seu país efectua avaliações sobre as interacções entre as práticas agrícolas, a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade em referência ao Anexo I da Convenção (por exemplo ecossistemas e habitats; espécies e comunidades; genomas e genes que têm uma importância social, científica ou económica)?	
a) Não	
b) Sim, avaliações em curso	X
c) Sim, certas avaliações completas (queiram precisar abaixo)	
d) Sim, avaliações exaustivas completas (queiram precisar abaixo)	
Outros comentários sobre as avaliações dos componentes da biodiversidade (por exemplo ecossistemas e habitats; espécies e comunidades; genomas e genes que têm uma importância social, científica ou económica).	

165. Seu país efectuou uma avaliação sobre os conhecimentos, inovações e práticas dos agricultores e das comunidades autóctones e locais em matéria de preservação da biodiversidade agrícola e dos serviços ligados aos ecossistemas agrícolas a favor e no apoio da produção e da segurança alimentar?	
a) Não	
b) Sim, avaliações em curso	X
c) Sim, avaliações completas (queiram indicar abaixo onde se encontra a informação)	
Outros comentários sobre a avaliação dos conhecimentos, inovações e práticas dos agricultores e das comunidades autóctones e locais.	

166. Seu país verificou uma degradação global, status quo ou uma restauração/reabilitação da biodiversidade agrícola desde 1993 data da entrada em vigor da Convenção?	
a) Não	
b) Sim, nenhuma modificação comprovada (status quo)	
c) Sim, degradação global comprovada (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, restauração ou reabilitação observada (indique os detalhes a	X

seguir)	

Outros comentários sobre as observações.

Cabo Verde ratificou a Convenção da Biodiversidade em 29 de Março de 1995 e com isso várias mudanças para melhor conservar a nossa biodiversidade tem sido realizas. Mesmo antes do país ratificar a convenção foi elaborada e aprovada a lei de Bases da Política do Ambiente (lei nº 86/IV/93) mostrando o interesse do país para a conservação do ambiente.

Também no domínio da agricultura foram elaborados vários planos de acção descritas na pergunta 161 dando assim, cada vez mais, grande importância a nível deste sector e não só.

Elemento 2 do programa – Gestão adaptativa

167. Seu país identificou as práticas de gestão, tecnologias e de políticas que favorecem os efeitos positivos e atenuam os impactes negativos na biodiversidade agrícola, e melhoram a produtividade e a capacidade de assegurar a subsistência?

a) Não	
b) Não, mas práticas, tecnologias e políticas potenciais em curso de identificação	
c) Sim, certas práticas, tecnologias e políticas identificadas (queiram precisar abaixo)	
d) Sim, práticas, tecnologias e políticas compreensíveis identificadas (queiram precisar abaixo)	X

Outros comentários sobre as práticas de gestão, tecnologias e políticas identificadas.

Sendo o Cabo Verde pobre em recursos naturais, a introdução de novas tecnologias é importante e indispensável para a melhoria da produtividade e da capacidade de assegurar a subsistência agrícola. Ligada à uma política de auxílio ao sector hortícola, tem-se observado um aumento notável nos rendimentos e na produção em geral. Destacando a qualidade dos produtos e sua disponibilização ao longo do ano, tem-se notado uma melhoria nítida. Essas novas tecnologias como a das sementes melhoradas, sistemas de rega eficientes (rega gota-a-gota), adubos e pesticidas adequados vem contribuído muito para uma gestão sustentável e proporcionando efeitos positivos na agricultura local.

Elemento 3 do programa – – Reforço das capacidades

168. Seu país aumentou as capacidades dos agricultores, comunidades autóctones e locais, suas organizações e os outros receptores, a fim de gerir de forma durável a biodiversidade agrícola e desenvolver estratégias e metodologias para a conservação in situ, a utilização duradoura e a gestão da biodiversidade agrícola?

a) Não	
b) Sim (queiram precisar as áreas/componentes e grupos alvo com capacidades melhoradas)	X

Outros comentários sobre as capacidades dos agricultores, comunidades autóctones e locais, e as suas organizações e outros receptores.

O projecto da criação das áreas protegidas terrestres visa a integração da população local na gestão dos recursos e na conservação *in situ* da mesma, com a finalidade de gerir de forma sustentável a diversidade agrícola.

169. Seu país estabeleceu mecanismos operacionais que favorecem uma larga participação dos receptores a fim de formar verdadeiras parcerias para contribuir na aplicação do programa de trabalho sobre a biodiversidade agrícola?	
a) Não	
b) Não, mas possíveis mecanismos identificados	
c) Não, mas mecanismos em curso de elaboração	
d) Sim, mecanismos existentes	x

170. Seu país melhorou o quadro político, incluindo os arranjos para a divisão das vantagens e as medidas de estímulo para apoiar a gestão local da biodiversidade agrícola?	
a) Não	
b) Não, mas certas medidas e arranjos estão a ser identificadas	
c) Não, mas certas medidas e arranjos estão a ser elaborados	
d) Sim, medidas e arranjos foram aplicados	X
Outras observações sobre as medidas tomadas para melhorar o quadro político.	

Elemento 4 do programa – Integração	
171. Seu país integra os planos nacionais ou as estratégias para a conservação e a utilização duradoura da biodiversidade agrícola nos planos e programas sectoriais e intersectoriais?	
a) Não	
b) Não, mas revisão em curso	
c) Não, mas potenciais quadros e mecanismos em curso de identificação	
d) Sim, certos planos nacionais e estratégias integrados em alguns planos e programas sectoriais (queiram precisar abaixo)	
e) Sim, certos planos nacionais e estratégias integrados em importantes planos e programas sectoriais (queiram precisar abaixo)	X
Outros comentários sobre a integração dos planos nacionais e as estratégias nos planos e programas sectoriais e intersectoriais.	
Foram integrados Planos nacionais e estratégias em importantes planos e programas sectoriais, nomeadamente no Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, no Plano Nacional de Desenvolvimento e no Plano Estratégico da Agricultura que incorporam medidas especificas neste âmbito.	

172. Seu país apoia a rede institucional e os mecanismos de política e de planificação, a fim de integrar a biodiversidade agrícola nas estratégias e planos de acção agrícolas, e a sua integração nas estratégias e planos de acção mais amplos para a biodiversidade?	
a) Não	
b) Sim, apoiando nas instituições nas suas avaliações relevantes	

c)	Sim, elaborando linhas directrizes de política e de planificação	
d)	Sim, desenvolvendo os meios de formação	
e)	Sim, apoiando o reforço das capacidades a nível político, técnico e local	X
f)	Sim, incentivando a sinergia na aplicação dos planos de acção acordados e entre as avaliações em vigor e os processos intergovernamentais	

Outras observações sobre o apoio da rede institucional e os mecanismos de política e de planificação.

173. Nos casos dos centros de origem internos, seu país incentiva as actividades de conservação in situ e ex situ a nível das explorações, da variabilidade dos recursos genéticos para fins de produção alimentar e agrícola, incluindo a das espécies selvagens aparentadas?

a)	Não	
b)	Sim (queiram precisar abaixo)	X

Outras observações sobre a conservação da variabilidade dos recursos genéticos para fins de produção alimentar e agrícola nos seus centros de origem.

As Áreas Protegidas representam um importante instrumento de conservação *in situ* da biodiversidade, muito importante em termos de gestão sustentável de recursos naturais, à escala local, regional, nacional e internacional. As áreas protegidas são definidas como sendo partes do território nacional, sobre as quais o Estado exerce soberania e jurisdição, e em que o ambiente natural original não tenha sido significativamente alterado ou degradado pela actividade humana. Dão um contributo vital à conservação dos recursos naturais e culturais do mundo. Representam oportunidades de desenvolvimento económico e social do mundo rural, permitindo a utilização racional das terras marginais bem como a consequente criação de empregos, seja a nível da investigação e monitorização, como a nível da promoção de educação ambiental, e de actividades recreativas e de lazer, incluindo o turismo. Assim se justifica a criação de uma rede de áreas protegidas em todos os países, medida essa que já vai assumindo contornos práticos em Cabo Verde.

Como forma de garantir o património da biodiversidade, desenvolve-se ainda a conservação *ex situ* como formas de preservação, que permite tanto a regeneração bem como facilidades para o estudo e melhoria dos conhecimentos científicos, assim, a nível nacional, várias espécies encontram-se preservadas no Jardim Botânico Grandvaux Barbosa – INIDA, em São Jorge dos Órgãos, seja na forma de plantas seja na forma de sementes. Também existe, em São Domingos – Santiago, bancos de germoplasma de espécies frutícolas que compreendem variedades e espécies de citrinos.

Caixa LXV.

Queiram fornecer informações sobre as acções empreendidas pelo seu país na aplicação do Plano de acção para a Iniciativa internacional na conservação e na utilização duradoura dos polinizadores.

Caixa LXVI.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;

b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;

c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;

d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;

e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

f) constrangimentos encontrados na implementação.

Biodiversidade florestal

Generalidades

174. Seu país tem incorporado as partes pertinentes do programa de trabalho nas suas estratégias e planos de acções nacionais sobre biodiversidade e seus programas florestais nacionais?	
a) Não	
b) Sim, descreva os processos aplicados	x
c)Sim, descreva limitações e obstáculos enfrentados nos processos	
d) Sim, descreva as lições aprendidas	
e) Sim, descreva as metas para acções prioritárias no programa de trabalho	

Outros comentários sobre a incorporação de partes pertinentes do programa de trabalho em seus programas florestais.

Cabo Verde dispõe de poucas florestas, mas através do regime jurídico dos espaços naturais que atribui uma grande importância à biodiversidade, o país pretende proteger estes espaços conservando a sua biodiversidade através do projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes e do projecto Protecção dos Recursos Naturais na ilha do Fogo.

Caixa LXVII.

Indique quais instrumentos recentemente aplicados (política, planificação, gestão, avaliação e medição) e medidas, que seu país está utilizando para aplicar e avaliar o programa de trabalho. Indique quais instrumentos e medidas prestariam assistência a aplicação.

Com a criação das áreas protegidas pelo Decreto-Lei n.º 3//2003, o país atribui grande importância a preservação desses espaços bem como da sua biodiversidade local. De facto, através do projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes que se encontra na fase I, há um conjunto de actividades que essencialmente visam a preservação da biodiversidade terrestre, cujos planos de gestão estão a ser elaborados.

Caixa LXVIII.

Indique com que amplitude e forma tem estado implicando seu país às comunidades indígenas e locais e respeitando seus direitos e interesses na aplicação do programa de trabalho.

Através do projecto acima descrito na caixa anterior, as comunidades locais, onde existem áreas protegidas, participam e estão integradas nos programas de trabalho do projecto, sobretudo no processo de planeamento, em curso.

Caixa LXIX.

Indique os esforços que tem desempenhado seu país para criação de capacidade nos recursos humanos e de capital para a aplicação do programa de trabalho.
Formação de quadros do Ministério do Ambiente e Agricultura, a nível médio e superior, no próprio país e não só.

Caixa LXX.

Indique como tem colaborado e cooperado seu país (sul-sul, norte-sul, sul-norte, norte-norte) com outros governos, organizações regionais ou internacionais na aplicação do programa de trabalho. Indique também quais são as limitações e/ou necessidades identificadas.
No quadro do projecto áreas protegidas terrestres tem havido cooperação com outros países, nomeadamente Brasil, Canárias, Portugal, com vista a troca de experiências.

Programa de trabalho ampliado sobre biodiversidade florestal

Elemento 1 do programa – Conservação, utilização sustentável e participação nos benefícios	
175. Seu país está utilizando a abordagem por ecossistemas na gestão de todos os tipos de florestas?	
a) Não (indique os motivos a seguir)	
b) Não, mas possíveis medidas estão sendo identificadas (indique os detalhes a seguir)	
c) Sim (indique os detalhes a seguir)	x
Comentários sobre a utilização da abordagem por ecossistemas na gestão dos florestas (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impacte na gestão dos florestas, limitações, necessidades, instrumentos e metas).	

176. Seu país tem feito medidas para reduzir as ameaças e mitigar os impactes dos processos que ameaçam a biodiversidade florestal (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas?		
Opções	**X**	**Detalhes**
a) Sim	x	Determine as medidas para reduzir as ameaças em relação a cada objectivo da Meta 2 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre medidas adoptadas para reduzir as ameaças e mitigar os impactes nos processos que ameaçam a biodiversidade florestal (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na diversidade biológica florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).
Através do projecto de conservação das áreas protegidas terrestres tem-se feito trabalhos com o objectivo de reduzir a perda da biodiversidade florestal.

177. Seu país está empreendendo qualquer medida para proteger, recuperar e regenerar a biodiversidade florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	x	Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 3 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre medidas para proteger, recuperar e regenerar a diversidade biológica florestal (incluída a eficácia de medidas adoptadas, lição aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).
O projecto das áreas protegidas terrestres visa a recuperação e regeneração da biodiversidade florestal

178. Seu país está empreendendo quaisquer medidas para promover a utilização sustentável da biodiversidade florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	x	Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 4 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre medidas para promover a utilização sustentável da diversidade biológica florestal (incluída a eficácia de medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).
O projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes prevê a utilização sustentável dos recursos fitogenéticos.

179. Seu país está adoptando medidas para promover o acesso e a participação nos benefícios provenientes dos recursos genéticos florestais?		
Opções	**X**	**Detalhes**
a) Sim		Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 5 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não	x	Indique os motivos a seguir
Outros comentários sobre o fomento do acesso e a participação nos benefícios provenientes dos recursos genéticos florestais (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas)		
Não existem medidas específicas para promover o acesso e a participação nos benefícios provenientes dos recursos genéticos florestais. Contudo, há um conjunto de iniciativas tomadas pelo Governo no sentido de facilitar a participação da sociedade civil na gestão dos recursos fitogenéticos, das quais salientam-se os incentivos económicos e a justiça na repartição equitativa dos rendimentos resultantes de eventuais comercialização de produtos florestais.		

Elemento 2 do programa – Ambiente favorável institucional e socio-económico		
180. Seu país está empreendendo quaisquer medidas para melhorar o ambiente institucional favorável para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade florestal, incluídos os acesso e a participação nos benefícios?		
Opções	**X**	**Detalhes**
a) Sim	x	Determine as medidas prioritárias em relação com cada objectivo da Meta 1 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir
Outros comentários sobre quaisquer medidas para melhorar o ambiente institucional favorável para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade florestal, incluídos os acesso e a participação nos benefícios (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).		

181. Seu país está empreendendo quaisquer medidas para responder as falhas e perturbações socio-económicas que levam a decisões cujo resultado é a perda da biodiversidade florestal?		
Opções	**X**	**Detalhes**
a) Sim	x	Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 2 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades

b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre as medidas para responder as falhas e perturbações socioeconómicas que levam a decisões cujo resultado é da perda da biodiversidade florestal (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).

No Decreto-Lei n.º 3//2003, que estabelece o regime jurídico dos espaços naturais através do desenvolvimento das Leis de Base da Política do Ambiente são estabelecidas medidas no âmbito de influência sócio-economica e previsto sanções por eventuais danos á biodiversidade dessas áreas.

182. Seu país está empreendendo quaisquer medidas para aumentar a educação, participação e consciencialização do público em relação a biodiversidade florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	x	Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 3 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre medidas para aumentar a educação, participação e consciencialização do público em relação a biodiversidade florestal (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).

Através dos trabalhos sociais dentro do projecto das áreas protegidas

Elemento 3 do programa – Conhecimentos, avaliação e supervisão

183. Seu país está empreendendo quaisquer medidas para caracterizar os ecossistemas florestais a diversas escalas a fim de melhorar a avaliação da situação e tendências da biodiversidade florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	x	Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 1 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre a caracterização dos ecossistemas florestais a diversos níveis (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).

Através da actividades realizadas no projecto das Áreas Protegidas.

184. Seu país está empreendendo quaisquer medidas para melhorar os conhecimentos e os métodos para a avaliação da situação e tendências da biodiversidade florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim		Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 2 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre a melhoria dos conhecimentos e métodos para a avaliação da situação e tendências (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).

Através da actividades realizadas no projecto das Áreas Protegidas.

185. Seu país está empreendendo quaisquer medidas para melhorar a compreensão da função da biodiversidade florestal e do funcionamento dos ecossistemas?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	x	Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 3 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre a melhor compreensão da função da biodiversidade florestal e do funcionamento dos ecossistemas (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).

Através da actividades realizadas no projecto das Áreas Protegidas.

186. Seu país está empreendendo quaisquer medidas a nível nacional para melhorar a infra-estrutura da gestão de dados e informação conducente a uma avaliação e supervisão precisa da biodiversidade florestal mundial?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	x	Determine as medidas prioritárias em relação a cada objectivo da Meta 4 e descreva as medidas empreendidas para atender a estas prioridades
b) Não		Indique os motivos a seguir

Outros comentários sobre a melhoria da infra-estrutura de gestão de dados e informação (incluída a eficácia das medidas adoptadas, lições aprendidas, impactes na biodiversidade florestal, limitações, necessidades, instrumentos e metas).

Através da actividades realizadas no projecto das Áreas Protegidas.

Caixa LXXI.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de:

a) Resultados e impactes das acções empreendidas;

b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção;

c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010;

d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade;

e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

f) constrangimentos encontrados na implementação.

O projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes que se encontra na fase I tem feito trabalhos diversos para protecção e conservação da biodiversidade florestal, contribuindo assim para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Biodiversidade de terras áridas e sub – húmidas

187. Seu país está prestando apoio científico, técnico e financeiro a nível nacional e regional para as actividades assinaladas no programa de trabalho? (decisões V/23 e VII/2)

a)	Não	
b)	Sim (indique os detalhes a seguir)	X

Outros comentários sobre apoio científico, técnico e financeiro aos níveis nacional e regional para as actividades assinaladas no programa de trabalho.

Cabo Verde foi o primeiro país da África e o segundo do mundo a ratificar a Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação, em Março de 1995.

Na luta contra a desertificação e dos efeitos da seca, assim como nos programas e planos de protecção do ambiente e desenvolvimento, o apoio dos parceiros internacionais continua a ser imprescindível. No domínio da luta contra a desertificação a França lidera o processo de mobilização dos parceiros. Neste sentido, foram encaminhadas ajudas para a capacitação técnica dos quadros, a nível nacional e regional.

Assim, no processo de financiamento directo dessas acções, é urgente a capacitação de quadros nacionais, no domínio da investigação e gestão dos recursos naturais, sobretudo voltado para os estratos bioclimáticos áridos e semi-áridos. Esta capacitação é extensiva à pesquisa científica, com vista a um melhor conhecimento das potencialidades naturais, da região, a na busca de uma gestão sustentável de recursos ambientais.

As ONGs e as Organizações da Sociedade Civil vêm recebendo apoio técnico e financeiro do Governo para a execução de programas e projectos de desenvolvimento rural, com vista a criarem condições edafoclimáticas locais que favoreçam a conservação dos ecossistemas degradados. As actividades são de natureza mecânica (diques, arretos, caldeiras, banquetas, muretes) e biológicas (plantação de árvores e arbustos). Essas organizações são igualmente contempladas com formações em contabilidade, técnicas de conservação de solo e água, avaliação de impacte ambiental de infra-estruturas de conservação de solo e água, etc.

188. Seu país tem integrado as medidas incluídas no programa de trabalho sobre terras áridas e sub húmidas as suas estratégias e planos de acção nacionais sobre biodiversidade ou ao programa de acção nacional (NAP) da UNCCD? (decisões V/23, VI/4 e VII/2)		
a)	Não	
b)	Sim (indique os detalhes a seguir)	X
Outros comentários sobre as medidas incluídas no programa de trabalho sobre terras áridas e sub húmidas integradas as estratégias e planos de acção nacionais sobre biodiversidade ou ao programa de acção nacional (NAP) da UNCCD.		
Na Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade e no Programa de Acção Nacional da Luta contra a Desertificação (PAN-LCD)		

189. Seu país tem feito medidas para assegurar a aplicação sinérgica e em colaboração com programa de trabalho entre os processos nacionais da UNCCD e outros processos no quadro da convenção relacionados com o meio ambiente? (decisões V/23, VI/4 e VII/2)		
a)	Não	
b)	Sim, alguns vínculos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	x
c)	Sim, amplos vínculos estabelecidos (indique os Detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre as medidas para assegurar a aplicação sinérgica e em colaboração do programa de trabalho entre os processos nacionais da UNCCD e outros processos no quadro de Convenções relacionados com o meio ambiente.		
Sim, existe uma certa concertação e coordenação de actividades ligadas à conservação da biodiversidade e as de luta contra a desertificação e os efeitos da seca. E isto é facilitado pela estratégia de planificação por bacias hidrográficas adoptada pelo Ministério do Ambiente e Agricultura.		

Parte A do Programa: Avaliação		
190. Seu país tem avaliado e analisado a informação sobre a situação da biodiversidade de terras áridas e sobre as pressões que se exercem na mesma, divulgando os conhecimentos e práticas óptimas existentes e cobrindo as algumas de conhecimentos a fim de determinar actividades adequadas? (Decisão V/23, Parte A: avaliação, objectivo operacional, actividades 1 a 6)		
a)	Não	
b)	Não, mas avaliação em curso	
c)	Sim, algumas avaliações empreendidas (indique os detalhes a seguir)	x
d)	Sim, avaliação completa empreendida (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre a informação pertinente acerca de avaliações da situação, tendências e divulgação dos conhecimentos e práticas óptimas existentes.		
No quadro do programa de Acção Nacional de luta contra a desertificação foram identificados os constrangimentos ligados à gestão de terras áridas e semi-áridas e propostas soluções que viabilizem a utilização do espaço, de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável. Foi produzido um documento sobre as técnicas de conservação solo e água, com destaque para os conhecimentos tradicionais.		

Parte B do programa: Medidas consideradas	
191. Seu país tem feito medidas para promover a conservação e utilização sustentável da biodiversidade de terras áridas e sub húmidas e a participação justa e equitativa nos benefícios procedentes da utilização de seus recursos genéticos e para combater a perda da biodiversidade nas terras áridas e sub húmidas e suas consequências socio-económicas? (Parte B do anexo I da decisão V/23, actividades 7 a 9)	
a) Não	
b) Sim, algumas medidas empreendidas (indique os detalhes a seguir)	x
c) Sim, muitas medidas empreendidas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre as medidas adoptadas para promover a conservação e utilização sustentável da biodiversidade de terras áridas e sub húmidas e a participação justa e equitativa nos benefícios procedentes da utilização de seus recursos genéticos e para combater a perda da biodiversidade nas terras áridas e sub húmidas e suas consequências socio-económicas.	
Em termos de sensibilização, o ano de 2006 foi instituído como o Ano do Deserto a da Luta Contra a Desertificação, e Cabo Verde tem feito várias actividades no âmbito deste assunto, assim chamando a atenção da população para a importância das terras áridas e a sua melhor conservação. A criação da Rede Nacional das Áreas Protegidas é uma medida importante que irá permitir uma gestão racional das terras áridas, semi-áriads e sub-húmidas secas e sua valorização económica pelas comunidades rurais.	

192. Seu país tem tomada medidas para fortalecer as capacidades nacionais, incluídas as capacidades locais com vista a melhorar a aplicação de programa de trabalho?	
a) Não	
b) Sim, algumas medidas empreendidas (indique os detalhe a seguir)	x
c) Sim, medidas completas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, satisfeitas todas as necessidades de capacidade identificadas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre medidas adoptadas para fortalecer as capacidades nacionais, incluída as capacidades locais com vista a melhorar a aplicação de programa de trabalho.	
Formação de membros das ONGs e Organizações da Sociedade Civil em técnicas de conservação de solo e água, contabilidade, avaliação de impacte ambiental, gestão e boa governação, micro-irrigação, etc.	

Caixa LXXI.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.

Biodiversidade de montanhas

Elemento 1 do programa. Medidas directas para a conservação, a utilização sustentável e a participação nos benefícios	
193. Seu país tem tomado medidas para impedir e mitigar os impactes negativos das principais ameaças que pesam sobre a biodiversidade de montanhas?	
a) Não	
b) Não, mas medidas pertinentes em estudo	
c) Sim, algumas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir	x
d) Sim, muitas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre as medidas adoptadas para impedir e mitigar os impactes negativos das principais ameaças que pesam sobre a biodiversidade de montanhas	
O projecto das áreas protegidas terrestres contempla a conservação da biodiversidade das montanhas existentes em Cabo Verde. A maior biodiversidade terrestre em Cabo Verde encontra-se nas zonas de altitudes, ou seja nas montanhas, razão pela qual a conservação das montanhas e da sua biodiversidade se encontra dentro do projecto das áreas protegidas terrestres.	

194. Seu país tem tomado medidas para proteger, recuperar e restaurar a biodiversidade das montanhas?	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas em estudo	
c) Sim, algumas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	x
d) Sim, muitas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre as medidas adoptadas para proteger, recuperar e restaurar a biodiversidade das montanhas	
Idem resposta 193	

195. Seu país tem tomada medidas para promover a utilização sustentável dos recursos biológicos das montanhas para manter a diversidade genética nos ecossistemas de montanhas?	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas em estudo	
c) Sim, algumas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	x
d) Sim, muitas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre as medidas adoptadas para promover a utilização sustentável dos recursos biológicos das montanhas e para manter a diversidade genética nos ecossistemas de montanhas	
Idem resposta 193	

196. Seu país tem tomada medidas para promover a repartição dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos das montanhas, incluindo a preservação e manutenção dos conhecimentos tradicionais?	
a) Não	x

b) Não, mas algumas medidas em estudo	
c) Sim, algumas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, muitas medidas adoptadas (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre as medidas tomadas para promover a repartição dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos das montanhas

Elemento 2 do programa. Meios para aplicar a conservação, a utilização sustentável e a repartição dos benefícios	
197. Seu país desenvolveu algum quadro jurídico, de política ou institucional para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade de montanhas e para aplicar este programa de trabalho?	
a) Não	
b) Não, mas quadros pertinentes em preparação	x
c) Sim, alguns quadros estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, quadros completos estabelecidos (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre os quadros jurídicos, de política e institucionais para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade de montanhas e para a aplicação de programa de trabalho sobre biodiversidade de montanhas.

198. Seu país tem estabelecido acordos de cooperação regional e ou transfronteiriça sobre ecossistemas de montanhas para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade de montanhas?	
a) Não	x
b) Não, mas alguns quadros de cooperação em estudo	
c) Sim (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre os acordos de cooperação regional e/ou transfronteiriça sobre ecossistemas de montanhas para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade de montanhas

Elemento 3 do programa. Medidas de apoio para a conservação, a utilização sustentável e a repartição dos benefícios	
199. Seu país tem tomado medidas para identificação, supervisionar e avaliar da biodiversidade de montanhas?	
a) Não	
b) Não, mas programas pertinentes em preparação	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	x
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre as medidas tomadas para a identificação, supervisão e avaliação da biodiversidade de montanhas
A biodiversidade florestal do país coincide com a biodiversidade de montanhas, isso porque as florestas

também se encontram nas zonas de altitudes e por esta razão o mesmo projecto Gestão Integrada e Participativa dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e Envolventes trabalha na preservação da biodiversidade das florestas e das montanhas.

200. Seu país tem tomada medidas para melhorar a investigação, a cooperação técnica e científica e a criação de capacidade para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade de montanhas?	
a) Não	
b) Não, mas programas pertinentes em preparação	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	x
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre as medidas tomadas para melhorar a investigação, a cooperação técnica e científica e a criação de capacidade para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade de montanhas	
Através do projecto descrito na pergunta anterior, foram tomadas as mesmas medidas estabelecidas para a utilização sustentável da biodiversidade florestal.	

201. Seu país tem tomada medidas para elaborar, promover, validar e transferir as tecnologias apropriadas para a conservação dos ecossistemas de montanhas?	
a) Não	x
b) Não, mas programas pertinentes em preparação	
c) Sim, algumas medidas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, medidas completas estabelecidas (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre as medidas tomadas para elaborar, promover, validar e transferir as tecnologias apropriadas para a conservação dos ecossistemas de montanhas	

Caixa LXXIII.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.

E. FUNCIONAMENTO DA CONVENÇÃO

202 . Seu país tem participado activamente em actividades sub regionais e regionais a fim de preparar as reuniões da Convenção e reforçar a sua aplicação? (decisão V/20)		
a)	Não	
b)	Sim (indique os detalhes a seguir)	x
Outros comentários sobre actividades sub regionais e regionais nos quais participa o seu país.		
Cabo Verde tem participado na preparação das reuniões das Conferências das Partes a nível regional e sub regional e tomado medidas a nível nacional para a implementação da Convenção, seja através de recursos humanos e financeiros próprios, como de ajuda recebida dos países amigos.		

203. Seu país reforça a cooperação regional e sub regional, melhor a integração e encoraja sinergias nos processos regionais e sub regionais pertinentes? (decisão VI/27 B)		
a)	Não	
b)	Sim (indique os detalhes a seguir)	x
Outros comentários sobre processo regionais e sub regionais.		
Há cooperação bilateral e multilateral com países e organizações internacionais com vista a criar condições para a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de uma forma eficiente e eficaz.		

A seguinte pergunta (204) é para os PAÍSES DESENVOLVIDOS

204. Seu país está prestando apoio no funcionamento dos mecanismos de coordenação regional existentes e o desenvolvimento de redes ou processos regionais e sub regionais? (decisão VI/27 B)	
a) Não	
b) Não, mas os programas estão em preparação	
c) Sim, incluídos nos quadros actuais de cooperação (indique os detalhes a seguir)	
d) Sim, algumas actividades de cooperação em curso (indique os detalhes a seguir)	
Outros comentários sobre o apoio o funcionamento dos mecanismos de coordenação regional existentes e o desenvolvimento de redes ou processos regionais e sub regionais.	

205. Seu país está colaborando com outras Partes para fortalecer os mecanismos regionais e sub regionais existentes e as iniciativas para o reforço de capacidade? (decisão VI/27 B)		
a)	Não	
b)	Sim	x

206. Seu país tem contribuído para a avaliação dos mecanismos regionais e sub regionais para a implementação da convenção? (decisão VI/27 B)		
a)	Não	x
b)	Sim (indique os detalhes a seguir)	

Outros comentários sobre a contribuição à avaliação dos mecanismos regionais e sub regionais.

Caixa LXXIV.

Queira fornecer precisões abaixo sobre a implementação deste artigo e das decisões conexas, nomeadamente em termos de: a) Resultados e impactes das acções empreendidas; b) Contribuição para a realização das finalidades do Plano estratégico da Convenção; c) contribuição para os progressos conseguidos na prossecução do objectivo de 2010; d) progresso conseguido na implementação da estratégia do plano de acção sobre a biodiversidade; e) contribuição para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; f) constrangimentos encontrados na implementação.

F. COMENTARIOS SOBRE O FORMATO

Caixa LXXV.

Formule a seguir suas recomendações sobre a forma de melhorar este formato de apresentação do relatório.
O formato do relatório proposto permite que os países Partes possam apresentar a situação real do estado da implementação da Convenção sobre a Biodiversidade, sobretudo no concernente à situação da Diversidade Biológica. Contudo, algumas informações solicitadas nos diferentes capítulos obrigam, muitas vezes, repetições de informações, o que torna o relatório um tanto ou quanto monótono. Exceptuando este pormenor, a estrutura do relatório facilita a avaliação comparativa do estado da implementação da Convenção sobre a Diversidade Biológica nos diferentes países Partes em desenvolvimento, não só em termos de dificuldades na mobilização de recursos financeiros como na de transferências de tecnologias, facultando deste modo ao Secretariado da Convenção elementos para tomadas de decisão com vista a normalização da situação.

- - - - - -